

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JALES DANTAS DA COSTA

CRISE DA HEGEMONIA OU NOVO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO?
UM CONFRONTO ENTRE A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO
E A NOVA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MUNDIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Florianópolis (SC), dezembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Jales Dantas da Costa

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Orientador

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Economia, pela Universidade Federal de Santa
Catarina

Florianópolis, dezembro de 2005

JALES DANTAS DA COSTA

**CRISE DA HEGEMONIA OU NOVO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO?
UM CONFRONTO ENTRE A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO
E A NOVA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MUNDIAL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, em 19 dezembro de 2005.

Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann
Coordenador do Programa

Examinadores:

.....
Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira - UFSC
Presidente

.....
Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques - UFSC
Membro

.....
Prof. Carlos Eduardo Martins – Estácio de Sá-RJ
Membro

.....
Prof. Helton Ricardo Ouriques - UFSC
Suplente

Aos meus Pais,
Maria Cristina Dantas da Costa e
Jovanir Santos da Costa

“Os Estados Unidos ainda constituem a maior força relativa mundial. Mas eles não podem deter o seu declínio”. (Theotonio dos Santos)

SUMÁRIO

Prefácio e Agradecimentos	p.08
Resumo	p.12
Abstract	p.13
Lista de figuras, quadros, gráfico e tabela	p.14
Lista de siglas	p.15
Introdução	p.16
Capítulo 1: A ascensão e o declínio da hegemonia dos Estados Unidos no Moderno Sistema Mundial na perspectiva de Immanuel Wallerstein	p.26
1.1. O Moderno Sistema Mundial e o Ciclo Hegemônico	p.26
1.2. Da ascensão ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos	p.32
1.2.1. A ascensão dos Estados Unidos à hegemonia global: 1873 a 1945	p.33
1.2.2. A ascensão da potência hegemônica norte-americana: 1945-1967/1973	p.34
1.2.3. O declínio da hegemonia dos Estados Unidos: 1967/73 à atualidade	p.37
Capítulo 2: Da ascensão à crise da hegemonia mundial norte-americana no Moderno Sistema Mundial na perspectiva de Giovanni Arrighi e o GPSHC	p.46
2.1. O Moderno Sistema Mundial e o Ciclo Hegemônico	p.46
2.2. Do declínio da hegemonia mundial inglesa à crise da hegemonia mundial norte-americana	p.54
2.2.1. A transição da hegemonia mundial inglesa para a dos Estados Unidos: 1870-1945/1950	p.54
2.2.2. A ascensão da hegemonia mundial dos Estados Unidos: 1945/50-1970	p.58
2.2.3. A crise da hegemonia mundial norte-americana: 1970 à atualidade	p.63
Capítulo 3: O projeto imperial dos Estados Unidos no Sistema Mundial na perspectiva de José Luís Fiori	p.70
3.1. Hegemonia e império no Sistema Mundial	p.70
3.2. O projeto imperial do Estado norte-americano	p.75
3.2.1. Da Independência à conquista da hegemonia no continente americano e de uma posição de destaque no continente asiático: 1776 a 1914	p.76

3.2.2. A luta dos Estados Unidos pela hegemonia mundial, sua conquista e exercício: 1914-1973	p.80
3.2.3. A crise da hegemonia americana e a nova conjuntura não-hegemônica: 1968-1979	p.83
3.2.4. A retomada da hegemonia norte-americana e o novo império: 1979 à atualidade	p.86
Capítulo 4: Confronto teórico e histórico entre a EPSM e a NEPSM.....	p.90
4.1. Divergências no campo teórico entre a EPSM e a NEPSM	p.91
4.1.1. As unidades básicas do sistema mundial e a unidade privilegiada de análise	p.92
4.1.2. A dinâmica do sistema mundial	p.92
4.1.3. O conceito de hegemonia e sua relevância na dinâmica sistêmica	p.96
4.2. Uma avaliação da crítica de Fiori à EPSM e da formulação da NEPSM para análise da acumulação de poder pelos EUA durante a Guerra Fria	p.99
4.3. Divergências no campo histórico: crise da hegemonia dos EUA ou novo império americano?	p.108
Considerações finais	p.121
Referências	p.124

PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

As origens deste trabalho podem ser buscadas em meados do ano 2000, momento em que comecei a participar do Grupo de estudos LABOR. Neste Grupo tomei os primeiros contatos com alguns escritos de estudiosos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, além do de outros importantes autores, como Fernand Braudel, Karl Polanyi e Robert Kurz. Naquela altura me encontrava em fins do curso de Graduação em Economia. Na Monografia “Uma análise da criação do mundo moderno à luz da origem e funcionamento da economia-mundo européia (1150-1640): um debate entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein”, procurei me envolver no debate entre Wallerstein e Braudel sobre as origens do Moderno Sistema Mundial.

Em 2003 o Grupo amadureceu e deu origem a uma nova Área do Programa de Pós-Graduação em Economia denominada Transformações do Capitalismo Contemporâneo. Esta atualmente abrange pelo menos duas subáreas: uma voltada aos estudos dos “teóricos” dos sistemas-mundo, ministrada por um conjunto de professores; outra direcionada a alguns trabalhos produzidos por Karl Marx e Friedrich Engels, sob orientação do Professor Idaleto Malvezzi Aued.

No início de 2004 o professor Pedro A. Vieira me sugeriu trabalhar com a temática do desenvolvimento econômico. A idéia era problematizar a questão da possibilidade ou não de desenvolvimento econômico na esfera do Estado nacional. É certo que alguns Estados nacionais se desenvolveram ao longo da história enquanto outros não. A proposta da Economia Política dos Sistemas-Mundo é que o Estado nacional não pode por suas próprias políticas governamentais adotadas, quaisquer que sejam, desenvolver-se por si só. Nesta perspectiva, o que se desenvolve é a chamada “economia-mundo” como um todo, e os Estados que se desenvolveram só o fizeram às custas dos demais. Immanuel Wallerstein (2000, p.223), um expoente desta escola, chegou a afirmar que “é absolutamente impossível a América Latina se desenvolver, sejam quais forem às políticas governamentais, porque o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é somente a economia-mundo capitalista e essa economia-mundo é de natureza polarizadora”. Esta tese certamente choca com os discursos políticos e jornalísticos, e também bate de frente com muitas das teses

desenvolvidas sobre a temática, que postulam que basta tomarmos as medidas corretas que o tão sonhado desenvolvimento virá.

Ao problematizar esta questão me voltei para alguns artigos contidos nos livros “Poder e dinheiro: uma economia política da globalização” e “Estados e moedas no desenvolvimento das nações”, “Polarização mundial e crescimento”, organizados por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. O conjunto de artigos reunidos nestes volumes fazia parte da mesma pesquisa sobre as transformações mundiais do final do século XX e sobre os novos cenários do século XXI, e os seus autores se situavam no campo da chamada economia política internacional.

Durante a maior parte dos meses deste ano me dediquei a leitura de partes destas obras, sobretudo os artigos “A retomada da hegemonia norte-americana”, “Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana”, “Globalização, hegemonia e império”, “De volta à questão da riqueza de algumas nações”, “Estados, moedas e desenvolvimento”, “Depois da retomada da hegemonia” e “Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano”, escritos por Tavares e Fiori, todos contidos nos três primeiros livros citados, assim como a diversas leituras dos escritos de Wallerstein e Arrighi. Logo percebi que Tavares se opunha a tese do declínio do poder do Estado norte-americano, defendidas tanto por Immanuel Wallerstein como por Giovanni Arrighi. E quanto mais tomava contato com as divergências entre estes estudiosos mais sentia a necessidade de pautar as questões do debate do poder dos Estados Unidos, o que foi me afastou cada vez mais da proposta sugerida. Em outubro defendi o projeto “Um estudo comparativo das análises do Sistema Mundial no seu período de transição”, no qual buscava apresentar em linhas gerais as teses de Wallerstein (“crise terminal” do Moderno Sistema Mundial), de Arrighi e o Grupo de Pesquisas sobre Hegemonias Comparadas (GPSHC) (“do declínio e crise da hegemonia norte-americana”), e de Conceição Tavares (da “retomada da hegemonia norte-americana”), e apontar as principais semelhanças e divergências entre elas.

Dentre as muitas sugestões dos professores Wagner, Helton, Nildo, Hoyedo, além do orientador, registrou-se: abandonar esta hipótese de Wallerstein por se tratar de um tema muito amplo; concentrar em algumas questões que direcionassem o debate; optar pela comparação método conceito ou comparação das análises históricas; confrontar as idéias

sobre a trajetória dos Estados Unidos; testar a hipótese da hegemonia; complementar com outras bibliografias. Como veremos, de certa forma, a pesquisa procurou seguir algumas destas orientações.

Em dezembro de 2004 foi publicado o volume “O poder americano”. Na medida em que procurei absorver o conteúdo de seus dois primeiros artigos, “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” e “O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”, a pesquisa tomou novos rumos. O primeiro artigo apresenta-se como uma crítica às teorias de diversos estudiosos da economia política internacional, das correntes “realistas” ou “neorealistas”, “pluralista” ou “liberais”, “marxista” ou “neomarxista”, e em contra partida apresenta a formulação da chamada Nova Economia Política do Sistema Mundial (NEPSM). O segundo artigo é uma aplicação desta nova formulação teórica à evolução do poderio dos Estados Unidos no sistema mundial.

Já em 2005 trabalhamos para reproduzir o quadro teórico juntamente com a história panorâmica dos Estados Unidos, tal como proposto pela Nova Economia Política do Sistema Mundial. Este exercício deu origem ao terceiro capítulo da dissertação. Na verdade, o primeiro a ser feito. Posteriormente, procurou-se fazer um outro capítulo que agrupasse às formulações teóricas assim também como a história da trajetória de poder dos Estados Unidos observado pelas perspectivas de Wallerstein e Arrighi. O objetivo inicial era não tanto expor as diferenças entre estes dois autores, mas suas semelhanças, para num momento posterior contrastar com o primeiro quadro teórico e histórico produzido anteriormente. Mais tarde foi decidido separar as perspectivas de Wallerstein e Arrighi, procurando também observar as divergências entre estes, o que acabou dando origem aos dois primeiros capítulos. Restava à tarefa mais difícil, a de processar o conjunto de informações fornecidas ao longo dos três primeiros capítulos. Como veremos, este exercício deu origem ao quarto e último capítulo.

De certa forma esta dissertação ganhou inspiração nos calorosos debates travados por um conjunto de professores e alunos de diversas áreas que participaram do Grupo de estudos Labor. Deixo neste espaço registrado os meus sinceros agradecimentos aos participantes do Grupo, também aos professores da Área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo do Programa de Pós-Graduação em Economia, e ao

coordenador Celso W. e aos funcionários Evelize, Daniel e Rodrigo do Programa pelos trabalhos prestados.

E ainda que esta dissertação se concentre nos trabalhos produzidos pelos estudiosos dos sistemas-mundo, gostaria de registrar aqui minha dívida intelectual para com o grande mestre Idaleto, com quem tive a oportunidade de dividir seus longos anos de estudo sobre os trabalhos produzidos por Marx e Engels.

Pedro Vieira mais do que ninguém me acompanhou durante todo o tempo. Sua orientação e motivação foram decisivas para a elaboração deste trabalho. Agradeço também a contribuição dos que participaram da defesa do projeto de qualificação, assim como aos membros da banca examinadora, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins e Helton Ouriques.

Muitos amigos também contribuíram direta ou indiretamente neste trabalho. Waldir Alvim me forneceu alguns dados do último capítulo. Além dele, com Marcos Valente e Samya Campana mantive conversas muito motivadoras em momento delicado do trabalho. É certo que poderia registrar aqui as contribuições de outros tantos amigos. Meu irmão Jairo Dantas da Costa estaria entre os primeiros da lista. Além da atenção também contribuiu na tradução do resumo. Meu avô Jaime J. Costa foi o grande parceiro das minhas andanças. Minha companheira Sara Regina Ramos Cordeiro foi quem mais me ouviu durante todo o trabalho, sem seu apoio tudo seria mais difícil. Meus pais Maria Cristina Dantas da Costa e Jovanir Santos da Costa foram os melhores amigos que alguém pode contar nesta jornada e por isso dedico esta dissertação a eles.

RESUMO

Este trabalho procura contribuir para o debate sobre a atual condição de poder sustentado pelo Estado norte-americano, através da exposição e do confronto das teses do declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica de Immanuel Wallerstein, da crise da hegemonia mundial norte-americana de Giovanni Arrighi e o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas (GPSHC), e do novo império americano de José Luís Fiori.

Nesta exposição recorreremos ao arcabouço teórico e a evolução histórica do poderio norte-americano no sistema mundial, a contar de aproximadamente 1870 a atualidade, tal como concebidos por estes autores. No confronto teórico contrastamos alguns elementos analíticos e conceituais atribuídos pela EPSM (nas perspectivas de Wallerstein e Arrighi) com os da NEPSM, atendo-se mais para suas divergências do que semelhanças. Ainda nesta etapa incluímos particularmente a crítica de Fiori a formulação analítica que sustenta a tese do declínio da hegemonia mundial dos Estados Unidos de Arrighi e o GPSHC, bem como nossa avaliação desta leitura crítica. E incluímos também a proposta teórica da NEPSM para análise da acumulação de poder por parte dos estados-impérios e sua aplicação para o caso dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. No confronto histórico contrastamos argumentos e dados destes e de outros autores sobre a condição de poder militar, político-ideológico e econômico sustentado pelo Estado norte-americano, particularmente para as década de noventa e início do novo milênio.

Palavras-chave: Economia Política dos Sistemas-Mundo; Nova Economia Política do Sistema Mundial, Hegemonia, Estados Unidos

ABSTRACT

This work looks for to contribute for the debate on the current power condition supported by the North American State, through the exposition and confront of the theses of the decline of the United States as hegemonic power of Immanuel Wallerstein; of the crisis of the North American world-wide hegemony of Giovanni Arrighi and the Group of Research on Comparative Hegemonies (GPSHC); and of the new American empire of Jose Luis Fiori.

In this exposition we appeal to an old theoretician and the evolution historical of the North American power in the world-wide system, to count of approximately 1870 to the present time, such as conceived for these authors. In theoretical confront we contrast some analytical and conceptual elements attributed for the EPSM (in the perspectives of Wallerstein and Arrighi) with the ones of NEPSM, taking care of myself more for its divergences than that similarities. Still in this stage we include particularly critical of Fiori the analytical formularization that it supports the thesis of the decline of the world hegemony of the United States of Arrighi and GPSHC, as well as our evaluation of this critical reading. And we also include proposal theoretical of the NEPSM (that it is presented as alternative theoretician to the proposal of the EPSM) for analysis of the accumulation of power on the part of state-empires and its application for the case of the United States during the period of the Cold War. In the historical confront we contrast arguments and data of these and others authors on the condition of military power, politician-ideological and economic supported by the North American State, particularly for the decade of ninety and beginning of the new millennium.

Word-keys: Economy Politics of World-Systems; New Economy Politics of the World-wide System, Hegemony, United States

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICO E TABELA

Figura 1. O ciclo hegemônico de Wallerstein	p.32
Figura 2. O ciclo hegemônico de Arrighi e o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas	p.53
Figura 3. Ascensão do leste asiático numa visão comparativa. PIB per capita do “núcleo orgânico” = 100	p.67
Quadro 1. Interpretações da evolução do poderio dos Estados Unidos no Sistema Mundial	p.110
Quadro 2. Evolução do déficit comercial dos Estados Unidos em milhões de dólares ..	p.114
Gráfico 1. Balanço de Pagamentos dos Estados Unidos – US\$ bilhões	p.115
Tabela 1. Maiores Detentores Estrangeiros de Títulos do Tesouro Americano (a)	p.116

LISTA DE SIGLAS

GPSHC – Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas

EPMS – Economia Política dos Sistemas-Mundo

NEPSM – Nova Economia Política do Sistema Mundial

INTRODUÇÃO

O debate sobre a atual condição de poder sustentado pelos Estados Unidos é um dos temas decisivos para a análise das relações internacionais, isto pela importância que este Estado representa nas arenas geopolítica e geoeconômica, pela repercussão de sua política interna e externa, de suas ações militares, de sua posição nas diversas instituições internacionais.

Foi no início dos anos 1970 que a crise do dólar, o fim do sistema monetário internacional de Bretton Woods e a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã tornou evidente o declínio do poderio mundial dos Estados Unidos, e deu origem a uma onda de estudos sobre o tema da crise da hegemonia norte-americana.

Escrevendo sobre “o ambiente intelectual do debate” José Luís Fiori¹ (2001a) relata que até o fim da década de oitenta o debate da crise dos Estados Unidos foi “preocupação obsessiva dos anglo-saxões”². Se situou em diferentes correntes do campo da economia política internacional. Teve duração aproximada de vinte anos, tendo iniciado no começo da década de setenta e terminado por volta do fim da década de oitenta, com a dissolução da URSS e sob a égide dos Estados Unidos como “única superpotência”.

No começo dos anos setenta, Charles Kindleberger em “*The World in Depression 1929-1939*” defendeu a tese de que a Grande Depressão do período entre as duas Guerras Mundiais esteve associada “à incapacidade norte-americana de assumir a liderança mundial que fora até então da Inglaterra” (Fiori, 2001a, p.9). Kindleberger sustentava que “para que a economia mundial seja estabilizada, deve haver um estabilizador e um só país estabilizador” (Kindleberger, 1973, p.304 *apud* Fiori, 1998, p.93). Esta hipótese foi posteriormente

“retrabalhada e desenvolvida por Robert Gilpin (1974) e Stephan Krasner (1976), produzindo um corpo de idéias que Robert Keohane chamou mais tarde de “teoria da estabilidade hegemônica” (1981). Sua tese central generaliza a leitura de Kindleberger, ao sustentar que, “na ausência de uma potência liberal dominante, a cooperação econômica

¹ Fiori é Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Fiori escreve sobre “o ambiente intelectual do debate” da crise norte-americana no artigo “Depois da retomada da hegemonia” que abre o livro “Polarização mundial e crescimento”.

internacional mostrou-se extremamente difícil de ser alcançada” na história moderna do capitalismo”³. (Fiori, 2001a, p.9,10)

Durante a década de oitenta, a teoria da estabilidade hegemônica foi submetida a uma crítica de suas inconsistências teóricas e históricas⁴. “Mas, a despeito das críticas, a tese inicial de Kindleberger e Gilpin se transformou no denominador comum de uma extensa literatura sobre a necessidade e a função dos “países estabilizadores” ou “hegemônicos”, e sobre as “crises e transições hegemônicas”” (Fiori, 2004a, p.12). Foi nessa década que o campo da economia política internacional

“se alargou e perdeu o imediatismo pragmático, envolvendo, a partir daí, ampla gama de autores que já não pertenciam ao *mainstream* da teoria política e econômica internacional. A pergunta inicial estendeu-se no espaço e no tempo, definindo nova agenda de pesquisa histórica e comparada sobre o ciclo vital das grandes potências e sua capacidade de impor internacionalmente sua hegemonia política e econômica. O que fora preocupação imediata adquiriu dimensão imediata teórica mais ambiciosa: esclarecer o processo de nascimento, estabilização e declínio das sucessivas ordens político-econômicas mundiais e explicar por que alguns países conseguem impor e depois perdem a supremacia mundial”. (Fiori, 2001a, p.10)

De acordo com Fiori, este foi um tempo em que o debate deixou de estar entre o *mainstream* da teoria política e econômica internacional, os chamados “realistas” ou “neorealistas”, como Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Suzan Strange, corrente que inaugura este campo teórico. Passaram a fazer parte do debate outras correntes então inauguradas neste mesmo campo, como a corrente “marxista” ou neomarxista” com Robert Cox⁵, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, e a corrente dos “liberais” ou “pluralistas” com Joseph Nye, Robert Keohane e Raymond Aron.

³ Segundo Fiori (2004a, p.12), a tese fundamental da teoria da estabilidade hegemônica “não era completamente nova, e já havia sido formulada no campo político em 1939, por Edward Carr, o pai da teoria realista internacional. Carr estava discutindo o problema da paz num sistema estatal anárquico, mas, também neste campo, chegou, a uma conclusão análoga a de Kindleberger e Gilpin: para que “possa existir uma legislação internacional, é necessário que exista um superestado””.

⁴ McKeown (1983), Rogowski (1983), Stein (1984), Russett (1985), Snidal (1985), Strange (1987) e Walter (1993), estão entre os autores que Fiori aponta terem criticado a teoria da estabilidade hegemônica (2004a).

⁵ Para Fiori (2001a, p.11), Robert Cox foi quem em 1981 “inaugurou a chamada corrente neomarxista da economia política internacional, introduzindo no debate o conceito gramsciano de hegemonia e propondo que se estudassem a formação e crise das ordens mundiais olhando para o poder dos Estados, como faziam os realistas, mas também prestando atenção aos processos simultâneos de internacionalização da produção, das relações de classe e das estruturas de poder”.

Fiori relata que após estas duas décadas o debate teve “morte súbita” com o fim da Guerra Fria, e foi substituído por uma “nova agenda de preocupações com o redesenho e a estabilização da geometria do poder e da riqueza mundial”. Para este autor, na entrada do século XXI, o tema da crise da hegemonia norte-americana soa bizantino diante do “incontrastável poder militar e econômico dos Estados Unidos” (2001a, p.9,11; 2004a, p.11).

Entretanto, na avaliação do Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas do Centro Fernand Braudel, ainda “há um debate e incerteza generalizados quanto a estar ou não despontando um novo Estado mundialmente hegemônico” (Arrighi e Silver, 2001, p.14). Para o Grupo de Trabalho Hegemonias e Emancipações do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), o recente atentado às torres gêmeas de Nova York se deu em meio a “um amplo debate acerca do declínio ou fortalecimento da hegemonia estadunidense” (Ceceña e Sader, 2002, p.9). E James Petras relata que “nos últimos anos ocorreu um amplo debate sobre se os Estados Unidos são uma potência mundial em declínio ou não” (1999, p.179).

Argumentamos que o debate deve merecer a atenção de todos aqueles que se preocupam com o problema da paz no mundo; com as questões ambientais que já fazem sentir e ameaçam a existência das gerações futuras; com os problemas relacionados às desigualdades materiais em todos os continentes do mundo. A América Latina sofre as conseqüências dos vultuosos pagamentos dos juros da dívida externa, enquanto carrega em seu solo cerca de 100 milhões de seres humanos que vivem abaixo da linha da pobreza. Na África, o continente mais sofrido do nosso mundo, a fome e doenças como a Tuberculose matam milhões. São 315 milhões de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia e 80% da população com menos de dois dólares por dia. Isto porque como afirma James Petras (1999, p.186), “há uma relação direta entre a expansão do poderio mundial dos Estados Unidos e o declínio do nível de vida nas regiões submetidas à hegemonia norte-americana”.

Noam Chomsky chegou a afirmar que as “ações e doutrinas norteadoras [dos Estados Unidos] devem ser a principal preocupação de qualquer ser deste planeta” (2004, p.10). E o Grupo de Trabalho CLACSO entende que “a hegemonia dos Estados Unidos, construída sobre a base de um sistema integrado de relações militares, econômicas, políticas e culturais (...), é de tal envergadura que não é possível conceber nem entender a

dinâmica mundial neste momento sem considerar esta hegemonia como ponto de partida” (Ceceña e Sader, 2002, p.14).

A tese de que o poder dos Estados Unidos encontra-se em declínio não parece prevalecer no meio político e na mídia em geral, que hoje propaga a tese da existência de um poder imperial. Immanuel Wallerstein⁶ afirma que a maioria das pessoas não acredita que os Estados Unidos estejam em declínio como potência global.

“Até dois anos só a esquerda falava de imperialismo. De repente, os falcões⁷ começaram a usar a expressão com uma conotação positiva. Depois, os europeus ocidentais não ligados à esquerda começaram a usar o termo para exprimir sua preocupação de que os Estados Unidos se comportavam como uma potência imperial. Desde o colapso de Saddam Hussein a palavra é encontrada em quase todos os artigos noticiosos”. (Wallerstein, 2004, p.313)

No artigo “Paz, estabilidade e legitimidade, 1990-2025/2050”⁸ Wallerstein defende que “o período de 1990 a 2025/2050 será muito provavelmente desprovido de paz, estabilidade e legitimidade”. Paz significa ausência de luta militar entre grandes potências. Estabilidade está associada ao funcionamento estável de uma dada ordem social. Legitimidade é “o sentimento prevalecente nos principais protagonistas políticos (inclusive grupos amorfos como as “populações” dos diversos países) de que a ordem social conta com a sua aprovação ou o mundo (a “história”) avança continuamente e com rapidez em direção a um objetivo que eles aprovariam” (2002a, p.34).

Segundo Wallerstein (2002a), nos períodos de hegemonia no moderno sistema mundial o mundo viveu sem guerras entre grandes potências e contou com uma ordem social estável e legítima perante os principais protagonistas políticos. Estes momentos de hegemonia duraram de 25 a 50 anos: a hegemonia das Províncias Unidas em meados do século XVII, a hegemonia do Reino Unido em meados do século XIX e a hegemonia dos Estados Unidos em meados do século XX.

⁶ Wallerstein é desde 1976 professor emérito de Sociologia na Universidade de Binghamton e diretor do Centro Fernand Braudel para estudos de Economia, Sistemas Históricos e Civilizações. Em 1994 foi eleito presidente da Associação Internacional de Sociologia, cargo que ocupou até 1998.

⁷ Falcões e pombos são dois termos que passaram a ser “usados na política norte-americana a partir de 1964, durante a Guerra do Vietnã, para designar os setores militares e políticos partidários de intervenções abertas em outro país – os falcões; os setores liberais seriam os pombos, partidários de pressão diplomática e econômica”. (Chomsky, 1999, p.32)

⁸ Este artigo foi publicado em 1994 pela Imprensa da Universidade Escandinava e também encontra-se no livro “Após o liberalismo”, publicado em 2002 pela Editora vozes.

Em 1991 no artigo “A Guerra Fria e o Terceiro Mundo: os bons e os velhos tempos?”, Wallerstein expôs a tese de que “saímos de uma era de hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial (1945-1990) e ingressamos numa era pós-hegemônica”. Para este sociólogo, a falta de paz, estabilidade e legitimidade que estamos vivendo desde a última década do século passado, é consequência apenas em parte da perda da hegemonia dos Estados Unidos. O principal motivo é a “crise do moderno sistema mundial”, ou seja, o desencadeamento do “caos”. Este, segundo sua previsão deverá prolongar-se até 2050 ou 2075, quando então passaremos a viver “em alguma nova ordem, ou em diversas ordens, em algum sistema histórico ou em vários sistemas”, provavelmente com “relativa paz, estabilidade e legitimidade” e sem garantia de que será um tempo melhor de se viver. (2002a, p.19,34,35,49,54)

Membros do Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas afirmaram no livro “Caos e governabilidade no moderno sistema mundial”⁹ que “um mar de mudanças de grandes proporções vêm ocorrendo no sistema social histórico que forma o mundo moderno” (Arrighi e Silver, 2001, p.11). Nesse mar de mudanças relatam que

“parece haver pouco consenso a respeito de qualquer coisa, exceto o fato de que uma era da história se encerrou. Não há consenso quanto a qual das nações, se é que ela existiu, beneficiou-se mais da Guerra Fria e está agora em condições de substituir os Estados Unidos como jogador dominante na economia política global. Não há consenso quanto ao fato de a proliferação da variedade e do número de empresas multinacionais e a formação de mercados financeiros globais estarem minando a capacidade das nações e, nesse caso, com que generalidade e permanência. Não há consenso em matéria de a classe trabalhadora do mundo ser ou não uma espécie em extinção, ou estar simplesmente mudando de cor e de países de residência. Não há consenso em termos de a modernização estar erguendo divisores entre as civilizações, desfazendo-os ou restabelecendo o equilíbrio de poder intercivilizacional dos tempos pré-modernos. Acima de tudo, não há consenso quanto ao tipo de ordem mundial, se é que haverá alguma, que podemos esperar que brote da combinação de quaisquer mudanças que estejam realmente ocorrendo na configuração global do poder”. (Arrighi e Silver, 2001, p.30)

Esta falta de consenso quanto à direção e ao sentido das atuais mudanças na economia política global lhes foi tomada como “um sinal de que estamos em meio a uma

⁹ Este Grupo se encontra no Centro Fernand Braudel da Universidade de Binghamton, Nova York. Entre os membros que contribuíram como autores ou co-autores do livro “Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial” estiveram Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver (autores) e Iftikhar Ahmad, Kenneth Barr, Shuji Hisaeda, Pó-Keung Hui, Krishnendu Ray, Thomas Ehrlich Reifer, Miin-wen Shih e Eric Slater (co-autores). (Arrighi e Silver, 2001, p.9)

mudança sistêmica – ou seja, um processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros, e o modo como o sistema funciona e se reproduz” (Arrighi e Silver, 2001, p.30,31). Consideram que no passado também ocorreu mudança semelhante, que o moderno sistema mundial já passou por momentos de reorganizações fundamentais também conhecidos como períodos de transições hegemônicas: a transição da hegemonia holandesa para a britânica, no século XVIII, e a transição da hegemonia britânica para a dos Estados Unidos, no fim do século XIX e início do século XX. Não interpretam como Wallerstein que a mudança sistêmica em curso apresente sinais de crise do sistema mundial, e tampouco acreditam que a hegemonia dos Estados Unidos chegou ao fim em 1990. Argumentam que o período atual, desde aproximadamente 1970, é de declínio e crise da hegemonia mundial norte-americana.

É preciso reconhecer que no ano de 2002 Wallerstein apareceu defendendo a tese de que a hegemonia norte-americana não chegara ao fim, mas que segue em declínio¹⁰. No artigo “O declínio do poder americano” afirmou que “os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão seu declínio”, e que “a verdadeira questão não é se a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio como força nas questões decisivas mundiais, mas sim se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios” (2004, p.21,36).

Já fazem vinte anos que Maria da Conceição Tavares¹¹ defendeu a tese da “retomada da hegemonia norte-americana”, isto numa época em que ainda era comum escrever sobre o declínio dos Estados Unidos. Naquele tempo dizia ser “indiscutível a retomada da hegemonia americana” (Tavares, 1998, p.52). Tavares publicou em 1985 o artigo “A retomada da hegemonia norte-americana” e em 1997 retomou e desenvolveu sua tese no ensaio intitulado “A reafirmação da hegemonia norte-americana”. Esta tese foi ponto de partida para uma longa pesquisa envolvendo um conjunto de autores¹², que têm

¹⁰ Esta tese foi lida no dia 3 de maio de 2002, na 26 conferência da seção de economia política do sistema-mundo da associação americana de sociologia, na universidade da Califórnia. (Wallerstein, 2002b, p.9).

¹¹ Tavares é Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹² Entre os autores que nos parecem até o presente ter contribuído para esta longa pesquisa, estão além de Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, pelo menos, Luiz Eduardo Melin, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Carlos de Souza Braga, José Carlos Miranda, Carlos Aguiar de Medeiros, Ernani Teixeira Torres Filho,

em comum “sua leitura da economia política e sua dívida com o pensamento crítico latino-americano” e que também se inscrevem no campo da economia política internacional (Fiori, 1999, p.9; Fiori e Medeiros, 2001, p.7).

A síntese da evolução da pesquisa deste grupo, desde metade dos anos oitenta até fins de 2004, foi retratada por Fiori da seguinte forma:

“Na segunda metade da década de 80, nossa pesquisa nos levou à Europa e à Ásia para estudar os efeitos internacionais das políticas de desregulação financeira, e as políticas nacionais de “ajuste” do Japão, Coréia, Itália e Espanha. E no início dos anos 90 fomos pesquisar em Washington, a nova estratégia global dos Estados Unidos, depois da Guerra Fria. Naquele momento ficou absolutamente claro para todos nós que a nova “ordem política e econômica emergente tinha pouco ou nada a ver com o conceito de hegemonia, e parecia muito mais próxima da idéia de um sistema imperial, (...) e que por isto, talvez estivesse definitivamente afastada a possibilidade de novas hegemonias mundiais”. Até porque, na década de 80 e, sobretudo nos anos 90 diminuiu significativamente a convergência de interesses entre as Grandes Potências. A economia americana cresceu de forma quase contínua, enquanto as economias das demais potências estagnaram, e a possibilidade de mobilidade da periferia dentro do sistema ficou praticamente reduzida aos casos da Índia e da China.

Mais recentemente, nossa pesquisa focou os primeiros passos do poder americano, no início do século XXI, e se debruçou sobre dois temas fundamentais: primeiro, o das relações entre a geopolítica e a geoeconomia do novo hiperpoder americano; e segundo, o da forma de exercer este poder global, através do controle estrutural da produção, das finanças, do comércio, da energia e das telecomunicações do sistema mundial”. (Fiori, 2004a, p.8)

Toda esta pesquisa se encontra em diversos artigos dos livros “Poder e dinheiro: uma economia política da globalização” (1997), “Estados e moedas no desenvolvimento das nações” (1999), “Polarização mundial e crescimento econômico” (2001) e “O poder americano” (2004). Neste último, Fiori elabora sua crítica aos estudiosos das correntes realista/neorealista, marxista/neomarxista, pluralista/liberal da economia política internacional, e em contrapartida propõe a “nova economia política do sistema mundial”¹³ como alternativa teórica para explicar às recentes transformações geopolíticas e geoeconomias porque vêm passando o sistema mundial.

Franklin Serrano, Aloísio Teixeira, Luís Manuel Fernandes, Wilson Cano, Luciano Coutinho, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Carlos Pinkusfeld M. Bastos, Carlos Lessa, Paulo Arantes, Marcos Antonio Macedo Cintra, Gloria Moraes e Gabriel Palma.

¹³ Foi em 1996 que a releitura do artigo “A retomada da hegemonia norte-americana” de Tavares “serviu de ponto de partida para um seminário de discussão das bases teóricas e metodológicas de uma economia política crítica da nova ordem econômica e política mundial”. E foi em 2004, que Fiori apresentou no artigo “Formação, expansão e limites do poder global” a formulação da nova economia política do sistema mundial. (Tavares e Fiori, 1998, p.8; Fiori, 2004a, p.20)

É importante observar que a Nova Economia Política do Sistema Mundial parece não ser compartilhada pelos demais “críticos do pensamento latino-americano”. O próprio Fiori (2004a, p.8) afirma que estes “não compartilham necessariamente a mesma visão analítica”.

Originário da chamada “tradição estruturalista”¹⁴, Fiori recorreu às “novas abordagens históricas” que vêm trabalhando desde 1970 com os conceitos de “economia-mundo capitalista” (Fernand Braudel) e “Moderno Sistema Mundial” (Immanuel Wallerstein), para explicar as transformações que vêm ocorrendo nos campos da geopolítica e da geoeconomia, particularmente desde o último quarto do século XX. Para ele,

“esta nova abordagem histórica retoma, em muitos pontos, a leitura histórico-institucional de Karl Polanyi sobre as origens dos mercados e das economias nacionais, e não se contradiz com os estudos de Norbert Elias e Charles Tilly sobre a sociogênese dos Estados. Em todos estes autores há preocupação comum com a constituição histórica das relações modernas entre o poder, o capital e o território; entre as guerras, os Estados e as cidades; e entre os impérios, as grandes potências e o desenvolvimento do capitalismo e do Estado, investigando o seu momento originário, a hora em que se constituem, conjuntamente, a economia-mundo européia, os mercados nacionais, os impérios coloniais, o sistema interestatal e as identidades nacionais. A partir desse momento inicial são pensadas as hierarquias e os conflitos mundiais; a formação do núcleo central do sistema, de seus impérios coloniais e de sua periferia, constituída por Estados independentes, mas subordinados”. (Fiori, 2001b, p.53)

Partindo dos estudos destes autores, da aproximação de suas leituras geopolíticas e geoeconômicas, sobretudo às leituras de Fernand Braudel e Norbert Elias, que Fiori formula a Nova Economia Política do Sistema Mundial, que recentemente (2004) lhe serviu de base para construção de sua tese sobre a evolução do poder americano.

Fiori localiza junto com Gore Vidal¹⁵ a origem do projeto imperial dos Estados Unidos em fins do século XIX e início do século XX. Sustenta que os Estados Unidos pouco antes de ingressarem na I Guerra Mundial, em 1917, eram uma potência hegemônica no continente americano e detinham uma posição de destaque no continente asiático. Depois da II Guerra Mundial assumem a hegemonia mundial, que se estende de 1945 a

¹⁴ Para ver sobre a “tradição estruturalista” consultar: “Polarização mundial e crescimento econômico” das páginas 41 a 43.

¹⁵ No romance histórico “Império”, Gore Vidal “localiza a origem do projeto imperial americano na última década do século XIX. Mais precisamente na guerra hispano-americana (1898-9) e na presidência de Theodore Roosevelt (1901-1908)” (Fiori, 2001c, p.111).

1973. Enfrentam uma “derrota passageira” na década de setenta, momento em que o sistema mundial passa a viver uma “nova conjuntura não-hegemônica” que se estende até meados da década de oitenta, quando então ocorre a retomada da hegemonia americana. Com o fim da Guerra Fria e da “rendição” da URSS nasce o “novo império” que passa a se orientar por uma “visão unipolar do mundo”.

Assim, ao contrário de Wallerstein e do GPSHC, Fiori defende a tese de que os Estados Unidos saíram da Guerra Fria na condição de uma “hiperpotência” ou “novo império”, e atualmente detém um poder militar e econômico incontestável, não existindo quaisquer indícios de que este poder esteja em declínio ou possa ser ameaçado imediatamente (2001c, p.112; 2004a, p.11).

Este trabalho, por sua vez, procura contribuir para o debate (mais ou menos vigoroso segundo as diferentes opiniões) sobre a atual condição de poder sustentado pelo Estado norte-americano. Não busca resgatar as concepções teóricas e interpretações históricas das diversas correntes da economia política internacional. Restringi-se basicamente aos trabalhos de autores da Economia Política dos Sistemas-Mundo e da Nova Economia Política do Sistema Mundial. Tem como objetivo central expor e confrontar as teses do declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica de Immanuel Wallerstein; da crise da hegemonia mundial norte-americana de Giovanni Arrighi e o GPSHC; e do novo império americano de José Luís Fiori.

Na exposição recorreremos ao arcabouço teórico e a evolução histórica do poderio norte-americano no sistema mundial, a contar de aproximadamente 1870 à atualidade, tal como concebidos por estes autores. No confronto teórico contrastamos alguns elementos analíticos e conceituais (como as unidades básicas do sistema; a unidade privilegiada de análise; a dinâmica sistêmica; a ênfase da economia e da política nesta dinâmica; bem como o vínculo entre o econômico e o político na evolução do sistema e o significado das hegemonias e seu papel na evolução sistêmica) atribuídos pela EPSM (nas perspectivas de Wallerstein e Arrighi) e pela NEPSM, atendo-se mais para suas diferenças do que semelhanças. Ainda nesta etapa incluímos particularmente a crítica de Fiori a formulação analítica que sustenta a tese do declínio da hegemonia dos Estados Unidos de Arrighi e o GPSHC, bem como nossa avaliação desta leitura crítica. E incluímos também a proposta teórica da NEPSM (que se apresenta como alternativa teórica à proposta da EPSM) para

análise da acumulação de poder por parte dos estados-impérios e sua aplicação para o caso dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. No confronto histórico contrastamos argumentos e dados destes e de outros autores sobre a condição de poder militar, político-ideológico e econômico sustentado pelo Estado norte-americano, particularmente para as década de noventa e início do novo milênio.

A exposição e o confronto destas teses serão feitas a partir da sistematização das principais idéias de Wallerstein, Arrighi e o GPSHC e Fiori, contidas numa seleção de livros e artigos escritos pelos mesmos. Nesta sistematização procuramos captar de um lado suas teorias sobre a evolução de poder dos Estados no conjunto do sistema interestatal em articulação ao sistema capitalista mundial, assim como as diferentes concepções do ciclo hegemônico e do conceito de hegemonia, e por outro, a história panorâmica da evolução de poder dos Estados Unidos no sistema mundial desde fins do século XIX à atualidade.

Na primeira parte dos três primeiros capítulos apresentaremos o arcabouço teórico que sustentam as teses dos autores aqui estudados. A histórica panorâmica dos Estados Unidos no sistema mundial, tal como observado pelas perspectivas destes mesmos autores, será apresentada na segunda parte destes mesmos capítulos. No quarto e último capítulo esclareceremos o confronto teórico e histórico que os envolve. Seus principais pontos serão ressaltados nas considerações finais.

CAPÍTULO 1. A ASCENSÃO E O DECLÍNIO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NO MODERNO SISTEMA MUNDIAL NA PERSPECTIVA DE IMMANUEL WALLERSTEIN

Neste capítulo apresentaremos a tese do “declínio da hegemonia norte-americana” defendida por Immanuel Wallerstein. Para tanto, veremos inicialmente o arcabouço teórico em que se baseia sua argumentação. Posteriormente, mostraremos uma síntese histórica da ascensão ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos no moderno sistema mundial.

1.1. O Moderno Sistema Mundial e o Ciclo Hegemônico

Em sua obra intitulada “*The Modern World System*” Immanuel Wallerstein começou questionando-se a respeito das unidades de estudo apropriadas para a análise do processo da mudança social na Modernidade, quando decidiu que apenas poderia falar de mudança social em “sistemas sociais”¹⁶. Wallerstein argumenta que entidades como “tribos”, “comunidades”, “nações-Estado”, usualmente descritas como sistemas sociais, na verdade não são sistemas sociais “reais” ou “totais”. A característica de um “sistema social” real ou total para este autor está no “fato da vida em seu seio ser em grande medida auto-incluída, e que a dinâmica de seu desenvolvimento seja em grande medida interna”¹⁷. Os únicos sistemas sociais reais que apareceram na história humana seriam os chamados “minisistemas” e os “sistemas-mundo”. (1999, p.489,490)

Os minisistemas representam as “*economías relativamente pequeñas, altamente autónomas, de subsistencia, que no formen parte de ningún sistema que exija tributo regular*”. “*Entidades bastante pequeñas, tanto desde el punto de vista espacial como temporal*”. Já os sistemas-mundo são concebidos como “*las entidades de gran escala y larga duración*”. “*Quedan definidos por el hecho de que su autoinclusión como entidades*

¹⁶ Para observar o itinerário intelectual da sua busca pela unidade de análise apropriada ao estudo da mudança social Moderna, ver Wallerstein 1999, p.8-12.

¹⁷ Wallerstein admite não poder quantificar o quão precisamente representa “a grande medida”. Afirma que “*probablemente nadie pueda hacerlo jamás, dado que la definición está basada en una hipótesis contrafáctica: si el sistema, por cualquier razón, quedara aislado de todas las fuerzas (lo que no ocurre virtualmente nunca), la definición implica que el sistema continuaría funcionando sustancialmente de la misma manera*”. (Wallerstein, 1999, p.490)

económico-materiales está basada en una división extensiva del trabajo, y de que contienen en su seno una multiplicidad de culturas” (Wallerstein, 1998, p.251; 1999, p.490). Distingue ainda duas modalidades de sistemas-mundo: as “economias-mundo” e os “impérios-mundo”. Estes últimos caracterizariam-se por apresentar “*un único sistema político sobre la mayor parte del área, por más atenuado que pueda estar su control efectivo*”. Nas economias-mundo “*tal sistema político único no existe sobre toda o virtualmente toda su extensión*”. (Wallerstein, 1999, p.490)

Sobre a expressão economia-mundo cabe dizer que foi inicialmente forjada pelo historiador francês Fernand Braudel. Braudel nos alerta que não se pode confundir economia-mundo com economia mundial. Esta última, nas suas palavras, “estende-se à terra inteira: representa (...) o mercado de todo o universo, o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado”. A economia-mundo, por sua vez, “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (Braudel, 1998, p.12).

Wallerstein concebeu o “mundo social” como uma sucessão e coexistência de múltiplos sistemas sociais históricos. Ao sintetizar a relação entre minissistemas e sistemas-mundo elaborou um rápido panorama abstrato da história humana, desde os seus primórdios até fins do século XIX, resumido na seqüência. (Wallerstein, 1998, p.249)

Por volta de 10000 a.C até aproximadamente 1500 d.C existiu e coexistiu um número desconhecido (provavelmente muito grande) de “minissistemas” e um grande número (contável) de economias-mundo e impérios-mundo. Depois de formados, os minissistemas se expandiam até se estabelecerem como economias-mundo, que posteriormente podiam chegar a transformar-se em impérios-mundo¹⁸. Uma vez formados, os impérios-mundo tendiam com certa freqüência a absorver, trazer aos seus domínios, tanto minissistemas como economias-mundo vizinhas. Assim, neste longo período, a modalidade do império-mundo pareceu ser mais forte do que a modalidade da economia-mundo e dos minissistemas. Todas as modalidades possuíam limites espaciais e temporais. Os impérios-mundo duravam por volta de 500 anos. Sua expansão parecia sempre chegar a

¹⁸ Segundo Wallerstein (1999, p.22) houve uma série de tentativas frustradas neste sentido. China, Pérsia e Roma, ao contrário, foram casos de exemplos bem sucedidos.

um ponto em que o poder da autoridade central era vencido por “forças” que desintegravam o sistema. Nos vazios então criados surgiam novas economias-mundo e novos minissistemas. (Wallerstein, 1998, p.251,252)

Uma mudança estranha, ainda pouco explicada, teria ocorrido por volta de 1500. Wallerstein propõe a ocorrência da inversão de forças entre os império-mundo e uma economia-mundo particular, a chamada “economia-mundo européia”. Esta teria superado a fragilidade típica de sua modalidade (nenhuma economia-mundo durava muito no longo período anterior) em função do desenvolvimento de um “*método de producción capitalista*”¹⁹. Após sua consolidação, esta economia-mundo européia passou a incorporar, graças a “*lógica de sus procesos internos*”, todos os minissistemas e impérios-mundo existentes, a tal ponto que em fins do século XIX havia um único sistema histórico na face da terra.

“Por primera vez en la historia del planeta hubo un solo sistema histórico en el orbe. Se creó una situación estructural completamente nueva, ya que ahora no había sistemas históricos coexistentes fuera del único sistema superviviente llamado economía-mundo capitalista”. (Wallerstein, 1998, p.252)

O nascimento da economia-mundo européia em fins do século XV abriu as portas da Modernidade, deu origem ao “moderno sistema mundial” também chamado por Wallerstein de “sistema do capitalismo histórico”.

“... o capitalismo histórico é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital²⁰; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas conseqüências passaram à sofrer. É

¹⁹ Wallerstein (1998, p.252) defende a tese de que tal método só pode se desenvolver no seio das “economias-mundo”.

²⁰ “Em certa acepção, [capital] é riqueza acumulada. Porém, quando usado no contexto do capitalismo histórico, o conceito tem uma definição mais específica. Não é somente o estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas (ou seja, que se expressam sob forma de dinheiro) de coisas materiais. É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas; todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado. Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é “capital” na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa”. (Wallerstein, 2001, p.13)

o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada”. (Wallerstein, 2001, p.18)

Para este autor, a peculiaridade do moderno sistema mundial ou capitalismo histórico está no fato de uma economia-mundo ter sobrevivido durante aproximadamente 500 anos e ainda sim ter resistido durante todo esse período ao intento de transformar-se em um império-mundo. O segredo está no “*aspecto político de la forma de organización económica llamada capitalismo. El capitalismo ha sido capaz de florecer precisamente porque la economía-mundo contenía dentro de sus límites no uno, sino múltiples sistemas políticos*” (Wallerstein, 1999, p.491). Em outras palavras, “para que o capitalismo funcione como sistema, há que existir instituições políticas de um tipo que chamamos sistema de Estados (moderno)” (Wallerstein, 2002b, p.10).

“[O sistema de Estados] não é algo que esteja separado da economia-mundo capitalista, com origens separadas, lógicas separadas e histórias separadas. Trata-se apenas de dois aspectos do sistema-mundo moderno – isto é, o sistema do capitalismo histórico – que é um sistema-mundo integrado. (...) o sistema de Estados e a economia mundial nasceram no mesmo momento, o que significa que, se tivessem origens separadas, seria uma incrível coincidência”. (Wallerstein, 2002b, p.10)

Para Wallerstein, “o sistema de Estados é uma estrutura normativa²¹ diferente da de qualquer sistema histórico previamente existente na história do mundo, e data apenas do século XVI, mais ou menos”. O sistema interestatal é formado por um conjunto de Estados soberanos com fronteiras claras, não havendo atualmente territórios habitáveis fora da jurisdição de algum Estado dentro deste sistema, e qualquer local determinado está sob a soberania de um único Estado²². A soberania de cada Estado está na sua capacidade de tomar decisões legais e políticas no seu interior. Entretanto, ela é limitada pelo fato dos Estados não viverem de forma isolada, mas de conviverem uns com os outros em um sistema interestatal, que possui regras claras, apresentadas por meio de uma legislação

²¹ Uma estrutura normativa consta de um conjunto de normas, que apesar de serem “constantemente violadas” não significa que não sejam reais ou que não tenham importância. (Wallerstein, 2002b, p.10)

²² “Espera-se dos Estados que reconheçam reciprocamente a soberania dos demais Estados no sistema, e que o façam a maior parte do tempo”. (Wallerstein, 2002b, p.10)

internacional, não facilmente imposta dado que “não existe um governo mundial”. (Wallerstein, 2002b, p.10)

Em sua “História econômica geral” Max Weber já havia defendido a tese de que “... foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento – e, enquanto o Estado nacional não ceder lugar a um império mundial, o capitalismo também persistirá” (Weber, 1961, p.249 *apud* Arrighi, 1997, p.12).

Wallerstein (2002b, p.13) sustenta que o moderno sistema mundial sempre esteve sujeito a que “forças poderosas” tentassem controlar todo o espaço do sistema e transformá-lo em um império-mundo.

“Desde o início do sistema-mundo moderno, nós tivemos três tentativas de transformar o sistema num império-mundo – a de Charles V, a de Napoleão e a de Hitler. Todas as três fracassaram, e o sistema capitalista sobreviveu. Todas as três tiveram como consequência o estabelecimento de uma potência hegemônica no sistema-mundo: as Províncias Unidas, o Reino Unido e os Estados Unidos”. (Wallerstein, 2002b, p.14)

Wallerstein argumenta que foi do esforço de barrar determinados Estados que estiveram buscando transformar o sistema mundial num império-mundial que nasceram as chamadas “potências hegemônicas”: as Províncias Unidas em meados do século XVII, o Reino Unido em meados do século XIX e os Estados Unidos em meados do século XX. (2002a, p.34)

“A hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade entre as chamadas “grandes potências” é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos (...) nas arenas econômica, política, militar, diplomática e até cultural. A base material desse poder reside na capacidade de as empresas domiciliadas nessa potência atuarem de maneira mais eficiente em todos os três grandes campos econômicos – produção agroindustrial, comércio e finanças. Tão grande é a diferença de eficiência de que estamos falando, que essas empresas podem não apenas sobrepujar as empresas domiciliadas em outras grandes potências do mercado mundial em geral, como também, especificamente e em inúmeros casos, nos mercados internos das próprias potências rivais”. (Wallerstein, 1984b, p.38,39 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.32,33)

De acordo com Wallerstein os procedimentos básicos nos três casos de hegemonia foram os mesmos. A hegemonia foi sempre um efeito de longos períodos de expansão competitiva que resultaram numa concentração de poder econômico e político em

determinado Estado. A margem de superioridade econômica em todos os casos se deu inicialmente na produção, depois no comércio e por fim nas finanças, justamente por os Estados que aspiravam à hegemonia estarem investindo mais em tecnologia produtiva do que seus rivais, em particular, as “potências imperiais mundiais”, que vinham investindo mais em equipamento e pessoal militar. A consolidação das hegemônias ocorreu com o envolvimento de cada nação hegemônica numa “Guerra de Trinta Anos”²³, durante a qual adquiriram a supremacia militar. O próprio processo de guerra serviu para ampliar a vantagem econômica, e um acordo do pós-guerra entre as nações (uma forma de “liberalismo global”) veio a consolidar e proteger do desgaste essa maior vantagem. (Wallerstein, 2002b, p.14,15; Arrighi e Silver, 2001, p.33).

Sobre esse acordo do pós-guerra, cabe observar que este

“... consiste em uma ou outra forma de “liberalismo global” que pretende impor “o princípio da livre circulação dos fatores produtivos (bens, capital e trabalho) por toda a economia mundial”. O liberalismo global atende à dupla finalidade de respaldar a dominação baseada na vantagem competitiva da potência hegemônica e “deslegitimar os esforços das outras máquinas estatais no sentido de agir contra a superioridade econômica da nação hegemônica”. Mas o liberalismo global também “gera seu próprio declínio”, pois torna mais difícil para a nação hegemônica adiar “a disseminação da capacidade tecnológica” entre as nações rivais. Além disso, manter “a produção ininterrupta em uma dada época de máxima acumulação global” implica “a elevação furtiva da renda real das camadas trabalhadoras e dos quadros dirigentes situados na nação hegemônica”. Com o correr do tempo, essas duas tendências solapam a vantagem competitiva das empresas da nação hegemônica na produção, no comércio e, por fim, nas finanças. Com isso, o sistema retorna a um novo longo período de expansão competitiva, até que um outro Estado consiga conquistar a tríplice vantagem competitiva – na produção, no comércio e nas finanças...”. (Wallerstein, 1984, p.41,45 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.33)

Wallerstein afirma que os ciclos hegemônicos “consistem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle” e cada ciclo dura por volta de 100 a 150 anos. (2002a, p.68). A figura 1 descreve seu modelo de ciclo hegemônico. Para este autor, as hegemônias foram relativamente breves, duraram em torno de 25 a 50 anos. Ele defende que todas as hegemônias têm de entrar num lento processo de declínio. Manter a hegemonia requer concentrar-se cada vez mais em investimentos no setor militar, o que com o passar do tempo mina a competitividade

²³ A Guerra dos Trinta Anos de 1618 a 1648 consolidou a hegemonia holandesa; as Guerras Napoleônicas de 1792 a 1815 consolidaram a hegemonia britânica; e as longas guerras eurásianas de 1914 a 1945 consolidaram a hegemonia norte-americana. (Wallerstein, 1984 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.33)

econômica, a legitimidade política e a liderança ideológica. “Seu próprio sucesso cria as condições de sua extinção” (2002b, p.15).

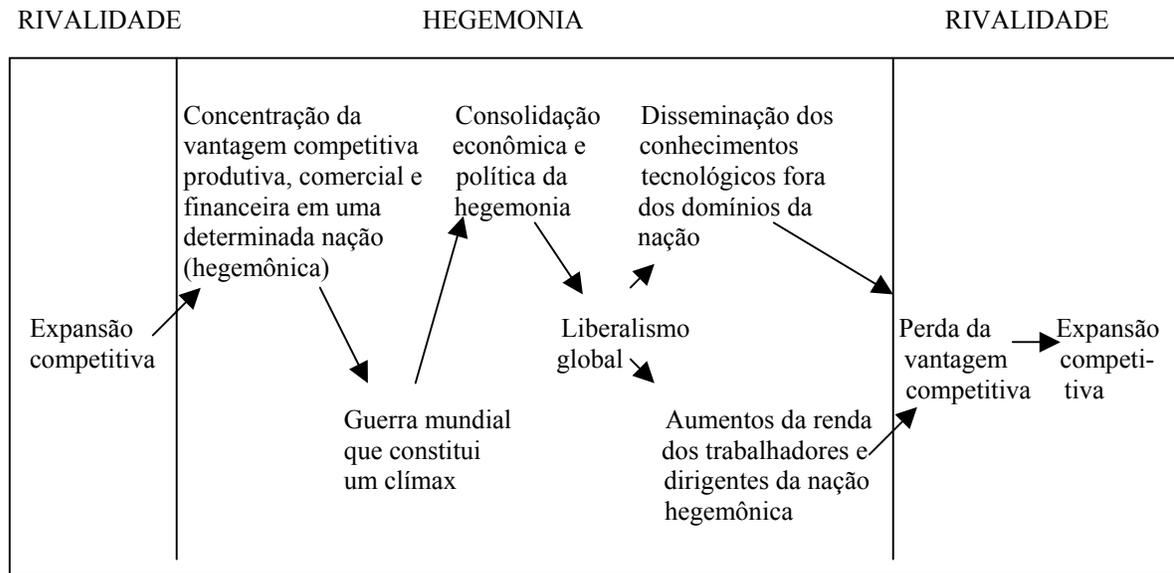


Figura 1. O ciclo hegemônico de Wallerstein (fonte: Arrighi e Silver, 2001, p.34)

Wallerstein a muito tempo vem argumentando que “os Estados Unidos estão em decadência como potência hegemônica desde a década de 70” (2002b, p.9). Atualmente acredita que a reação promovida pelo governo de George W. Bush (filho) aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 limitou-se a acelerar esse declínio. (2004, p.21)

No próximo item apresentaremos uma síntese histórica da ascensão ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos no moderno sistema mundial, tal como observada por Wallerstein.

1.2. Da ascensão ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos

Na perspectiva de Wallerstein a conquista dos Estados Unidos à hegemonia no moderno sistema mundial começou por volta de 1870. Desde então até o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos disputaram com a Alemanha a sucessão da hegemonia inglesa. O período de 1945 a 1967/73 marcou a consolidação e o apogeu da hegemonia

norte-americana. Passado estes anos, o mundo vem assistindo a um longo período de declínio da hegemonia dos Estados Unidos, acelerado pela reação do governo de George W. Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

1.2.1. A ascensão dos Estados Unidos à hegemonia global: 1873 a 1945

A conquista da hegemonia global no moderno sistema mundial pelos Estados Unidos foi um longo processo que começou com a recessão mundial de 1873 e o início do declínio da hegemonia do Reino Unido. De 1873 a 1914, Estados Unidos e Alemanha passaram a ter uma participação crescente nos mercados mundiais às custas do retrocesso da economia inglesa. Nesse período, os Estados Unidos tornaram-se os principais produtores, primeiro em aço, depois em automóveis, além de se firmarem como uma potência marítima e aérea. A Alemanha tornou-se a principal produtora em produtos químicos industriais, e era uma potência terrestre. Os dois países haviam adquirido recentemente uma base política estável, no caso dos americanos com a “conclusão triunfante” da Guerra Civil (1861-1865), e os alemães com a unificação na guerra Franco-prussiana (1871). Durante esses anos que antecederam a I Guerra Mundial, ambos ultrapassaram economicamente a Grã-Bretanha, e ambos competiram como concorrentes à sucessão da hegemonia inglesa, estando os Estados Unidos aliados econômica e politicamente com a potência hegemônica em declínio²⁴. (Wallerstein, 2004, p.21,22,39,40)

Wallerstein avalia as duas Guerras Mundiais do século XX como uma única “guerra dos trinta anos”, travada essencialmente entre os Estados Unidos e a Alemanha na disputa pela hegemonia no sistema-mundo, com tréguas e conflitos locais dispersos ao longo do período. Esta competição teria tido um desvio ideológico em 1933, quando os nazistas subiram ao poder na Alemanha e passaram à buscar não mais a hegemonia dentro do sistema, mas a transformação do sistema-mundo em um império-mundo. Um “império de mil anos” (“*ein tausendjähriges Reich*”) era o slogan nazista. No entanto, se “o assalto

²⁴ Wallerstein argumenta que “quando Estados estão perdendo sua hegemonia (...) têm de se ajustar psicologicamente (o que nunca é fácil de fazer) e buscar minimizar o declínio da sua riqueza. Até aqui, a única maneira que encontraram para minimizar os danos foi ligar seu destino, como parceiros subalternos, ao poder hegemônico subsequente – as Províncias Unidas à Grã-Bretanha, a Grã-Bretanha aos Estados Unidos”. (Wallerstein, 2002b, p.15)

imperial ao mundo tem a vantagem, a curto prazo, do vigor e da precipitação militar”, tem a desvantagem, a médio prazo, de ser muito dispendioso e de unir todas as forças de oposição. Os Estados Unidos e a União Soviética estabeleceram uma aliança estratégica que levou à derrota da Alemanha e de seus aliados. (2004, p.22,40)

1.2.2. A ascensão da potência hegemônica norte-americana: 1945-1967/1973

No final da II Guerra Mundial os Estados Unidos emergem como a única grande potência industrial do mundo, despontam como uma nação com esmagadora margem de vantagem econômica em produção e produtividade sobre todas as demais. Tal condição esteve relacionada a três fatores: a perseverança desde o fim da Guerra Civil do seu esforço nacional na melhoria da sua capacidade de produção e inovação tecnológica; o fato de ficarem livres até 1941 de gastos militares expressivos, além de terem feito uma eficiente mobilização bélica no período que participaram da guerra (a partir de 1941 ao fim da guerra em 1945), e não terem sofrido destruição de sua infra-estrutura neste período; e a enorme destruição durante a Segunda Guerra Mundial das populações e infra-estruturas de todo o continente europeu e no Leste da Ásia.²⁵ (Wallerstein, 2002a, p.20; 2004, p.22,40)

Nesse novo contexto ficou fácil para os Estados Unidos dominarem o mercado mundial. Essa vantagem econômica permitiu-lhes criar uma hegemonia capaz de “controlar ou dominar quase todas as decisões relevantes no campo político e econômico mundial durante cerca de 25 anos. A hegemonia era ideológica e até cultural” (Wallerstein, 2002a, p.20).

Segundo Wallerstein, a história de 1945 a 1967/73 “foi a da consolidação do papel hegemônico dos Estados Unidos mediante medidas adequadas nas três áreas geográficas do mundo, conforme os Estados Unidos passaram a defini-las: a esfera soviética, o Ocidente e

²⁵ “O campo de batalha foi todo o continente eurasiático, da ilha no Oeste (Grã-Bretanha) às ilhas no Leste (Japão, Filipinas e ilhas do Pacífico) e das regiões nórdicas da Eurásia até o norte da África, o Sudeste Asiático e a Melanésia no sul. De um extremo ao outro desta imensidão houve devastação da vida humana e do cabedal físico que constituíam a base da produção mundial. Algumas áreas foram mais devastadas, mas quase nenhum lugar escapou indene. A única região industrial de importância que conservou seu equipamento e sua infra-estrutura nacional intactos foi a América do Norte. Além de não terem sofrido bombardeio, as fábricas dos Estados Unidos também atingiram novos níveis de eficiência graças ao planejamento e à mobilização do tempo de guerra”. (Wallerstein, 2002a, p.183)

o Terceiro Mundo”. Esta fase ascendente da hegemonia norte-americana marcou “o apogeu do reformismo liberal em nível global: descolonização, desenvolvimento econômico e, acima de tudo, otimismo sobre o futuro em toda parte: no Ocidente, no Oriente, no Norte e no Sul”²⁶ (2002a, p.19,48,58). No plano econômico, o objetivo dos Estados Unidos depois da II Guerra Mundial era criar uma “demanda efetiva em escala mundial” para os seus produtos, já que “de que adiantava ter uma superioridade produtiva tão esmagadora se o resto do mundo não podia oferecer uma demanda efetiva para ela?” Resolveram este problema com a reconstrução da Europa Ocidental (plano Marshall oferecido a todos os aliados) e do Japão²⁷. (Wallerstein, 2004, p.24,44)

“As empresas norte-americanas precisavam de uma Europa Ocidental e um Japão economicamente recuperados para serem os principais mercados externos para sua produção. Nenhuma outra região poderia ter desempenhado esse papel no período de após-guerra. (...) não havia certeza alguma de que a URSS e a China reconstruídas pudessem fornecer um mercado expressivo e acessível de imediato para as exportações norte-americanas. Certamente, nada parecido ao que a Europa Ocidental e o Japão poderiam oferecer. Isto é, o investimento na reconstrução não seria suficientemente rentável”. (Wallerstein, 2002a, p.59,60,187)

Para poderem lucrar a partir de sua superioridade econômica, os Estados Unidos precisavam também criar uma ordem mundial para manter as relações internacionais relativamente estáveis. Este problema acabou sendo resolvido em duas partes: uma delas, a mais importante segundo Wallerstein, foi o acordo com a União Soviética (a única outra grande potência militar no mundo, ainda que mais fraca do que os Estados Unidos) do após-guerra (a Guerra Fria); a outra foi a construção da estrutura formal da nova ordem, que emergiu com o estabelecimento de um conjunto de instituições interestatais (as Nações Unidas, FMI e o Banco Mundial entre as mais conhecidas), todas controladas politicamente pelos Estados Unidos. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Tratado de Segurança EUA-Japão foi segundo este autor, uma manobra dos Estados Unidos, que

²⁶ “... os liberais ofereceram um programa mundial de autodeterminação das nações (o paralelo do sufrágio universal) e de desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas (o paralelo do Estado de bem-estar social), que, argumentaram eles, satisfazia as demandas essenciais do mundo não europeu”. (Wallerstein, 2002b, p.74)

²⁷ O maior problema dos Estados Unidos “inicialmente, não era a existência de competidores, mas uma baixa demanda efetiva, com poucos compradores no mundo por causa do declínio do poder de compra na Europa Ocidental e no Leste da Ásia. Isto requeria mais do que auxílio; requeria reconstrução”. (Wallerstein, 2004, p.41)

aproveitaram as tensões da Guerra Fria para reforçar com laços militares os acordos econômicos estabelecidos com a Europa Ocidental e o Japão. O objetivo era garantir que estas zonas seguissem fielmente a liderança política dos Estados Unidos em todas as grandes questões internacionais. (2002a, p.58; 2004, p.55,56)

“... os dois sistemas de aliança – a Otan e o Tratado de Defesa EUA-Japão – garantiam aos Estados Unidos mais dois elementos essenciais na estrutura que estavam montando para manter a sua ordem mundial: bases militares em todo o mundo e um conjunto de aliados políticos automáticos e poderosos (que por muito tempo foram mais clientes que aliados) na arena geopolítica”. (Wallerstein, 2002a, p.60)

Tanto o estabelecimento de uma ordem mundial relativamente estável que fosse capaz de garantir os lucros provenientes do comércio internacional como a criação de uma demanda efetiva para os produtos norte-americanos, isto é, os dois principais problemas com que se deparou os Estados Unidos ao final da II Guerra Mundial, foram resolvidos a partir dos acordos informais e tácitos entre Franklin D. Roosevelt, Winston Churchill e Y.V.Stalin, firmados na conferência de Yalta de 1945. O Plano Marshall representou a face econômica desses acordos. A face política “foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de 1/3 do mundo e os Estados Unidos o restante” (Wallerstein, 2004, p.23,44,45).

O acordo de Yalta possuía basicamente três cláusulas:

“Primeiro, o mundo seria dividido *de fato* em uma zona norte-americana (a maior parte do mundo) e em uma zona soviética (o resto), sendo a linha divisória o local onde as respectivas tropas estavam estacionadas quando a Segunda Guerra Mundial terminou²⁸. Segundo, a zona soviética podia, se o desejasse, reduzir ao mínimo as transações comerciais com a zona norte-americana até ter fortalecido a sua própria maquinaria produtiva, mas isto implicava em contrapartida que não devia esperar que os Estados Unidos contribuíssem para a sua reestruturação econômica. Terceiro, ambos os lados tinham liberdade – eram até mesmo encorajados – para se envolver reciprocamente em uma vigorosa retórica hostil, cuja principal função parecia ser consolidar o controle político dos Estados Unidos e da União Soviética sobre as respectivas zonas²⁹. O bloqueio de Berlim e a Guerra da Coreia,

²⁸ “Ao fim da guerra, tropas soviéticas ocupavam a metade oriental da Europa e tropas norte-americanas ocupavam a metade ocidental. A fronteira era o rio Elba, ou a linha traçada entre Stettin e Trieste, que Churchill chamaria de “Cortina de Aço” em 1946”. (Wallerstein, 2002a, p.186)

²⁹ “John Foster Dulles pregava, com a concordância de Stalin, que a neutralidade devia ser considerada “imoral”. A pretensa luta entre o mundo comunista e o mundo livre dava lugar a estrito controle interno em cada âmbito: macarthismo anticomunista no Ocidente, julgamento de espiões e expurgos no lado oriental. O que na verdade estava sob controle, tanto no Ocidente como no outro lado, era a “Esquerda”, entendendo-se por ela todos os elementos dispostos a questionar radicalmente a ordem internacional existente, a economia

situações que acabaram em tréguas que reafirmavam as linhas de participação originais, foram o toque final nesse acordo global”³⁰. (Wallerstein, 2004, p.55,56)

Wallerstein argumenta que apesar dos problemas que dificultaram a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos terem sido resolvidos ao longo dos dez anos que se seguiram aos acordos de Yalta, “quando fica instituída uma nova hegemonia, a sua manutenção requer financiamento maciço que acaba levando inevitavelmente a um relativo declínio da potência hegemônica” (2002a, p.36). Na sua avaliação foi o que aconteceu a partir do final dos anos sessenta e início dos anos setenta.

1.2.3. O declínio da hegemonia dos Estados Unidos: 1967/73 à atualidade

Os sintomas do declínio hegemônico apontados por Wallerstein são:

“maior força econômica de grandes potências “aliadas”; instabilidade monetária; perda de autoridade nos mercados financeiros internacionais com a ascensão de novos centros de decisão; crises fiscais do país hegemônico; enfraquecimento da polarização e da tensão política mundial, que eram fontes de organização e estabilidade (neste caso, a Guerra Fria); menor vontade popular de sacrificar vidas pela manutenção do poder hegemônico”. (Wallerstein, 2002a, p.37,38)

No final dos anos sessenta, a Europa Ocidental e o Japão viveram fortes retomadas econômicas, o que fez com que a vantagem econômica dos Estados Unidos praticamente desaparecesse. O crescimento econômico fora tamanho que alcançavam e começavam a superar os níveis de produtividade dos Estados Unidos. A Europa Ocidental e o Japão não só recuperaram o controle sobre os seus mercados nacionais, como também passaram a

capitalista que renascia e prosperava sob a hegemonia dos EUA com a conivência daquele que se poderia chamar de seu agente subimperialista, a URSS (...) porque ela cumpria a função de garantir a ordem e a estabilidade dentro da sua zona em condições que, na verdade, ajudavam a permitir a manutenção da hegemonia mundial norte-americana”. (Wallerstein, 2002a, p.22,187)

³⁰ “... entre 1945 e 1990, o acordo (...) foi cuidadosamente respeitado no essencial. Toda vez que seus termos pareciam ameaçados por forças fora do controle imediato das duas superpotências, estas providenciavam meios para neutralizar essas forças e renovavam seu acordo tácito. (Wallerstein, 2002a, p.59). “Até 1991, os Estados Unidos e a União Soviética coexistiram no “equilíbrio do terror” da Guerra Fria. Este estado de coisas foi seriamente posto à prova apenas três vezes: no bloqueio de Berlim (1948-1949), na Guerra da Coreia (1950-1953) e na crise dos mísseis em Cuba (1962). Em todos estes casos o resultado foi a restauração do *status quo*”. (Wallerstein, 2004, p.24)

competir de forma efetiva nos mercados de outros países, incluindo os Estados Unidos. (Wallerstein, 2002a; 2004).

“... estas condições acabaram com a superioridade dos Estados Unidos na economia global. Desde finais da década de 1960 os membros desta Tríade têm sido praticamente equivalentes no nível econômico, cada um melhor do que os outros em determinados períodos, mas nenhum alcançando um grande avanço. (...) Na década de 1970 a Europa estava relativamente bem. Na de 1980 foi a vez do Japão. Na de 1990, dos Estados Unidos. Mas a economia-mundo como um todo não esteve bem em nenhum desses períodos” (Wallerstein, 2004, p.12,13,26).

A recuperação e expansão da Europa Ocidental e do Japão provocou um aumento da produção mundial, que por sua vez criou um excedente no mercado mundial, levando muitos dos principais setores industriais (a exemplo do aço, automóveis e eletrônica) a amargurarem quedas acentuadas nos lucros. Todo esse movimento fez com que a economia mundial desde então ingressasse novamente em uma período de declínio, ainda não revertido na opinião de Wallerstein. (2004, p.57; 2002a, p.193)

“Mais uma vez, como já aconteceu muitas vezes na história da economia internacional capitalista, a alta rentabilidade dos setores de ponta acabou, principalmente porque o relativo monopólio de algumas firmas fora abalado pela incessante entrada de novos concorrentes, atraídos pelos polpidos lucros e apoiados, em geral, por governos de países semiperiféricos. A acentuada diminuição em todo o mundo da rentabilidade das atividades produtivas, como era de se esperar, provocou redução da produção e do emprego nos países onde estavam sediados os setores de ponta; por conseqüência, também foram reduzidas as aquisições de matéria-prima exportada pelas zonas periféricas, prosseguiu o deslocamento de indústrias para regiões semiperiféricas, em busca de mão-de-obra mais barata, acirrou-se a competição entre países da zona central, que procuravam livrar-se do fardo negativo transferindo-o para os outros, e houve uma significativa migração de investimentos em busca de maiores lucros, da produção para as atividades financeiras (especulativas)”. (Wallerstein, 2002a, p.63)

Por volta de 1970 a economia-mundo encontrava-se estagnada, assistia-se a uma escalada interminável da atividade especulativa, a grandes deslocamentos da produção da América do Norte, da Europa Ocidental e mesmo do Japão para outras partes do sistema-mundo (o Leste Asiático)³¹. Também foi possível observar um aumento do desemprego por

³¹ Wallerstein argumenta que “toda vez que há estagnação da economia internacional e um estreitamento dos lucros em geral, e do das atividades produtivas em particular, alguma região geográfica, que até esse momento não se encontrava no topo da hierarquia quanto a geração de lucro, passa a ter resultados muito bons. Ela se converte em pólo atrativo para amplos movimentos de realocação da produção do mundo todo,

todo lado, na maior parte dos países do Sul, mas também nos países do Norte. (Wallerstein, 2004, p.59)

Neste contexto de estagnação econômica global, os Estados Unidos trabalharam arduamente em nível político para manter as vantagens econômicas que haviam obtido tão facilmente no quarto de século posterior ao pós-guerra (que compreende a fase A do ciclo de Kondratieff³²).

“Entre 1967 e 1990 os Estados Unidos tentaram represar a maré do declínio, mas depois de 25 anos o esforço necessário tornou-se grande demais. Houve duas maneiras de represar a maré. Uma foi a “postura humilde” de [Richard] Nixon, [Gerald] Ford e [Jimmy] Carter, que esbarrou no Irã. A outra foi o falso machismo de Reagan e Bush, que esbarrou no Iraque”. (Wallerstein, 2002a, p.193)

A “postura humilde” possuía três pilares fundamentais: o “trilateralismo”, o aumento do preço do petróleo decretado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a “síndrome pós-Vietnã” (Wallerstein, 2002a, p.193).

Os aliados (Europa Ocidental e Japão) dos Estados Unidos, apesar de coibidos pela gratidão da ajuda econômica que lhes fora oferecida, “aos poucos, tentaram sair da tutela política para reivindicar seu papel específico no sistema internacional”. Foi neste contexto que os Estados Unidos ofereceram a seus aliados o “trilateralismo”, isto é, a promessa de serem mais consultados na elaboração da política internacional: “os Estados Unidos procuravam manter o controle político sobre a Europa Ocidental e o Japão, erigindo uma série de estruturas consultivas: a Comissão Trilateral e o G-7”. (Wallerstein, 2002a, p.25,190; 2004, p.61)

“O trilateralismo foi uma tentativa que visou evitar que a Europa Ocidental e o Japão adquirissem autonomia política, oferecendo-lhes uma parceria subalterna na tomada de decisão. A tentativa foi bem-sucedida na medida em que conseguiu impedir toda debandada dos países da OCDE com respeito às políticas militares, às estratégias políticas e aos acordos financeiros internacionais. Europeus ocidentais e japoneses continuaram a respeitar

beneficiando-se das dificuldades da economia internacional em conjunto. Desde os anos 70, a zona à qual coube esse papel tem sido o leste da Ásia, começando pelo Japão, seguido por sua orla mais próxima, os Quatro Dragões [Cingapura, Hong-Kong, Taiwan e Coreia do Sul], e (mais recentemente) por uma série de países do Sudeste Asiático” (2002a, p.67).

³² “Os ciclos de Kondratieff têm duração aproximada de cinquenta a sessenta anos. Suas fases A são basicamente o espaço de tempo em que se pode proteger determinados monopólios econômicos importantes; as fases B são os períodos de realocização geográfica da produção cujos monopólios se exauriram, bem como o período de disputa pelo controle dos futuros monopólios” (Wallerstein, 2002a, p.36). As fases A representam períodos de expansão econômica enquanto as fases B caracterizam-se por momentos de recessão.

a liderança dos Estados Unidos no aspecto formal. Mas na realidade, e para além da retórica, eles buscaram constantemente melhorar suas posições relativas nos processos produtivos internacionais, cientes de que a posição hegemônica dos Estados Unidos acabaria por desabar em razão da falta de base econômica”. (Wallerstein, 2002a, p.193)

Quanto à elevação do preço do petróleo puxado pela OPEP, Wallerstein (2002a, p.194) afirma que esta operação “realmente contribuiu para retardar o declínio da superioridade dos Estados Unidos”.

“O aumento do preço do petróleo decretado pela Opep, sob a liderança dos principais agentes dos Estados Unidos na questão (a Arábia Saudita e o Xá do Irã)³³, visava sobretudo a bombear o excedente financeiro internacional para um fundo central que depois seria redirecionado para o Terceiro Mundo e os países socialistas, mormente na forma de empréstimos, proporcionando-lhes estabilidade no curto prazo e sustentando artificialmente o mercado internacional para a produção industrial”. (Wallerstein, 2002a, p. 193)

O efeito deste aumento foi a elevação dos custos de produção da maior parte do processo industrial no mundo – dado que o petróleo incide de maneira direta ou indireta em praticamente toda a cadeia produtiva. Isso acarretou em uma redução da produção existente, o que foi útil para os “países” do Norte pois “a demissão de trabalhadores da indústria parecia mais justificável”, dado o excedente de produção existente. Outro resultado foi um aumento substancial na receita dos produtores de petróleo e na receita dos conglomerados petrolíferos ocidentais que detinham sob o seu controle o refino e a distribuição do petróleo em todo mundo. Para os países não-produtores de petróleo o efeito foi arrasador. (Wallerstein, 2002a, p.63,64,65,193; 2004, p.60)

A parte do súbito excedente monetário dos países produtores de petróleo que foi destinada às importações também contribuiu para restaurar a demanda nos países do Norte do globo. A outra parte deste excedente foi para as contas bancárias, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Estes bancos, por sua vez, realizaram vultuosos empréstimos aos países que passavam por desequilíbrios nas suas contas, desemprego,

³³ É preciso ter em mente que na opinião de Wallerstein os Estados Unidos no mínimo consentiram senão até mesmo promoveram este aumento. Afinal, “por que os dois aliados mais próximos dos Estados Unidos na região petrolífera – a Arábia Saudita e o Irã (governado pelo Xá) – teriam não só acompanhado mas, na verdade, assumido a liderança para obter o acordo da Opep sobre uma elevação conjunta dos preços?”. (Wallerstein, 2002a, p.64)

conflitos internos, queda dos níveis de vida, deterioração dos serviços públicos, etc.³⁴ A conta seria cobrada nos anos oitenta. (Wallerstein, 2002a, p.64,65; 2004, p.60)

Uma vantagem secundária para os Estados Unidos com a alta dos preços do petróleo no mercado mundial, foi ajudá-los por algum tempo na concorrência com a Europa Ocidental e com o Japão, precisamente por serem menos dependentes de petróleo do que estes. (Wallerstein, 2000, p.238)

O terceiro pilar da “postura humilde” foi a “síndrome pós-Vietnã”, que pode ser descrita basicamente como uma política mais “flexível” por parte dos Estados Unidos para com os países do Terceiro Mundo.

“Os Estados Unidos reagiram politicamente ao fiasco do Vietnã³⁵ adotando durante algum tempo uma postura discreta no Terceiro Mundo – tornando-se mais flexíveis em zonas como Angola, Nicarágua, Irã e Cambodja. Mas, nem todos estavam preparados para reagir a tal flexibilidade com uma redução das suas exigências. O novo governo revolucionário do Irã, sob a liderança do Aiatolá Khomeini, recusou-se a jogar de acordo com as regras do jogo interestatal, denunciando os Estados Unidos como o Grande Satã (e a União Soviética como o Satã número dois) e aprisionando diplomatas norte-americanos”. (Wallerstein, 2004, p.61)

Para Wallerstein (2002a, p.26,194), o Aiatolá Khomeini derrubou Jimmy Carter e a “postura humilde”. No seu lugar instalou-se no início dos anos oitenta o “falso machismo” com Ronald Reagan (1980-1988) seguido por George H. W. Bush (pai), isto é, uma política de “dureza com os aliados, dureza com a União Soviética, dureza dentro do país e, claro, dureza com o Terceiro Mundo”.

“... o falso machismo (...) [procurava] dar fôlego ao poder. Para os aliados, chega de bobagens trilaterais, eles tinham de ser redoutinados ideologicamente. Os aliados reagiram mantendo a sua “postura humilde” perante os Estados Unidos. Para o Terceiro Mundo, a receita era invadir Granada, bombardear a Líbia (uma vez) e, por fim, depor o agente traidor do Panamá, Noriega. O Terceiro Mundo reagiu com um atentado suicida que matou duzentos fuzileiros navais e obrigou os Estados Unidos a saírem do Líbano. Para o pessoal de casa, reduzir os salários reais não mediante inflação mas acabando com os sindicatos (começando pelos controladores de tráfego aéreo), redistribuindo a renda nacional em

³⁴ “... quase todos os países africanos, boa parte da América Latina e da Ásia e também quase todos os países do chamado bloco soviético (começando pela Polónia, passando pela Romênia e a URSS e chegando à Coreia do Norte)” (Wallerstein, 2002a, p.65).

³⁵ “... o Vietnã não foi simplesmente uma derrota militar ou uma nódoa no prestígio dos Estados Unidos. A guerra desferiu um forte golpe na capacidade de os Estados Unidos continuarem a ser a potência econômica dominante no mundo. O conflito foi dispendioso e praticamente esgotou as reservas de ouro dos Estados Unidos, que eram abundantes desde 1945”. (Wallerstein, 2004, p.26)

benefício dos ricos e provocando uma recessão profunda que ia deslocar muita gente da faixa de renda média para empregos de baixa remuneração. Em face da crise da dívida externa na economia internacional (consequência direta do engodo permitido pelo aumento do preço do petróleo da Opep), apela-se ao keynesianismo militar nos Estados Unidos, entregando o patrimônio norte-americano aos aliados ao contrair uma dívida monumental, o que necessariamente provocaria a desvalorização do dólar no longo prazo. E, claro, denuncia-se o Império do Mal”. (Wallerstein, 2002a, p.195)

O resultado da crise da dívida externa foi uma espiral econômica descendente em todo o Terceiro Mundo e nos países do bloco soviético, com exceção dos países de industrialização recente do Leste Asiático, que conseguiram trazer para os seus Estados as indústrias que se transferiram do centro para a periferia, em razão da menor taxa de lucratividade. Como não podia mais contar com “a bomba da Opep”, a reação de Ronald Reagan a este novo quadro da economia mundial foi praticar uma nova versão de “keynesianismo militar” tomando empréstimos maciços de seus ex-aliados (o Japão e a Europa Ocidental), agora seus rivais econômicos. A única grande consequência desta política, na avaliação de Wallerstein, foi “a criação de uma incrível dívida nacional”. (Wallerstein, 2002a, p.26; 2004, p.62)

No transcorrer dos anos oitenta os Estados Unidos passaram a sofrer com sua enorme dívida externa. Enquanto isso, a Europa Ocidental e o Japão (seus novos e vigorosos concorrentes) aumentavam sua participação na economia mundial, justamente em razão dos Estados Unidos concentrarem-se mais em investimentos com objetivos militares, enquanto estes concentraram-se mais em investimentos em tecnologia produtiva. (Wallerstein, 2002a, p.69)

Os anos oitenta começaram com a chamada “crise da dívida” e terminaram com o colapso dos comunismos. Para Wallerstein, a crise da dívida veio à tona não em 1982, quando o México anunciou que não mais podia honrar com seus compromissos e procurou renegociar sua dívida externa, mas já em 1980, quando o governo de Gierek na Polônia “resolveu implementar o receituário do FMI sem que o próprio FMI lhe tivesse pedido”³⁶. Para este autor, a crise polonesa foi o ponto de partida que culminou no colapso dos

³⁶ “O que o FMI começava a recomendar a todos os países nessa situação (...) era que reduzissem seus gastos (menores importações e menos bem-estar social para a população) e aumentassem as exportações (mantendo baixos os salários ou reduzindo-os, reorientando a produção, diminuindo a incidência dos bens para consumo interno para privilegiar tudo o que fosse vendável no mercado externo”. (Wallerstein, 2002a, p.68)

comunismos, “o toque de finados do sistema soviético de satélites na Europa Central e do Leste”. (2002a, p.67,68; 2004, p.60,61)

Wallerstein ressalta que

“os Estados Unidos (...) certamente não foram (...) os responsáveis pela queda da União Soviética. Na verdade, a União Soviética e sua zona imperial, no Leste da Europa, caíram por causa da desilusão popular com a velha esquerda, combinada com os esforços de Mikhail Gorbachev para salvar seu regime, liquidando os acordos de Yalta e instituindo a liberalização interna (*perestroika* mais *glasnost*). Gorbachev conseguiu liquidar Yalta, mas não salvar a União Soviética”³⁷. (Wallerstein, 2004, p.29)

O colapso do comunismo criou sérias dificuldades para os Estados Unidos. Do ponto de vista ideológico, “o colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo”. Para Wallerstein, o marxismo-leninismo como ideologia não foi a antinomia do liberalismo wilsoniano³⁸, mas sim uma variante desta ideologia. Ambas teriam sido responsáveis por domesticar as classes trabalhadoras européias no século XIX e as classes populares do Terceiro Mundo no século XX³⁹. (2002a, p.23,58,71; 2004, p.29)

O colapso dos comunismos de 1989-1991 teria demonstrado que “se nem sequer a URSS conseguira atingir esse objetivo [do desenvolvimento econômico], tendo à sua disposição o modelo leninista na sua plenitude, certamente (...) nenhum outro país do

³⁷ “... a União Soviética (...) desarmou-se unilateralmente, pedindo reciprocidade aos Estados Unidos. Abandonou o Afeganistão e, efetivamente, a Europa Central e o Leste. E procurou reformar o sistema político interno. Sua queda deveu-se ao fato de ter subestimado grandemente as forças do nacionalismo emergentes no interior da própria União Soviética e, acima de tudo, do nacionalismo russo”. (Wallerstein, 2004, p.63)

³⁸ A ideologia liberal de Woodrow Wilson, anunciada em 1917, visava convencer o Terceiro Mundo de que “na plenitude dos tempos, todo povo receberia finalmente seu direito político coletivo à soberania, análogo ao direito político individual de cada cidadão ao sufrágio. Esses direitos políticos propiciariam depois a oportunidade para o auto-aperfeiçoamento, que após 1945 ganhou o nome de desenvolvimento nacional”. (Wallerstein, 2002a, p.22,23)

³⁹ Ambas ideologias concordavam “em pelo menos seis programas e visões do mundo de grande relevância, embora por vezes expusessem essa concordância em linguagem um pouco diferente: 1) defendiam o princípio da autodeterminação das nações; 2) eram favoráveis ao desenvolvimento de todos os países, ou seja, urbanização, comercialização, proletarização e industrialização, com prosperidade e igualdade no fim do processo; 3) declaravam acreditar na existência de valores universais que tinham a mesma transcendência para todos os povos; 4) declaravam-se confiantes na validade do conhecimento científico (basicamente em sua forma newtoniana) como única base racional do aperfeiçoamento tecnológico; 5) acreditavam que o progresso humano era inevitável e desejável, e que para esse progresso acontecer deviam existir Estados fortes, estáveis e centralizados; 6) afirmavam sua crença no poder do povo – democracia – mas definiam a democracia como uma situação na qual as decisões políticas essenciais eram tomadas por especialistas em reformas racionais”. Essa concordância ideológica teria em muito facilitado a divisão do poder mundial nos termos de Ialta. (Wallerstein, 2002a, p.58)

Terceiro Mundo conseguiria chegar lá com um programa de esforço autônomo coletivo no contexto do sistema mundial existente”. Para Wallerstein, foi esta perda de legitimidade que levou o Iraque de Saddam Hussein a invadir o Kuwait e pôr fim ao “falso machismo” de Ronald Reagan e George H. W. Bush (pai). (2002a, p.27,198; 2004, p.29,48)

Wallerstein conclui que

“há cinquenta anos, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo baseava-se em uma combinação de eficiência produtiva que superava de longe a de qualquer rival, uma agenda de política mundial que era calorosamente apoiada por seus aliados na Europa e na Ásia, e uma superioridade militar. Hoje, a eficiência produtiva das empresas norte-americanas enfrenta forte competição, principalmente por parte das empresas dos seus aliados mais próximos. A agenda política mundial dos Estados Unidos já não é tão calorosamente apoiada e, muitas vezes, é claramente contestada, mesmo por seus aliados, especialmente depois do desaparecimento da União Soviética. O que resta, no momento, é sua superioridade militar”. (Wallerstein, 2004, p.211)

A Guerra do Iraque e as reações do governo de George W. Bush (filho) aos atentados de 11 de setembro de 2001 provaram ao mundo que os Estados Unidos realmente eram a maior potência militar. No entanto, Wallerstein ressalta que esta demonstração de força ressaltou também a sua fraqueza econômica, pois é do conhecimento geral que seu esforço de guerra foi financiado por outros países. Nos anos oitenta, os Estados Unidos contraíram uma enorme dívida externa com seu keynesianismo militar, e nos anos noventa deram prioridade à redução de gastos do Estado. Tudo isso dificultou sua capacidade de conduzir suas atividades militares. “A vantagem dos Estados Unidos na esfera militar traduz-se numa desvantagem a longo prazo na esfera econômica, pois desvia capital e inovação dos empreendimentos produtivos” (2002a, p.197,198; 2002b, p.70,71; 2004, p.312)

Sustenta que atualmente a Europa Ocidental e o Japão (juntamente com o Leste da Ásia) estão em nível competitivo com os Estados Unidos em termos de capacidades básicas (capital disponível, competências humanas, pesquisa e capacidade de desenvolvimento). A vantagem monetária norte-americana (apoiada no uso do dólar como moeda de reserva) é o seu último porto seguro. Acredita que esta vantagem está diminuindo e provavelmente desaparecerá. Para Wallerstein, os Estados Unidos são “uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma

nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar”.
(Wallerstein, 2004, p.25,312; Brasil de Fato, 31/03/2005, p.14)

CAPÍTULO 2. DA ASCENSÃO À CRISE DA HEGEMONIA MUNDIAL NORTE-AMERICANA NO MODERNO SISTEMA MUNDIAL NA PERSPECTIVA DE GIOVANNI ARRIGHI E O GPSHC

Neste segundo capítulo apresentaremos a tese da “crise da hegemonia mundial norte-americana” de Giovanni Arrighi e o Grupo de Pesquisas sobre Hegemonias Comparadas. Como no primeiro capítulo, veremos inicialmente o arcabouço teórico que sustenta esta tese. Em seguida apresentaremos uma nova síntese histórica da ascensão à crise da hegemonia mundial dos Estados Unidos no moderno sistema mundial.

2.1. O Moderno Sistema Mundial e o Ciclo Hegemônico

Em “o longo século XX” Giovanni Arrighi estudou “os dois grandes processos interdependentes da era [moderna]: a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial” (Tilly, 1984, p.147 *apud* Arrighi, 1997, p.ix). Inicialmente, concentrou-se estudo no processo de formação e expansão do “moderno sistema interestatal” através das sucessivas “hegemonias mundiais” (holandesa, inglesa e norte-americana). Posteriormente se voltou para a formação e expansão do capitalismo como sistema mundial através dos consecutivos “ciclos sistêmicos de acumulação” (genovês, holandês, britânico e norte-americano).

As origens do sistema de Estados nacionais foram buscadas na formação de um “subsistema de cidades-Estados capitalistas” no norte da Itália, que surge no interior do “sistema medieval de governo”. “... esse subsistema de cidades-Estados, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão (...) antecipou em pelo menos dois séculos muitas das principais características do moderno sistema interestatal”, que emerge em 1648 com o Tratado de Vestfália⁴⁰ (Arrighi, 1997, p.37). De acordo com Arrighi, a expansão global

⁴⁰ Com o Tratado de Vestfália, “a idéia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos deixou de existir. O que veio tomar seu lugar foi a idéia de que todos os Estados compunham um sistema político mundial, ou pelo menos, de que os Estados da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sistema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder – um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles”. (Gross, 1968, p.54,55 *apud* Arrighi, 1997, p.43)

desse “novo sistema mundial de governo” (o sistema de Vestfália) ocorreu através de “uma série de transições, no correr das quais o sistema, tal como previamente instituído, desarticulou-se, apenas para ser reconstituído em bases sociais mais amplas”. Esse processo de reconstrução do sistema foi conduzido pelas chamadas “hegemonias mundiais”.

O conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Arrighi teve como ponto de partida à noção de Antonio Gramsci sobre a hegemonia no plano dos Estados nacionais. Já sua idéia de sucessivos “ciclos sistêmicos de acumulação” como “padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial” derivou da observação de Fernand Braudel “de que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegarem ao estágio de expansão financeira”. (Arrighi, 1997, p.6,88)

No que diz respeito aos ciclos sistêmicos, cabe observar que estes são compostos de duas fases: uma fase de expansão material seguida por uma fase de expansão financeira.

“... nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (...). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação”. (Arrighi, 1997, p.6).

Na perspectiva de Arrighi, a expansão financeira anunciada na década de 1970 não é, como alguns observadores julgaram, “o último e mais avançado estágio do capitalismo mundial”, mas sim “um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna” (Arrighi, 1997, p.ix). Foi seguindo Braudel que Arrighi identificou

“o início das expansões financeiras com o momento em que os principais agentes empresariais da expansão comercial anterior deslocam suas energias e seus recursos do comércio de mercadorias para o de moedas. E, como Braudel, tomamos a repetição desse tipo de expansão financeira como a principal expressão de uma certa unidade da história capitalista, desde o fim da Idade Média até nossos dias”. (Arrighi, 1997, p.88)

Braudel foi quem primeiro observou que “toda vez que os lucros do comércio e da produção se acumulavam numa escala que ultrapassava os canais normais de investimento, o capitalismo financeiro ficava (...) em condições de assumir e dominar, pelo menos por

algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios” (Braudel, 1984, p.604 *apud* Arrighi e Silver, 2001, p.40). E foi Arrighi quem ressaltou que as expansões financeiras sempre ocorreram em conjunto com uma intensificação da competição entre os Estados nacionais pelo capital circulante. (Arrighi e Silver, 2001). Segundo Arrighi, esta coincidência

“não é um mero acidente histórico. Trata-se, antes, do efeito de uma tendência dupla, gerada por expansões do comércio e da produção particularmente rápidas, amplas e lucrativas. Por um lado, quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo em forma líquida uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada, diretamente ou através de intermediários, na especulação e na tomada e concessão de empréstimos. Por outro lado, as organizações territoriais [os Estados nacionais] reagem às restrições orçamentárias mais acentuadas, decorrentes da redução da expansão do comércio e da produção, competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula nos mercados financeiros. Essa tendência acarreta redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidades para os agentes que controlam o capital circulante, com isso inflacionando e sustentando a lucratividade de negócios financeiros predominantemente divorciados do comércio e da produção de bens. Todas as expansões financeiras sistêmicas, passadas e presentes, são o resultado do desenvolvimento conjunto, ainda que desigual, dessas duas tendências complementares”. (Arrighi e Silver, 2001, p.40,41)

Assim, as expansões financeiras aparecem como resultado de duas tendências complementares: a hiperacumulação de capital e a intensa competição entre os Estados nacionais pelo capital circulante. Enquanto a primeira tendência cria as condições de oferta das expansões financeiras, a segunda cria as suas condições de demanda. (Arrighi e Silver, 2001)

Deve-se também ter em mente que Arrighi (1997, p.88,89) destaca que até o presente as expansões financeiras anunciaram a “troca no alto comando da economia mundial capitalista e uma concomitante “revolução organizacional” nos processos de acumulação de capital”. E não só, também resalta que “em toda e qualquer expansão financeira, o capitalismo mundial reorganizou-se ainda mais fundamentalmente sob uma nova liderança. (...) elas [as fases de expansão financeiras] foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos” (Arrighi e Silver, 2001, p.41).

Cabe aqui destacar de antemão que a despeito de Wallerstein e Arrighi partilharem a tese do declínio ou crise da hegemonia norte-americana, o ciclo hegemônico de Arrighi difere do ciclo hegemônico de Wallerstein. Há divergências no que diz respeito ao próprio conceito de hegemonia. Aliás, é por estas diferenças que julgamos ser necessário examinar as duas perspectivas em separado. Devemos também observar que o termo “hegemonia” utilizado por Wallerstein refere-se especificamente a “dominação” (2002b, p.13,14). Além disso, no seu esquema a alteração do poder de uma nação não traz qualquer modificação ao funcionamento do sistema mundial. Já o conceito de “hegemonia mundial” elaborado por Arrighi,

“refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema”. (Arrighi, 1997, p.27)

Segundo Arrighi (1997, p.30,31), “o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos”. Assim, a formação e expansão do sistema mundial moderno não seguiu uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passou “por diversas mudanças para novos trilhos, instalados por complexos específicos de órgãos governamentais e empresariais”. As reorganizações sistêmicas lideradas pelas sucessivas potências hegemônicas conduziram, cada qual, o sistema por uma nova direção (Arrighi e Silver, 2001, p.31).

“Sob a liderança holandesa, o sistema emergente de Estados europeus foi formalmente instituído pelos tratados de Westfália. Sob a liderança britânica, o sistema eurocêntrico de Estados soberanos avançou para uma dominação global. Sob a liderança norte-americana, o sistema perdeu seu eurocentrismo e ganhou mais alcance e penetração”. (Arrighi e Silver, 2001, p.32)

O conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Arrighi teve por base a idéia de Antonio Gramsci de que

“a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que

ele tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a “liderança” antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a “liderar”” (Gramsci, A., 1971, p.57-8 *apud* Arrighi, G.,1997, p.28).

Para Arrighi, o poder que possui determinado Estado hegemônico representa “algo maior e diferente da “dominação” pura e simples. É poder associado à “dominação” ampliado pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. A dominação aparece como primordialmente fundamentada na coerção, e a hegemonia como “poder *adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em função de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflito” (Arrighi, 1997, p.28; Arrighi, Silver, 2001, p.35). Em outras palavras,

“a hegemonia (...) é mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses desse grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral”. (Arrighi e Silver, 2001, p.36)

Nos momentos de hegemonia o controle governamental pode ser exercido sem a difusão ou ameaça de uso da força, pois os grupos subordinados acreditam que o caminho tomado pelo grupo dominante atende não apenas aos interesses deste grupo, mas também aos seus interesses, isto é, atende a um “interesse geral”.

“A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, só falaremos de hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trazer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia”. (Arrighi, 1997, p.28,29)

Para Arrighi, a alegação de liderar a sociedade como um todo e de tal forma que esta liderança amplie o poder do grupo dominante, e isto não em um contexto nacional como faz Gramsci, mas num contexto internacional, apresenta dois problemas: um que quando se fala de liderança em nível interacional o termo é usado para designar dois fenômenos bastante distintos; o outro, que é mais difícil definir um interesse geral a nível

do sistema interestatal do que a nível dos Estados nacionais considerados individualmente. (Arrighi, 1997; Arrighi e Silver, 2001)

Quanto ao primeiro problema, o termo liderança pode significar que um determinado Estado dominante sirva de “modelo” a ser seguido por outros Estados. Isso pode acarretar num primeiro momento em um aumento do prestígio e por conseqüência aumento do poder da nação dominante. Entretanto, em um momento posterior pode levar ao enfraquecimento do poder do Estado dominante em função do fortalecimento dos Estados que obtiveram algum sucesso no processo de imitação. Nesse caso, “essa “liderança contra a vontade do líder” (...) está sempre presente nas situações hegemônicas, mas por si só não define uma situação como hegemônica”. (Arrighi e Silver, 2001, p.36)

A segunda conotação para o termo liderança, e que define as hegemonias, refere-se ao “fato de que uma nação dominante conduz o sistema de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo, é largamente percebida como buscando um interesse geral” (Arrighi e Silver, 2001, p.36). É aqui que Arrighi esbarra no segundo problema, isto é, definir um interesse geral a nível não dos Estados nacionais mas a nível do sistema interestatal.

No plano dos Estados individualmente considerados, o aumento do poder do Estado perante outros Estados representa uma busca bem-sucedida de um “interesse nacional”. De acordo com Arrighi,

“o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de nações à custa de outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, “regional” ou de “coalizão”, e não uma verdadeira hegemonia mundial”. (Arrighi, 1997, p.29)

Pra este autor, a emergência das hegemonias mundiais só ocorre

“quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles”. (Arrighi, 1997, p.29,30, grifo no original)

Segundo Arrighi, é preciso que haja duas condições para que um Estado pretensamente hegemônico atenda ao interesse geral no plano do sistema internacional:

“primeiro, os grupos dominantes desse Estado devem ter desenvolvido a capacidade de liderar o sistema em direção a novas formas de cooperação e divisão do trabalho interestatais que permitam às unidades do sistema romper com (...) a tendência de os Estados separados buscarem seu interesse nacional, sem levarem em conta os problemas de nível sistêmico que exigem soluções em nível sistêmico. Em suma, tem que haver uma “oferta” efetiva de capacidade de governabilidade mundial. Em segundo lugar, as soluções de nível sistêmico oferecidas pela pretensa nação hegemônica devem endereçar-se a problemas de nível sistêmico que se tenham agravado a ponto de criar, entre os grupos dominantes emergentes ou vigentes do sistema, uma “demanda” profunda e amplamente sentida de gestão sistêmica. Quando estas condições de oferta e demanda são simultaneamente atendidas, a pretensa nação hegemônica pode desempenhar o papel de “sucedâneo do governo”, promovendo, organizando e administrando a expansão do poder coletivo dos grupos dominantes do sistema”. (Arrighi e Silver, 2001, p.37,38)

Os grupos dominantes emergentes ou vigentes do sistema carecem profundamente de gestão sistêmica nos períodos denominados de “caos sistêmico”, isto é,

“uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os organismos, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico”. (Arrighi, 1997, p.30)

Nas situações de caos sistêmico qualquer Estado ou grupo de Estados que seja capaz de ofertar “governabilidade mundial” pode vir a se tornar mundialmente hegemônico. Os Estados que o fizeram (Holanda, Grã-bretanha e Estados Unidos) reconstituíram o sistema em “bases novas e mais amplas” e restabeleceram uma certa medida de cooperação interestatal. A partir daí, seguiram-se períodos de “expansão sistêmica” em que o Estado hegemônico promovia a expansão conduzindo o sistema a “uma divisão do trabalho mais ampla ou mais profunda”, apoiado (imitado) por outros Estados que mobilizavam energias e recursos nesse processo. Nestes períodos, as duas formas de liderança – a liderança contra a vontade do líder e a liderança hegemônica – conviviam sem minar a capacidade de

expansão sistêmica. Com o passar do tempo, estas formas de liderança sempre entram em choque, conduzindo o sistema para um período de crise hegemônica. (Arrighi, 1997; Arrighi e Silver, 2001)

“Sempre há uma tensão entre essas duas tendências, porque uma divisão do trabalho e especialização das funções mais amplas e mais profundas envolvem a cooperação entre as unidades do sistema, ao passo que a imitação baseia-se em sua competição mútua e a fomenta. A princípio, a imitação funciona em um contexto predominantemente cooperativo e, portanto, age como um motor da expansão. Mas a expansão aumenta (...) o número de unidades socialmente relevantes que interagem no sistema e o número, variedade e velocidade das transações que ligam as unidades entre si. Com o tempo, esse aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema tende a intensificar a competição entre suas unidades para além da capacidade reguladora das instituições existentes. Quando isso acontece, a tirania das pequenas decisões leva a melhor, o poder do Estado hegemônico sofre uma deflação e se instaura uma crise de hegemonia”. (Arrighi e Silver, 2001, p.38)

As crises hegemônicas se caracterizam por três processos distintos, mas estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais; e o surgimento de novas configurações de poder. Apesar da forma e da relação entre estes processos, serem distintas nos diferentes períodos de crise hegemônica, todos os processos se associaram ao fenômeno da expansão financeira. (Arrighi e Silver, 2001). A figura 2 representa o ciclo hegemônico elaborado por Arrighi e o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas.

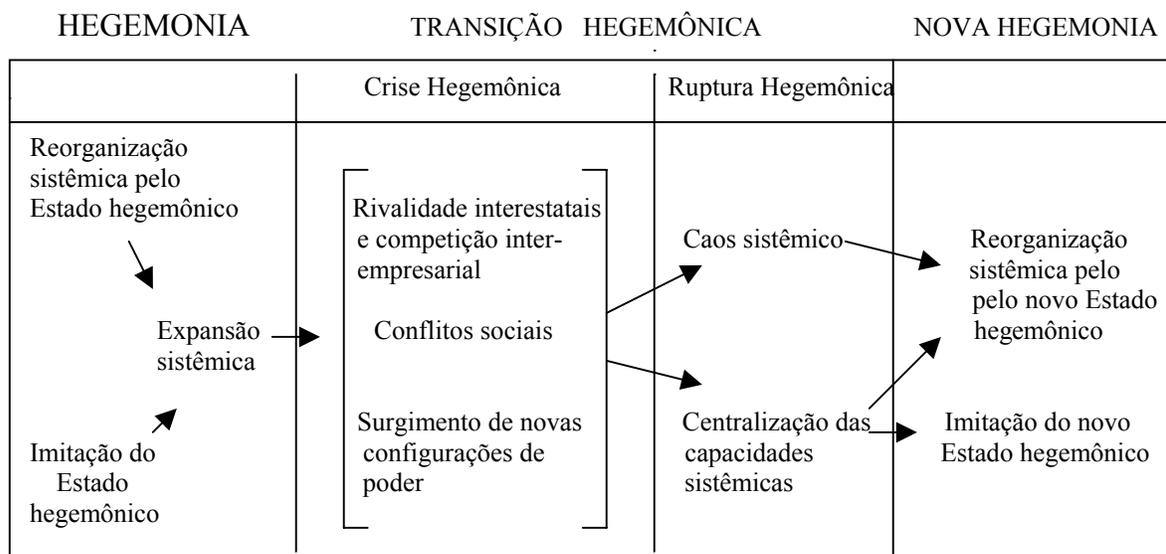


Figura 2. O ciclo hegemônico de Arrighi e do Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas (fonte: Arrighi e Silver, 2001, p.39)

O restante do capítulo procura apresentar a história da crise e ruptura da hegemonia mundial britânica à crise da hegemonia mundial norte-americana moderno sistema mundial, na perspectiva desenvolvida por Arrighi e o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas.

2.2. Do Declínio da Hegemonia Mundial Inglesa à Crise da Hegemonia Mundial Norte-americana

A transição da hegemonia mundial britânica para a norte-americana ocorreu entre 1873 a 1945/1950. A primeira data marca o início da Grande Depressão e a segunda marca do término da Segunda Guerra Mundial à construção da nova ordem mundial. Segundo o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas, esta transição percorreu três fases: 1) crise da hegemonia britânica sob o impacto da Grande Depressão; 2) desintegração da ordem mundial estruturada pela hegemonia inglesa sob o impacto da Primeira Guerra Mundial; 3) emergência da nova ordem mundial por volta de 1950. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

A expansão sistêmica do comércio e da produção mundial sob a hegemonia norte-americana, durante a chamada era dourada do capitalismo das décadas de 1950 e 1960, se converteu por volta da década de 1970 em uma crise hegemônica. Quando aproximava-se a derrota americana no Vietnã e quando o sistema monetário internacional de Bretton Woods beirava o colapso, a hegemonia mundial dos Estados Unidos entrava em uma crise prolongada. Segundo o Grupo esta crise ainda não se resolveu. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

2.2.1. A transição da hegemonia mundial inglesa para a estadunidense: 1870-1945/1950

Assim como em todas as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos anteriores, a grande expansão do comércio mundial de meados do século XIX (na “era do capital” de 1848 a 1873) sob a hegemonia mundial britânica, culminou, ao redor de 1870,

em uma intensa competição intercapitalista e na crise da hegemonia britânica. (Arrighi, 1997; Silver e Slater, 2001)

“Em toda a economia mundial centrada no Reino Unido um número crescente de empresas comerciais de um número crescente de lugares vinha-se atrapalhando mutuamente na busca de insumos e no posicionamento de seus distribuidores, assim destruindo os “monopólios” anteriores uma das outras – isto é, seu controle mais ou menos exclusivo de determinados mercados”. (Arrighi, 1997, p.168)

O resultado dessas pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital foi a Grande Depressão dos anos 1873-1896, que na concepção de Giovanni Arrighi (1997, p.167) “nada mais foi que um período prolongado de violenta competição de preços”. Nas palavras de David Landes, a Grande Depressão foi “a mais drástica deflação na memória do homem” (Landes, 1969, p.231 *apud* Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.75).

Como assinala o próprio Landes, esta drástica deflação cedeu lugar ainda nos últimos anos do século XIX, como num “passe de mágica”, a um aumento dos preços, dos juros e com eles dos lucros.

“No último quarto de século XIX, a competição selvagem de preços realmente reduzira os lucros a níveis “irracionalmente” baixos, e o otimismo dera lugar à incerteza e a um sentimento de agonia. (...) Mas então, de repente, como que num passe de mágica, “a roda girou. Nos últimos anos do século, os preços começaram a subir, levando consigo os juros. Com a melhora dos negócios, a confiança voltou (...) a pesar do matraquear das armas e das referências dos marxistas ao “último estágio” do capitalismo. Em toda a Europa Ocidental, esses anos perduraram na memória como os bons tempos – a era eduardiana, *la belle époque*””. (Landes, 1969, p.231 *apud* Arrighi, 1997, p.176)

A alta dos preços de meados da década de 1890 que reverteu a drástica redução dos lucros baseou-se primordialmente em uma nova escalada da corrida armamentista entre as grandes potências europeias. “Como tal, refletira, não uma superação da intensa competição intercapitalista que marcara a Grande Depressão de 1873-96, porém uma mudança de seu *locus* primário da esfera das relações interempresariais para a das relações interestatais” (Arrighi, 1997, p.277). Pode-se dizer que a mágica que restabeleceu os preços e com eles os lucros da Grande Depressão foi a competição acirrada entre as nações europeias pelo capital circulante que fora retirado do comércio e começava a se tornar disponível na forma

de crédito para as grandes potências européias, conforme ilustra a citação que se segue. (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

“... o controle da oferta de capital circulante dotou as classes capitalistas da Europa em geral, e as da Grã-Bretanha em particular, da capacidade de ditar aos Estados concorrentes as condições mediante as quais elas os auxiliariam na luta pelo poder. Isso, mais que qualquer outra coisa, facultou à burguesia européia não apenas recuperar-se da Grande Depressão, mas desfrutar, por cerca de vinte anos, de um momento de grande esplendor”. (Arrighi, 1997, p.277)

Foi durante a depressão e a expansão financeira da *belle époque* que a Grã-Bretanha sofreu uma redução de sua supremacia industrial e imperial, motivada pela disseminação do imperialismo e do mercantilismo de outros governos europeus⁴¹. Mas, até a I Guerra Mundial a disseminação do imperialismo e do mercantilismo não havia reduzido o papel da Inglaterra como câmara de compensação central do sistema mundial capitalista. Inclusive foi neste período que esta nação mais se beneficiou da condição de centro do comércio e das finanças mundiais. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

A Primeira Guerra Mundial chegou até a aumentar a extensão do império ultramarino britânico. No entanto, o custo financeiro desses sucessos político-militares acelerou a ultrapassagem do poderio britânico pelo norte-americano. A “industrialização da guerra” tornou patente o enfraquecimento da hegemonia mundial inglesa⁴². (idem, p.82)

“A escalada de gastos do governo que havia precedido a Primeira Guerra Mundial fora uma condição essencial para o vigor persistente das altas finanças centradas em Londres. Com a chegada da guerra, entretanto, os custos astronômicos destruíram em poucos anos as bases da supremacia financeira britânica”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.82)

A Inglaterra abandonou o padrão ouro em 21 de setembro de 1931, marcando não só a crise terminal da dominação britânica sobre o capital do mundo como também o colapso

⁴¹ A Grande Depressão havia abalado a confiança dos governos europeus em uma cura econômica autônoma. Como resultado tomaram medidas protecionistas para proteger as economias nacionais das devastações do mercado mundial. “A difusão do industrialismo foi parte integrante da construção da economia nacional e, em si mesma, a disseminação do imperialismo foi, antes de mais nada, resultante de “uma luta entre as potências pelo privilégio de estender seu comércio a mercados politicamente desprotegidos” (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.76).

⁴² A “industrialização da guerra” foi “o processo pelo qual as atividades de condução da guerra passaram a ter que contar com produtos mecânicos fabricados a máquinas, em número, tamanho e variedade cada vez maiores” (Arrighi, 1997, p.64). Todo esse processo elevou em muito os gastos do governo britânico.

derradeiro da ordem mundial centrada na Grã-Bretanha. (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

A Inglaterra exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. A partir de 1870 começou a perder o controle do equilíbrio de poder europeu e posteriormente o equilíbrio global. A difusão do industrialismo desgastou a supremacia naval britânica e deu origem a complexos industriais militares poderosos demais para que esta os controlasse com sua tradicional política de equilíbrio de poder⁴³ (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001). Entre as nações concorrentes destaca-se a Alemanha, cuja industrialização no período posterior a 1870 “foi particularmente perturbadora para os britânicos, pois criou condições para a ascensão de uma potência europeia terrestre capaz de aspirar à supremacia continental e de desafiar a supremacia marítima britânica”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.81)

Ao mesmo tempo, a capacidade da Inglaterra de ocupar o centro da economia mundial foi minada pela emergência da economia nacional norte-americana, cuja riqueza, dimensões e recursos eram muito superiores. Deve-se destacar também que mesmo antes de começar a I Guerra Mundial os Estados Unidos já haviam despontado como uma potência regional das Américas. (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

O poderio mundial da Inglaterra viu-se seriamente desafiado pelo novos poderes emergentes da Alemanha e dos Estados Unidos, que se fortaleceram mutuamente e comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal. O resultado desse desafio, como sabemos, foi uma nova luta pela supremacia mundial, só que desta vez, com “uma violência e morbidez sem precedentes”. (Arrighi, 1997, p.59)

⁴³ O Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas sintetiza a tradicional política de equilíbrio de poder sob a hegemonia britânica da seguinte forma: “por um lado, [os ingleses] tranquilizaram e apoiaram os governos absolutistas da Europa continental, organizados na Sagrada Aliança, ao garantirem, através do recém-criado Concerto da Europa, que as mudanças no equilíbrio de poder só se produziriam mediante consulta às Grandes Potências. Por outro lado, criaram dois contrapesos importantes ao poder da Santa Aliança. Na Europa, exigiram e conseguiram que a França, derrotada, fosse incluída entre as Grandes Potências, ainda que mantida sob controle, classificando-se ao lado de nações de segundo escalão cuja soberania era garantida pelo Concerto. Nas Américas, se opuseram às intenções da Santa Aliança de restabelecer a dominação continental, afirmando o princípio da não-intervenção na América Latina e convidando os Estados Unidos a respaldarem esse princípio. O que mais tarde viria a se transformar na Doutrina Monroe – a idéia de que a Europa não devia intervir nos assuntos americanos – foi, inicialmente, uma política britânica. Com isso, mantendo seu interesse nacional na preservação e consolidação de uma estrutura de poder fragmentada e “equilibrada” na Europa continental, a Grã-Bretanha pôde criar a percepção de que seu poderio mundial esmagador vinha sendo exercido em nome do interesse geral – tanto o interesse de antigos inimigos quanto o de antigos aliados, das novas repúblicas das Américas e das antigas monarquias da Europa”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.68,69)

As guerras mundiais do início do século XX violaram os princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália, acabaram com a ordem mundial inglesa, instauraram um caos sistêmico, e mais uma vez a sociedade mundial demandou uma nova ordem mundial. (Arrighi, 1997)

Os Estados Unidos tornaram-se mundialmente hegemônicos em meados do século XX, tal como as Províncias Unidas no início do século XVII e a Grã-Bretanha no início do século XIX, ao criarem uma nova ordem mundial. (idem)

2.2.2. A ascensão da hegemonia mundial dos Estados Unidos: 1945/50-1970

Para Giovanni Arrighi (1997), todas as ordens mundiais nasceram de um caos sistêmico. No início do século XX, o caos sistêmico tornou-se visível tão logo as grandes potências se enfrentaram em um confronto declarado e os conflitos sociais se misturaram às lutas dos governantes pelo poder⁴⁴. Ao final da Segunda Guerra Mundial a sociedade mundial mais uma vez encontrou-se num estado de desorganização irremediável. Havia uma demanda generalizada de ordem.

Os Estados Unidos tornaram-se mundialmente hegemônicos ao atenderem essa demanda. Inicialmente, conduziram o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália⁴⁵. Em seguida passaram a governar e a reformular

⁴⁴ Na verdade, poderosos movimentos de protesto social já haviam começado no mundo inteiro antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial. “Esses movimentos tinham como raízes – e almejavam subverter – a dupla exclusão na qual se baseava o imperialismo de livre comércio: dos povos não ocidentais, de um lado, e das massas não proprietárias ocidentais, de outro. Sob a hegemonia britânica, os povos não ocidentais não eram reconhecidos como comunidades nacionais aos olhos da potência hegemônica e de seus aliados, clientes e seguidores. (...) Os povos não ocidentais e as massas não proprietárias do Ocidente sempre haviam resistido aos aspectos do imperialismo de livre comércio que afetavam mais diretamente seus direitos tradicionais à autodeterminação e à sobrevivência. De modo geral, porém, sua resistência tinha sido ineficaz. Essa situação começou a mudar no fim do século XIX, como um resultado direto da intensificação da competição interestatal e da difusão da gestão econômica nacional como instrumento dessa competição”. (Arrighi, 1997, p.63,64)

⁴⁵ Os Tratados de Vestfália de 1648 “estabeleceram o princípio de que os civis não seriam envolvidos nas disputas entre os soberanos”. “Não se fez nenhum esforço para restringir a guerra interestatal, que era e continuou a ser um meio essencial de reprodução do equilíbrio de poder entre as nações. No século e meio seguinte, entretanto, normas de conduta escritas e não escritas tenderam a minimizar os efeitos perturbadores das guerras entre soberanos sobre a liberdade que tinham os súditos de realizar transações comerciais e interagir socialmente, atravessando as fronteiras estatais”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.49; Silver e Slater, 2001, 163).

o sistema que haviam restabelecido, criando assim uma nova ordem mundial. Para Arrighi (1997, p.65), “essa capacidade de reformular o sistema interestatal baseou-se numa percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais do Estado hegemônico incorporavam um interesse geral”.

Para este autor, a elite dirigente norte-americana mostrou possuir uma clara consciência dos problemas gerados pela luta pelo poder, e soube formular e oferecer uma solução para as demandas dos povos não ocidentais e dos não proprietários ocidentais. (Arrighi, 1997)

“Depois da Segunda Guerra Mundial, concebeu-se a todos os povos, “ocidentais” ou “não ocidentais”, o direito à autodeterminação, ou seja, a se constituírem em comunidades nacionais e, uma vez constituídos, a serem aceitos como membros plenos do sistema interestatal. Nesse aspecto, a “descolonização” e a formação da Organização das Nações Unidas, cuja Assembléia Geral reuniu todas as nações em pé de igualdade, foram os correlatos mais significativos da hegemonia norte-americana. Ao mesmo tempo, a provisão da subsistência a todos os cidadãos tornou-se o objetivo fundamental a ser perseguido pelos membros do sistema interestatal. Assim como a ideologia liberal da hegemonia britânica havia elevado a busca da riqueza pelos súditos proprietários acima dos direitos absolutos de governo dos governantes, a ideologia norte-americana elevou o bem-estar de todos os cidadãos (o “consumo em massa” em alto grau) acima dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo. Em comparação com o imperialismo de livre comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em grau menor, mas ainda sim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos”. (Arrighi, 1997, p.66,67)

Arrighi (1997, p.68,69) argumenta que a simples permanência das organizações de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e da Organização das Nações Unidas (ONU) “conservaram muito de seu valor ideológico na legitimação da hegemonia norte-americana”.

Os contornos principais da nova ordem mundial centrada nos Estados Unidos já estavam configurados quando terminou a Segunda Guerra Mundial: “em Bretton Woods estabeleceram-se as bases de um novo sistema monetário; em Hiroshima e Nagasaki, novos recursos de violência demonstraram os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas regras e normas para legitimar a condução do Estado e da guerra foram

explicitadas na Carta da Organização das Nações Unidas⁴⁶” (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.90). Essa nova ordem mundial refletiu a concentração de poder mundial sem precedentes que havia ocorrido como resultado da Segunda Guerra Mundial. Apenas “os Estados Unidos e a URSS tinham importância (...) e, entre os dois, a “superpotência” norte-americana era imensamente superior” (Kennedy, 1987, p.357 *apud* Arrighi, 1997, p.284)

“Se antes da guerra, a economia da América era uma entre outras grandes economias, depois da guerra ela se transformou na economia central, em uma economia mundial em rápido desenvolvimento. Se, antes da guerra, os militares da América só tinham importância esporádica nos conflitos mundiais, depois da guerra sua proteção nuclear, respaldada por forças convencionais de alta tecnologia, aterrorizou uma parte do mundo e deu segurança a outra. Acima de tudo, o governo federal dos Estados Unidos, antes frouxamente unido, tornou-se um Estado poderoso, rico e estável, o eixo em torno do qual girava grande parte da política mundial, inclusive a dos inimigos da América”. (Schurmann, 1974, p.xx *apud* (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.95)

Com todo esse poder os Estados Unidos puderam impor ao mundo a ordem que preferiam. Para o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas, a hegemonia mundial norte-americana foi construída como um ato consciente de formação de um governo mundial que tinha por objetivo “de um lado, impedir os efeitos desestabilizadores decorrentes da destruição do equilíbrio de poder europeu e, de outro, os da relação estruturalmente competitiva que ligava a economia interna dos Estados Unidos à economia global” (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.95).

A economia interna dos Estados Unidos cresceu nos interstícios do sistema de comércio mundial centrado no Reino Unido – um sistema continental integrado de produção e intercâmbio. Ao contrário da Grã-Bretanha os Estados Unidos nunca foram entreposto e câmara de compensação centrais do mundo. Sua relação com a economia mundial se comparada à inglesa era de muito mais auto-suficiência e menos complementaridade. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

⁴⁶ “A Carta das Nações Unidas “refletiu uma concepção recém-ampliada do papel necessário e adequado da organização internacional nos assuntos mundiais”. Representou “uma espécie de espírito internacional do New Deal, uma adaptação da filosofia do Estado de bem-estar ao campo das questões mundiais”. Para cumprir a tarefa de manter a paz, as organizações internacionais teriam que receber poderes para lidar com “a raiz estrutural – econômica, social e ideológica – do problema da guerra, que se alastrava por toda parte””. (Claude, 1956, p.87-89 *apud* Silver e Slater, 2001, p.213)

“Os Estados Unidos (...) estavam “apenas parcialmente integrados no sistema econômico mundial, com o qual também competem em parte e cuja forma e ritmo de funcionamento habituais eles tendem a perturbar periodicamente. Não existe nenhuma rede de instituições comerciais e financeiras norte-americanas para interligar e administrar as operações cotidianas do sistema de comércio mundial”. (Elliot, 1955, p.43 *apud* Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.92)

Os Estados Unidos respondiam em 1920 por mais de 40% da produção mundial, porém

“não se haviam “transformado no centro ‘natural’ de intermediação do intercâmbio econômico internacional que tinha sido Londres”. Continuavam a ser “um gigante insular (...) precariamente integrado na economia mundial”. Seu sistema financeiro “não podia produzir a necessária liquidez internacional (...) através de uma rede de bancos e mercados fornecedores de crédito. (...) Londres havia perdido seu ouro, mas seus mercados continuavam a ser o centro mais importante da intermediação comercial e financeira global””. (Ingham, 1994, p.41-43 *apud* Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.94)

Sem a necessária liquidez mundial o mundo estava impossibilitado de comprar dos Estados Unidos os meios de produção de que necessitavam para fornecer algo de valor aos consumidores norte-americanos, em cujas mãos estava concentrada a maior parte da demanda global efetiva. (Arrighi, 1997)

“A baixa liquidez externa impedia os governos estrangeiros de eliminar os controles cambiais; os controles cambiais tiravam do capital norte-americano o estímulo para ir para o exterior; e os pequenos fluxos de investimentos estrangeiros privados dos Estados Unidos mantinham baixa a liquidez no exterior”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.96,97)

O Congresso dos Estados Unidos mostrou-se bastante relutante em abrir mão de seu controle sobre a liquidez mundial. O Congresso e a comunidade empresarial norte-americanos eram por demais “racionais”, em seus cálculos de custos e benefícios financeiros da política externa dos Estados Unidos, para liberar os recursos necessários para promover a expansão da economia mundial. O Congresso só não se opunha aos investimentos externos particulares. Até criaram muitos incentivos para aumentar o fluxo de capital norte-americano para o exterior. No entanto, “esse capital não se mostrava disposto a romper com o círculo vicioso que cerceava sua própria expansão global”. (Arrighi, 1997, p.286,287; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.96)

Os Estados Unidos precisavam romper com o estilo de “produção” e regulação do dinheiro mundial que haviam caracterizado a hegemonia britânica. O sistema monetário mundial criado em Bretton Woods se encarregou de fazer uma grande revolução no agente e no modo de “produzir” o dinheiro mundial. (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

“No sistema monetário mundial (...) a “produção” do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder – em princípio, o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país. Assim, o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado. Como disse Henry Morgenthau em 1945, a segurança e as instituições monetárias da nova ordem mundial eram tão complementares quanto as lâminas de uma tesoura”. (Arrighi, 1997, p.287)

“... a importância primordial de Bretton Woods na criação da hegemonia norte-americana não residiu nem no padrão cambial do dólar-ouro contemplado pelos acordos nem tampouco nas instituições monetárias internacionais criadas por eles, mas na substituição da regulamentação privada pela regulamentação pública nas altas finanças. Como se vangloriou (...) Morgenthau, tempos depois, ele e Roosevelt “deslocaram o capital monetário de Londres e Wall Street para Washington ...”. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.96)

Contudo, deslocar o capital monetário do mundo para Washington não foi suficiente para produzir a redistribuição maciça de liquidez e de outros recursos dos Estados Unidos para o mundo em geral, necessária para superar o caos criado pela guerra e para conduzir a economia mundial a um novo ciclo de expansão (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001). A solução encontrada veio com a “invenção” da Guerra Fria pelo presidente Truman e seus assessores, que como afirma Arrighi

“sabiam perfeitamente que o medo de uma ameaça comunista global funcionava muito melhor do que qualquer apelo à *raison d'état* ou aos cálculos de custo-benefício para instigar à ação legisladores mais conhecidos por sua prudência fiscal do que por algum interesse pelos assuntos mundiais.

O medo conseguiu o que os cálculos de custo-benefício não tinham como conseguir, nem haviam conseguido. Enquanto o capital excedente ficava circunscrito aos Estados Unidos e à sua hinterlândia regional (o Canadá e a América Latina), o caos na Eurásia continuava a aumentar, criando um terreno fértil para a tomada do poder estatal por forças revolucionárias”. (Arrighi, 1997, p.305)

Tão logo o capital excedente nos Estados Unidos se libertou de sua esfera nacional, teve início uma nova expansão do comércio e da produção mundiais durante a chamada era

de ouro do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960 (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001). Estas décadas representaram o auge da hegemonia mundial norte-americana e uma nova fase de expansão material da economia mundial capitalista. Foi “um período durante o qual o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar as condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista” (Arrighi, 1997, p.308).

2.2.3. A crise da hegemonia mundial norte-americana: 1970 à atualidade

Assim como as expansões sistêmicas ocorridas durante as hegemonias da Holanda e da Grã-Bretanha acabaram em crises hegemônicas, também acabou em uma crise hegemônica a mais recente expansão do comércio e da produção mundial sob a hegemonia estadunidense, durante as décadas de 1950 e 1960. E tal como as crises hegemônicas do passado também a crise da hegemonia norte-americana tem se caracterizado por: uma intensificação das rivalidades entre grandes potências; pelo surgimento de novas configurações de poder nas margens do Estado hegemônico em declínio, por um crescente conflito social; e por uma expansão financeira sistêmica centrada no Estado hegemônico em declínio. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

Assim como as anteriores, a expansão material das décadas de 1950 e 1960 resultou assim numa grande intensificação das pressões competitivas sobre as organizações empresariais e governamentais da economia mundial capitalista, e numa retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção para as finanças (Arrighi, 1997). De acordo com o Grupo, a atual expansão financeira é “o sinal mais claro de que estamos em meio a uma crise hegemônica” (Arrighi e Silver, 2001, p.282). Esta desenvolveu-se de maneira muito mais rápida e notável do que as expansões financeiras passadas. A arrancada da atual fase de expansão financeira da economia capitalista mundial centrada nos Estados Unidos ocorreu em 1968, quando os fundos mantidos líquidos no mercado de eurodólares ou eurodivisas, centrado em Londres, experimentaram súbito aumento (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001). No fim da década de sessenta e início da seguinte, as empresas

multinacionais norte-americanas lideraram a acumulação de capital em mercados monetários extraterritoriais (*offshore*) não controlados por nenhum governo, o que teria precipitado a crise do sistema monetário de Bretton Woods. (Arrighi, 1997; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

A crise da ordem monetária mundial norte-americana do após-guerra desenvolveu-se, desde o princípio, paralelamente à crise da hegemonia mundial norte-americana nas esferas militar e ideológica. Esta crise foi assinalada entre os anos 1968 e 1973 em três esferas distintas porém estreitamente relacionadas:

“militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes. Durante o resto da década de 1970, as estratégias de poder norte-americanas passaram a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. Foi como se os grupos dominantes dentro dos Estados Unidos houvessem decidido que, já que o mundo não podia mais ser governado por eles, deveria ficar entregue a seu próprio governo. O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial do após-guerra e um declínio acentuado do poder norte-americano durante a Revolução Iraniana e a crise de reféns de 1980”. (Arrighi, 1997, p.310)

Porém, no início dos anos oitenta houve uma reversão deste processo de perda de poder norte-americano. Foi quando o governo dos Estados Unidos sob a administração de Ronald Reagan começou a competir ativamente nos mercados financeiros mundiais para financiar uma escalada da corrida armamentista com a URSS – o que deu início ao que Fred Halliday chamou de Segunda Guerra Fria – e, ao mesmo tempo, reduziu a tributação interna. Esta política chamada de “keynesianismo militar” fez com que os rendimentos do capital aumentassem acentuadamente no mundo inteiro, deslançando a expansão financeira global e fazendo com que o poder global norte-americano experimentasse uma grande retomada⁴⁷, diminuindo correspondentemente o poder dos movimentos que haviam precipitado a crise da hegemonia norte-americana. (Arrighi e Silver, 2001; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

⁴⁷ “Graças à manutenção de sua centralidade nas redes de altas finanças, os Estados hegemônicos em declínio puderam tirar proveito [da competição das nações pelo capital circulante], e, com isso, passar por uma recuperação de seu poder decrescente”. (Arrighi e Silver, 2001, p.282)

Em meio a escalada da corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Segunda Guerra Fria, as estruturas atrofiadas da URSS começaram a ruir e logo entraram em colapso. Isto provocou uma centralização ainda maior da capacidade militar nas mãos dos norte-americanos⁴⁸ e os rumores de que “a América está de volta”. (Arrighi, 1997; Arrighi e Silver, 2001; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

O Grupo responde a estes rumores apontando as divergências entre o “novo poder” dos Estados Unidos com o antigo poder exercido no auge de sua hegemonia.

“A facilidade com que os Estados Unidos conseguiram mobilizar recursos nos mercados financeiros globais para derrotar a União Soviética na Segunda Guerra Fria, e para em seguida sustentar uma longa expansão econômica interna e um crescimento espetacular na Bolsa de Valores de Nova York, levou à crença em que “a América está de volta”. Mesmo presumindo que o poder global dos Estados Unidos tenha sido tão recuperado quando essa crença permite imaginar, ele seria um tipo de poder muito diferente do exibido no auge da hegemonia norte-americana. Aquele poder baseava-se na capacidade de os Estados Unidos se erguerem e erguerem outras nações acima da “tirania das pequenas decisões”⁴⁹, para resolver os problemas de nível sistêmico que haviam atormentado o mundo no caos sistêmico da guerra e dos anos do entre-guerras. O novo poder de que os Estados Unidos passaram a desfrutar nas décadas de 1980 e 1990, em contraste, apóia-se na capacidade de o país suplantar a maioria das outras nações na competição nos mercados financeiros globais. Uma nova tirania das pequenas decisões ressuscitou, no contexto de problemas de nível sistêmico cada vez mais prementes, que nem os Estados Unidos nem nenhum outro Estado parecem capazes de resolver”. (Arrighi e Silver, 2001, p.283,284)

Há ainda que ressaltar que nos interstícios do novo poder americano brotou uma nova forma de poder econômico. Durante a atual crise hegemônica houve um deslocamento dos recursos financeiros globais para a região do leste asiático. Esta região ao passar a

⁴⁸ A tendência à concentração e à centralização das capacidades militares globais “tem-se associado estreitamente a uma grande escalada dos custos e da destrutividade dos meios empregados na luta pelo poder entre as nações. À medida que aumentaram a escala, a sofisticação tecnológica e a intensidade de capital dos aparatos militares empenhados nessa luta, diminuíram à condição de grandes potências militares. Essa tendência já estivera em ação na transição da hegemonia holandesa para a britânica. Tornou-se incomparavelmente mais marcante na transição da hegemonia britânica para a norte-americana, em decorrência da industrialização da guerra. (...) Na descoberta científica de novos sistemas de armamentos – mais até do que na industrialização da guerra –, a superpotência que tivesse maior controle dos recursos financeiros globais poderia virar a balança do terror a seu favor, acelerando ou ameaçando acelerar seus esforços de pesquisa em um nível com que a outra superpotência simplesmente não poderia atacar. Foi o que fizeram os Estados Unidos na Segunda Guerra Fria, com isso levando a URSS à falência e levando às últimas consequências a tendência à centralização das capacidades militar globais. Nesse aspecto, a Guerra Fria realmente cedeu lugar ao “momento unipolar” – o momento em que (...) “[e]xiste uma única potência de primeira linha e não há perspectiva, no futuro imediato, de nenhuma potência que rivalize com ela””. (Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001, p.101,102)

⁴⁹ Kenneth Waltz chamou de a tirania das pequenas decisões “a tendência de os Estados separados buscarem seu interesse nacional, sem levarem em conta os problemas de nível sistêmico que exigem soluções em nível sistêmico” (Arrighi e Silver, 2001, p.37).

controlar a maior parte da liquidez mundial tornou-se o centro mais dinâmico dos processos mundiais de acumulação de capital. Este movimento produziu um deslocamento do centro de gravidade da economia global para esta região. (Arrighi e Silver, 2001; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

Segundo Arrighi (1997, p.344), “a substituição de uma região antiga (a América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade”. Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que o leste asiático (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, China e Hong-Kong) ascendeu à condição de centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Um “milagre econômico” se tomamos como referência os outros locais de baixa e média renda da economia mundial, que perderam terreno em relação aos Estados tradicionalmente ricos. Ao contrário, os diversos novos centros de acumulação de capital desta região “passaram a desfrutar de um comando sobre os recursos mundiais comparável àquele tradicionalmente desfrutado pelos Estados mais ricos da economia capitalista mundial” (Arrighi, 1997b, p.53).

A amplitude desse milagre foi medido por Arrighi através do emparelhamento do nível de renda per capita desta região com o do chamado “núcleo orgânico”⁵⁰ da economia capitalista mundial (a América do Norte, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia)⁵¹.

A figura 3 mostra os casos mais evidentes de emparelhamento do nível de nível de renda per capita do núcleo orgânico da economia capitalista mundial desde a Segunda Guerra Mundial até fins da década de oitenta. Nota-se que o emparelhamento japonês é o caso mais evidente. (Arrighi, 1997b)

⁵⁰ “... o núcleo orgânico é formado por todos os países que, ao longo do último meio século aproximadamente, ocuparam de modo consistente as primeiras posições do *ranking* de PNBs per capita e que, em virtude daquela posição, estabeleceram (individual e coletivamente) os padrões de riqueza que todos os outros governos procuraram manter e todos os outros governos procuraram atingir” (Arrighi, 1997b, p.93).

⁵¹ A América do Norte compreende os Estados Unidos e o Canadá; a Europa Ocidental inclui o Reino Unido, a antiga Alemanha Ocidental, a Áustria, Suíça, França, os países escandinavos e a Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). “Os Estados que se situam na orla externa ocidental e sul da região (isto é, Irlanda, Portugal, Espanha, Itália e Grécia) não foram incluídos no núcleo orgânico porque, na maior parte ou ao longo dos últimos 50 anos, foram “parentes pobres” dos Estados europeus ocidentais mais ricos – parentes pobres que não contribuíram para o estabelecimento de um padrão global de riqueza, mas ficaram eles próprios lutando, com maior ou menos êxito, para alcançar os níveis desfrutados pelos seus vizinhos” (Arrighi, 1997b, p.54).

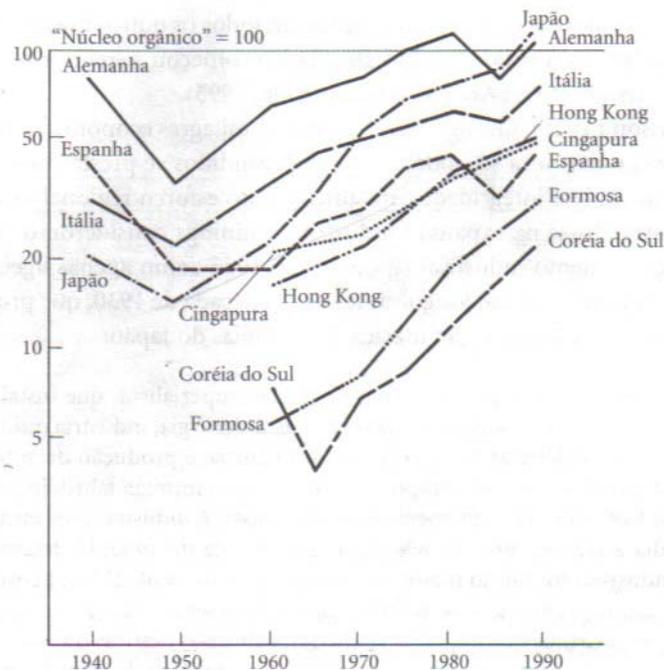


Figura 21. Ascensão do leste asiático numa visão comparativa. PIB *per capita* do “núcleo orgânico” = 100. (Fonte: Woytinsky e Woytinsky, 1953; Banco Mundial, vários anos; Conselho de Planejamento Econômico, 1977, 1982, 1988)

“No todo, ao longo da década de 60, somente o desempenho japonês foi excepcional pelos padrões mundiais. (...) o início do grande salto adiante japonês precedeu e liderou o salto regional. Foi somente na década de 70 e, sobretudo, de 80 – quando os esforços de desenvolvimento desmoronaram em todas as outras partes do mundo – que a “excepcionalidade” do Leste Asiático começou a surgir de forma rematada”. (Arrighi, 1997b, p.95,96)

Segundo Arrighi (1997b, p.128,356), a excepcionalidade japonês e do leste asiático foi principalmente uma expressão do aprofundamento da crise do regime de acumulação norte-americano em escala mundial, pois foi esta crise que impulsionou o capital japonês para uma via de expansão transnacional que logo revolucionou todo o sistema produtivo do leste asiático.

“O aspecto mais importante desse regime foi uma tendência de inflacionar tanto os custos de proteção, através de gastos militares extravagantes, quanto os custos de reprodução através de altos padrões de consumo de massa (a chamada “norma de consumo” Fordista). Quando, por volta de 1970, essa tendência se materializou numa crise mundial de superacumulação, os custos de proteção e reprodução comparativamente baixos da região

do Leste Asiático tornaram-se uma vantagem comparativa decisiva na corrida de corte de custos que se seguiu”. (Arrighi, 1997b, p.128, 129)

Arrighi acredita que é improvável que a imitação de práticas comerciais e governamentais leste asiáticas por parte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental possam ajudá-los. Isso “porque as reais vantagens das companhias e governos leste-asiáticos na corrida de corte de custos têm raiz em dotes geográficos e históricos que não podem ser copiados facilmente fora da região” (1997b, p.129). E assim sustenta que

“a queda ocidental do alto comando do sistema capitalista mundial, mais ou menos iminente, é possível e até provável (...) porque as principais nações do Ocidente são prisioneiras das vias de desenvolvimento que fizeram sua fortuna, tanto política quanto econômica. Essas vias têm gerado retornos decrescentes em termos de taxas de acumulação, em comparação com a trajetória regional do Leste da Ásia, mas não podem ser abandonadas em favor da via mais dinâmica sem provocar tensões sociais tão insuportáveis, que resultariam mais no caos do que na “competitividade”⁵². (Arrighi e Silver, 2001, p.297)

Para o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas, a bifurcação do poder militar e financeiro é a grande novidade geopolítica da atual crise da hegemonia norte-americana. A vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética na Segunda Guerra Fria transformou os Estados Unidos na maior nação devedora do mundo. Isto representa sérias limitações à sua capacidade militar. Ressaltam que a Guerra do Golfo demonstrou que os Estados Unidos não dispunham nem dos recursos necessários para financiar uma guerra que terminou em alguns dias. (Arrighi e Silver, 2001; Arrighi, Hui, Ray, Reifer, 2001)

“... ao se relaxarem as restrições impostas aos Estados Unidos pela balança do terror com a URSS, intensificaram-se as restrições financeiras à utilização dessa capacidade. Assim como a vitória na Primeira Guerra Mundial destruiu o *status* da Grã-Bretanha como principal nação credora, a vitória na Segunda Guerra Fria transformou os Estados Unidos na maior nação devedora. Desde então, a liberdade de ação dos Estados Unidos como principal protagonista da política mundial ficou sujeita a temerárias restrições financeiras, que a pretensa “retomada” econômica norte-americana da década de 1990 pouco contribuiu para aliviar”. (Arrighi e Silver, 2001, p.285,286)

⁵² “Uma situação semelhante surgiu nas transições hegemônicas do passado. Na época de suas respectivas crises hegemônicas, holandeses e ingleses afundaram-se cada vez mais na via específica de desenvolvimento que lhes fizera fortuna, apesar de haver vias mais dinâmicas sendo abertas nas margens de seu raio de ação. Nenhum dos dois saiu da via já estabelecida, até desmoronar o sistema mundial centrado neles”. (Arrighi e Silver, 2001, p.297,298)

Nessa situação, o Grupo afirma que o centro hegemônico em declínio apesar de não enfrentar nenhum desafio militar digno de crédito, não dispõe dos recursos financeiros necessários para resolver os problemas de nível sistêmico que, como não poderia deixar de ser, exigem soluções de nível sistêmico. (Arrighi e Silver, 2001)

CAPÍTULO 3. O PROJETO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS NO SISTEMA MUNDIAL NA PERSPECTIVA DE JOSÉ LUÍS FIORI

Neste terceiro capítulo apresentaremos a tese do “novo império norte-americano” de José Luís Fiori. Como nos capítulos anteriores, veremos inicialmente o arcabouço teórico que sustentam esta tese. Em seguida, daremos um vôle panorâmico sobre o projeto imperial norte-americano no sistema mundial.

3.1. Hegemonia e Império no Sistema Mundial

Na perspectiva da “Nova Economia Política do Sistema Mundial” formulada por José Luís Fiori, se pode dizer, de maneira simplificada, que as origens do “sistema mundial” se encontram no século XIII, momento em que “alguns núcleo imperiais” e “vários centros de poder” travavam batalhas entre si no espaço da “economia-mundo européia”⁵³, visando expandir seus poderes através da conquista de novos territórios, tendo por finalidade última a busca pela sobrevivência e pela paz.

Durante os séculos XIII e XIV estes “vários centros de poder e alguns “núcleos imperiais”, contíguos e competitivos, (...) acabaram se impondo aos demais (...) e acumulando o poder indispensável à criação dos estados nacionais, através de alianças e matrimônios, mas, sobretudo através da guerra”⁵⁴ (2004a, p.21,22). Em fins do século XIV nascem os primeiros estados nacionais como forma de resistência ao império espanhol⁵⁵. Logo após o “nascimento coletivo” destes estados nacionais, Inglaterra, França e Holanda

⁵³ Ao contrário de Immanuel Wallerstein que propõe o nascimento da economia-mundo européia por volta do fim do século XV e início do século XVI, Fernand Braudel no último volume de sua trilogia “Civilização Material, Economia e Capitalismo” propõe a tese de que esta economia-mundo teria nascido séculos antes, por volta do século XIII. Fiori se apóia na tese de Braudel em contraposição à tese de Wallerstein.

⁵⁴ Uma tese já defendida por Charles Tilly: “Foi a guerra que teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação para a guerra foi que obrigou a criação das estruturas internas dos estados dentro desta rede” (Tilly, 1996, p.133 *apud* Fiori, 2004a, p.22).

⁵⁵ Fiori sustenta que foi no “tabuleiro” da Europa, onde foram travadas as “guerras espanholas”^I, que se deu o “nascimento coletivo”^{II} dos primeiros estados nacionais europeus: Portugal, no fim do século XIV, seguido da França, Inglaterra e Holanda. (2004a, p.23,24).

^I A origem das “guerras espanholas” foi resultado da tentativa de unificação imperial do continente europeu por parte do Império Habsburgo. (Fiori, 2004a, p.24).

^{II} Fiori afirma que nesse “nascimento coletivo” a Espanha – considerada nesse período mais um “império” do que um “estado nacional” – foi quem cumpriu o “papel decisivo” (2004a, p.33).

travaram entre si uma competição política e econômica que atravessou várias guerras⁵⁶ e deu início à formação dos primeiros “estados/economias nacionais” (Fiori, 2004a, p.34,35). Durante os séculos XVII e XVIII o estado inglês decidiu, como resposta defensiva e estratégica às ameaças da França e da Holanda, “nacionalizar” a atividade econômica existente dentro do espaço territorial do seu domínio político, isto é, transforma o seu “espaço político” em um “espaço econômico, coerente e unificado”. Logo em seguida, outros estados nacionais, agora em defesa da própria Inglaterra, já vitoriosa nos campos econômico e militar, seguiram o mesmo caminho “nacionalizando” suas atividades econômicas. (2004a, p.20,33,35,36)

Fiori parece ter interpretado o nascimento dos primeiros “estados-economias nacionais” como marcando o nascimento do sistema mundial. Afirma que este “novo sistema” manteve as características fundamentais do “sistema anterior”, formado por cidades e por “unidades imperiais” menores do que os estados: permaneceu competitivo e bélico. As guerras cumpriram o papel central não só durante o processo de formação e expansão dos poderes territoriais europeus, e da constituição das economias nacionais. Para este autor, as guerras “seguiram sendo o motor fundamental deste sistema, sua verdadeira força expansiva e “integradora”, o seu instrumento preferencial de acumulação e centralização do poder político, nos séculos seguintes” (2004a, p.24,35,41).

A dinâmica do sistema mundial envolveu relações entre poderes políticos e capitais privados em que ambos expandiram-se associados, de um lado “globalizando” as economias nacionais e de outro formando um “sistema político mundial”. Um processo em que poderes políticos na forma de estados nacionais, movidos por uma “necessidade expansiva”⁵⁷ visando garantir-lhes sobrevivência e paz, procuraram conquistar “hegemonias regionais/mundial” e “impérios globais” através de associações com capitais privados. Em poucas palavras, um processo dinâmico em que os projetos hegemônicos ou imperiais seguiram associados à acumulação e à globalização permanente dos capitais privados (Fiori, 2004a, p.37,40). Nesta perspectiva, “a globalização capitalista foi, e será sempre, um movimento expansivo e uma resultante transitória do processo de competição

⁵⁶ “A Inglaterra enfrentou a Holanda, em 1652-1654; 1665-1667; 1672-1674, nas sucessivas guerras “anglo-holandesas do século XVII; e depois, no século XVIII, entre 1782 e 1783. E manteve uma competição política e econômica com a França que se estendeu até as “guerras napoleônicas”, prolongando-se, depois, na competição colonial no século XIX” (Fiori, 2004a, p.35).

⁵⁷ Nem todos os estados nacionais possuíram esse ímpeto expansivo.

entre as Grandes Potências e seus capitais financeiros, pela conquista de novos “territórios econômicos””. A competição entre as Grande Potências é vista como a responsável pelo alargamento do espaço originário da economia-mundo europeia do século XVI, que culmina nos séculos XIX e XX ocupando os espaços de todo o globo, sendo identificada como economia mundial. Assim, “a globalização é o nome que se dá a este movimento contínuo, de alargamento do “território econômico” das potências ganhadoras do jogo das finanças e das guerras” (Fiori, 2004a, p.45,46).

As Grandes Potências são concebidas como os estados nacionais mais poderosos que lideraram durante os últimos 500 anos o “sistema europeu” e posteriormente o “sistema político mundial”. Fiori acredita, ao contrário de alguns historiadores⁵⁸, que em momento algum os estados destruíram ou substituíram definitivamente as outras formas de organização do poder territorial, sobretudo os impérios. Ao contrário, sustenta que os primeiros estados nacionais europeus expandiram seu “*imperium*” desde o momento do seu nascimento⁵⁹, e que por isso são melhor identificados como “meio estado-meio império”, como podemos perceber na citação que se segue:

“[Os primeiros estados nacionais europeus] enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já estavam se expandindo para fora dos seus territórios e construindo seus domínios coloniais. Nesse sentido, o mais correto é dizer que o “império” ou a “vontade imperial” foi uma dimensão essencial dos primeiros estados nacionais europeus. Como resultado, desde o seu início, o novo sistema estatal europeu esteve sobre o controle compartilhado ou competitivo de um pequeno número de “estados/impérios” que se impuseram dentro da própria Europa, conquistando, anexando ou subordinando outras formas de poder local menos poderosas que os novos estados. Foi assim que nasceram as primeiras potências, um pequeno número de “estados/impérios” que se impuseram na sua região e se transformaram no “núcleo central” do sistema estatal europeu, o núcleo das Grandes Potências”. (Fiori, 2004a, p.38,39)

⁵⁸ Fiori se refere particularmente a Paul Kennedy e a Immanuel Wallerstein, que segundo ele, defendem a idéia de que “o estado nacional foi uma forma superior de organização do poder político que venceu e substituiu os grandes impérios, durante o século XVI e, portanto, para eles, os estados e os impérios são duas formas de poder político territorial excludentes” (2004a, p.38).

⁵⁹ “O primeiro passo foi dado por Portugal, em 1415, quando conquistou Ceuta, no norte da África. Menos de um século depois, em 1494, os europeus repartiram o mundo entre si, pela primeira vez, em Tordesilhas. Depois vieram os impérios marítimos asiáticos e a colonização americana, uma caminhada que nunca mais se interrompeu nos 500 anos seguintes, em que oito estados nacionais, com apenas 1,6% do território global (Portugal, Espanha, Holanda França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Itália) conquistaram ou submeteram quase todo o resto do mundo, construindo “territórios políticos” supranacionais que se somaram, de uma forma ou de outra, aos seus territórios originários, na forma de colônias, domínios, províncias de além mar, mandatos, protetorados etc.”. (Fiori, 2004a, p.39)

O sistema estatal europeu foi elaborado durante a Guerra dos Trinta Anos⁶⁰ e consagrado pela Paz de Westfália em 1648. Meio século depois, a Grande Guerra do Norte⁶¹ (1700-1721) completou este sistema que veio a se transformar após um século no “núcleo dominante” do sistema político mundial. (Fiori, 2004a, p.24)

O sistema estatal europeu, até a primeira metade do século XVIII, restringiu-se aos estados europeus. O chamado núcleo central deste sistema, formado pelas Grandes Potências, manteve-se sempre restrito e estável devido às “barreiras à entrada” de novos sócios, criadas e recriadas ao longo dos séculos pelas potências ganhadoras. Portugal, Espanha, França, Suécia, Holanda e Inglaterra foram os primeiros a compor o seletivo grupo das Grandes Potências. Na entrada do século XVIII, depois da decadência de Portugal, Espanha e Suécia, além da Polónia, o grupo restringiu-se à França, Inglaterra, Holanda e Rússia, Áustria, Prússia como novos integrantes. Tempos depois, a Holanda e a Áustria também entraram em decadência. Mesmo dentro deste novo seletivo grupo Inglaterra e França se destacavam sobre os demais. No final do século XIX e início do século XX, além dos países que permaneceram no grupo das Grandes Potências, a Alemanha (unificada em 1871), os Estados Unidos e o Japão passam simultaneamente a fazer parte do mesmo. (2004a, p.39,47)

A partir do início do século XIX, o problema da concentração do poder dentro do sistema mundial se ampliou com a criação dos estados nacionais fora da Europa, fruto de duas grandes “ondas de descolonização”⁶². Estes novos estados que eram colônias dos estados das Grandes Potências se transformaram, na sua maioria, em “quase-estados”, isto é, uma soberania política e econômica muito limitada. (idem)

Fiori explica que para as ex-colônias, “o problema sempre foi a afirmação de suas novas soberanias, junto com a reivindicação de mobilidade política e econômica dentro do sistema mundial cada vez mais polarizado, e de um núcleo de poder central cada vez mais

⁶⁰ Os exércitos de quase todos os grandes “núcleos imperiais” que haviam ganho as guerras durante os séculos XIV e XV travaram uma Guerra dos Trinta Anos em território germânico, considerada como a primeira guerra mundial europeia, que se estendeu de 1618 a 1648. (Fiori, 2004a, p.24)

⁶¹ Segundo Fiori esta guerra foi responsável por trazer “a Rússia de Pedro ‘o Grande’, para dentro do mesmo velho “jogo das guerras” europeias” (2004a, p.24).

⁶² “A primeira, entre 1776 e 1825, quando se independizam as colônias americanas, e a segunda, entre 1945 a 1975, quando as colônias europeias da África e da Ásia se transformam em estados nacionais autônomos, processo que se completa, depois de 1991, com a decomposição da União Soviética. Entre 1945 e 1990, foram criados cerca de 100 novos estados e, portanto, a maior parte dos estados que compõem hoje o sistema estatal mundial foi criada depois da II Guerra Mundial e foram quase todas colônias das Grandes Potências europeias”. (Fiori, 2004a, p.39,40)

impermeável”. Já para o núcleo central formado pelas Grandes Potências, o desafio passou a ser a “convivência política e econômica com estes novos atores internacionais”. Para estes, “o problema sempre foi como manter a hierarquia e impedir o aparecimento de novas potências regionais que pudessem ameaçar sua supremacia histórica”. Assim, afirma que apesar de durante os últimos 500 anos terem existido poderes políticos e militares regionais, com suas competições e guerras, estes nunca foram além da própria região e tão pouco ameaçaram a posição hegemônica do núcleo central do sistema (Fiori, 2004a, p.47).

Para este autor, a hegemonia representa “uma conquista, uma vitória do estado mais poderoso em determinado momento, e neste sentido se pode dizer que é apenas um “ponto possível” na curva ascendente dos “estados-impérios” que lutam pela conquista do poder global”. Somente os estados com vocação imperial, que travam entre si relações competitivas nos campos político-militar e econômico, buscam perpetuamente o chamado “poder global”. Fiori ressalta que na luta pelo poder global, “nem sempre os principais atores da competição econômica foram os mesmos da competição político-militar, mas ambos conflitos conviveram com uma enorme complementaridade entre todos os estados envolvidos” (2004a, p.11,39,53,54).

A idéia da “complementaridade” entre os conflitos na arena político-militar e na arena econômica entre os estados nacionais envolvidos parece vir da observação de Norbert Elias de que

“o processo de concentração de poder acontece de forma simultânea com o aumento da interdependência entre os próprios contendores: “cada rival é cada vez mais, ao mesmo tempo, um parceiro na linha de produção da maquinaria. Todos são ao mesmo tempo adversários e parceiros”, consolidando-se uma complementaridade de interesses contrários, contradição que só se agravou com o estreitamento dos laços entre a competição dos poderes políticos e o movimento de globalização dos capitais privados”. (Fiori, 2001b, p.57)

As hegemônias parecem vigorar quando a complementaridade se sobrepõe ao conflito. Quando às relações conflitivas se sobrepõem às complementares desfaz-se a hegemonia e ingressa-se em um período não hegemônico. Ainda há que ressaltar que é o próprio ímpeto expansivo do *hegemon* em busca de mais poder que desestabiliza a sua própria hegemonia.

“A hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o *hegemon*, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido ela é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global. Por isso, o *hegemon* se transforma num desestabilizador da sua própria hegemonia...”. (Fiori, 2004b, p.90,91)

Na explicação da formação e crise das situações hegemônicas sob a ótica da Nova Economia Política do Sistema Mundial, há que se levar em conta “o ímpeto expansivo e ao mesmo tempo “destrutivo” do *hegemon*, e a “armação” dentro da qual se constitui e se desenvolve a liderança hegemônica, entre as Grandes Potências”. Nesta perspectiva, houve apenas dois casos de “hegemonia mundial” na história do sistema moderno: a Inglaterra durante o período que se estendeu de 1870 a 1900 e os Estados Unidos durante o período 1945 a 1973. (Fiori, 2004a, p.54).

Para Fiori, a “crise da hegemonia americana” marcada pela derrota do Vietnã e o fim do sistema de Bretton Woods, entre outros acontecimentos, deve ser vista como uma “derrota passageira”, causada pela “compulsão” expansiva do próprio *hegemon*. Tal derrota não teria afetado a capacidade de iniciativa estratégica dos Estados Unidos, que com o fim do “mundo socialista” assumem um “novo projeto de organização imperial do poder mundial”. (2001c, p.115; 2004b, p.91,93,94)

Na seção seguinte apresentaremos a história panorâmica de todo o “projeto imperial” norte-americano no sistema mundial, tal como concebida por José Luís Fiori.

3.2. O Projeto Imperial do Estado Norte-americano

Na formulação da nova economia política do sistema mundial, o projeto imperial americano deve ser visto como um projeto de um estado nacional “tardio”, dado que o estado americano nasceu inserido em um sistema interestatal de poder que já vinha sendo construído desde o século XVII. Os Estados Unidos foram o primeiro estado extra-europeu a se formar e, à semelhança dos primeiros estados nacionais europeus, também nasceu com “ímpeto imperial”. Assim como os “estados-impérios” europeus que se transformaram em Grandes Potências, também os Estados Unidos desde o início de sua Independência expandiram seu poder e “território econômico” continuamente, até assumir no século XX

a liderança do sistema mundial e levá-lo mais próximo do que nunca à formação de um “império mundial”. (Fiori, 2004b, p.67,68)

As “etapas” do processo de concentração e centralização do poder político e econômico dos Estados Unidos passaram primeiro pela conquista da hegemonia no continente americano e uma “posição de destaque” no continente asiático, depois pela conquista da “hegemonia mundial”. Sofreram uma “derrota passageira” na década de setenta, fruto de sua própria “compulsão expansiva” na busca de mais poder. Posteriormente retomaram a hegemonia e logo em seguida assumiram a “unipolaridade do projeto imperial”.

3.2.1. Da Independência à conquista da hegemonia no continente americano e de uma posição de destaque no continente asiático: 1776 a 1914

Na perspectiva da nova economia política do sistema mundial, os Estados Unidos nasceram de dentro de um império em expansão (o império britânico), ao contrário de todos os demais estados latino-americanos formados nos séculos XIX e dos estados africanos e asiáticos formados depois da II Guerra Mundial, que nasceram de impérios em processo de decadência ou de decomposição. Segundo Fiori, a Independência americana foi uma “guerra européia”, isto é, foi durante o fim da Guerra dos Sete Anos (1763) e o fim das guerras napoleônicas (1815) – guerras que marcaram a disputa por parte das Grandes Potências à conquista da hegemonia européia, em especial a Inglaterra e França – que os Estados Unidos deixaram de ser colônia e conquistaram sua Independência. (2004b, p.67,68)

Ao romper os laços políticos com o Império Britânico, os Estados Unidos, à semelhança dos primeiros estados nacionais europeus, também expandiram seu poder e “território econômico” de forma contínua. Duas circunstâncias fundamentais explicam esta característica expansiva do estado americano: “a primeira foi a sua inserção geopolítica inicial; e a segunda foi a sua relação econômica com a metrópole inglesa, que não foi interrompida pela independência” (Fiori, 2004b, p.68,69). Desta perspectiva, o fator determinante da Independência e formação do estado americano, foi ter ocorrido duranteO

momento em que as Grandes Potências disputavam a hegemonia européia. Foi neste período de disputa que os Estados Unidos negociaram e com sucesso as suas fronteiras e seus tratados comerciais com as Grandes Potências presentes na América do Norte, que se encontravam, com exceção da Inglaterra, “fragilizadas por suas lutas e sem capacidade de sustentar seus interesses em territórios considerados, naquele momento, longínquos, onerosos e mal defendidos” (Fiori, 2004b, p.69,70).

Quando romperam seus laços políticos com a Inglaterra, os Estados Unidos logo se transformaram numa periferia “primário exportadora”⁶³ da economia e da industrialização inglesa, que naquele momento representava a principal economia capitalista do mundo e estava em pleno processo de revolução industrial. Baseado nos estudos de Angus Madison (2001) – que identificou e hierarquizou os países que ocuparam posições de destaque como “celeiros” da Inglaterra e como beneficiários dos capitais de investimento inglês –, Fiori afirma que os Estados Unidos mantiveram uma relação econômica privilegiada com a Inglaterra e seu capital financeiro em comparação às demais economias “primário-exportadoras” que também mantinham relações com esta Metrópole. Esta relação representou inclusive “um caso pioneiro de desenvolvimento a convite”. (Fiori, 2004b, p.68,70,71)

Depois de 1815, quando se encerraram as guerras no continente europeu, as “forças conservadoras” sob comando da hegemonia inglesa retomaram o governo da Europa e definiram a nova ordem mundial, que passou a contar com o controle militar da Santa Aliança (composta pelos exércitos da Rússia, Áustria e Prússia), criado para conter o expansionismo francês. E no mesmo momento em que acabaram as guerras e revoluções no continente europeu, se multiplicaram as guerras de Independência nos domínios coloniais dos impérios ibéricos. (Fiori, 2004b, p.72)

Neste contexto, a expansão do poder militar dos Estados Unidos seguiu até fins do século XIX restrito ao território norte-americano, ao passo que sua expansão econômica para em direção a Ásia já vinha se dando desde meados deste mesmo século⁶⁴. De acordo

⁶³ “... os Estados Unidos foram uma economia “primário-exportadoras” como tantas outras através do mundo, especializada na produção de tabaco e algodão, para o mercado inglês”. (Fiori, 2004b, p.71)

⁶⁴ “Depois das Filipinas os Estados Unidos intervieram de forma cada vez mais freqüente nos negócios asiáticos, como aconteceu no caso da Guerra dos Boxers na China em 1900, onde os Estados Unidos mobilizaram as demais Grandes Potências a favor da manutenção da integridade territorial chinesa. Mas, também no caso da Guerra Russo-Japonesa, onde os Estados Unidos adotaram uma posição de neutralidade,

com Fiori, foi neste continente que os Estados Unidos “começaram a definir sua política anticolonialista de expansão administrativa”, isto é, “uma opção pelo “território econômico” sem responsabilidade administrativa”. Para este autor, esta estratégia foi tomada com objetivo de competir com a influência francesa e inglesa, que baseava-se no uso da força e da conquista colonial. (2004b, p.73,74).

Até o início da Guerra Civil Americana em 1861 os Estados Unidos ainda eram uma economia fundamentalmente primário-exportadora e dependente do capital financeiro inglês. Para Fiori, a Guerra Civil foi responsável por mudar esta realidade.

“... esta Guerra Civil é que foi a grande responsável pela construção do estado moderno e da economia nacional americana, na medida em que obrigou a nacionalização do exército e a consolidação de uma dívida pública da União, que se transformou no lastro do sistema bancário e financeiro, e que se expandiu e nacionalizou naquele período, ao mesmo tempo em que se montava um novo sistema de tributação capaz de avaliar o endividamento da guerra, exatamente como acontecera no caso das guerras européias, do século XVII e XVIII. E, depois da guerra, durante o período da Reconstrução, os títulos da dívida pública contraída pela União tiveram um papel fundamental no financiamento das ferrovias que atravessaram o território americano, abrindo os caminhos para a expansão dos negócios e das grandes corporações que integraram o mercado nacional americano. Foi o momento em que se formou, de fato, o capital financeiro americano que só conseguiu se autonomizar do capital inglês durante a Guerra Civil, na medida em que se estabeleceu vínculos sólidos e permanentes com o poder ganhador. (...) quando a Guerra Civil acabou, os interesses do capital financeiro e do estado americano estavam ligados de forma mais estreita do que em qualquer outro momento do século XIX”. (Fiori, 2004b, p.75,76)

Nesta perspectiva, a Guerra Civil americana “colocou os Estados Unidos de “cabeça para cima”, e a par com a história e com o modelo de formação e desenvolvimento dos estados e das economias nacionais européias”, na medida em que sob pressão das guerras ou das revoluções, o estado se viu obrigado (por “razões bélicas ou estratégicas”) a criar uma “economia nacional do ponto de vista monetário, financeiro e creditício, capaz de se desenvolver em conjunto numa mesma direção”, tal como ocorrera na Inglaterra no século XVII (Fiori, 2004b, p.75). Esta aliança entre o poder da União e o “novo” capital financeiro foi responsável por produzir uma “revolução econômica”⁶⁵: durante o período 1864-1879

mas foram francamente favoráveis ao Japão sediando, inclusive, a pedido dos japoneses, a Conferência de Paz de 1905, em Portsmouth, New Hampshire”. (Fiori, 2004b, p.78)

⁶⁵ Revolução econômica semelhante teria ocorrido, por volta do mesmo período, com a Alemanha depois da unificação em 1871 e com o Japão depois da Guerra Civil da década de 1860. No primeiro caso, as guerras da Prússia com a Dinamarca, Áustria e França teriam contribuído na construção ou aprofundamento das relações entre o poder político e o capital financeiro. Tal aliança teria influência decisiva na “revolução econômica” da

foram registrados significativos aumentos na produção do carvão (800%), trilhos de aço (523%), milhagem de estradas de ferro (567%), trigo (256%), além da duplicação da população americana por conta da imigração (Fiori, 2004b, p.76). Para Aloisio Teixeira, a Guerra Civil americana “registra o momento em que os Estados Unidos realizaram sua grande “arrancada” para se tornarem a maior potência industrial do globo”⁶⁶. Segundo Teixeira, os Estados Unidos em 1860 “estavam muito longe, em termos geográficos, populacionais, políticos, sociais e econômicos, do que viriam a ser no início deste século [XX]. Menos de 50 anos foram suficientes para que alcançassem e ultrapassassem as primeiras nações industriais da velha Europa” (Teixeira, 1999, p.168).

De acordo com Fiori, os Estados Unidos deram os seus primeiros “passos imperiais”⁶⁷ para fora do seu território, na América central e no continente asiático, em fins do século XIX.

“... em 1898, os Estados Unidos (...) saíram da “toca” ao declarar e vencer a Guerra Hispano-Americana e conquistar – pelo Tratado de Paris de 1898 – Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, começando uma escalada colonial que prosseguiu com a intervenção no Haiti em 1902, no Panamá em 1903, na República Dominicana em 1905, em Cuba, novamente, em 1906 e, de novo, no Haiti em 1912. (...) Entre 1900 e 1914, o governo americano foi obrigado a definir sua política frente a estes novos territórios conquistados além-mar e optou por um novo tipo de controle político, na forma de protetorados militares e financeiros, dos Estados Unidos, como foi o caso da República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Cuba. (...) Foi o momento em que os Estados Unidos assumiram, pela primeira vez, o papel de polícia internacional, transformando o Caribe numa espécie de zona colonial, sem o ônus da administração direta, como no caso das Filipinas que forma, de fato, a primeira colônia dos Estados Unidos e seu primeiro passo na luta pela hegemonia no tabuleiro asiático. Depois das Filipinas, os Estados Unidos intervieram de forma cada vez mais freqüente nos negócios asiáticos, como aconteceu no caso da Guerra dos Boxers na China em 1900 (...) também no caso da Guerra Russo-Japonesa...”. (Fiori, 2004b, p.77,78)

Alemanha no fim do século XIX. No caso japonês, a acelerada modernização da sociedade e a industrialização de sua economia, teria se dado a partir da queda do regime feudal do xogunato propiciado pela Guerra Civil e pela Revolução Meiji. (Fiori, 2004b, p.77)

⁶⁶ Ao contrário de Fiori, Teixeira não crê que o capital financeiro inglês tenha tido relevância neste processo. (Teixeira, 1999, p.157)

⁶⁷ Na mesma época, em fins do século XIX, também o Japão e a Alemanha deram seus primeiros “passos imperiais”. “O Japão, depois de um rápido processo de modernização e de industrialização, invadiu e derrotou a China em 1894-1895, e a Rússia, em 1904-1905, aumentando seu território e impondo seu poder na Coréia e na Manchúria. Na mesma época em que a Alemanha abandonou a diplomacia de Bismarck e começou sua expansão imperial na África propondo-se, ao mesmo tempo, igualar o poderio naval da Inglaterra” (Fiori, 2004b, p.77).

Estes eventos marcaram para este autor a conquista por parte dos Estados Unidos da hegemonia no continente americano e de uma “posição de destaque” no continente asiático.

3.2.2. Disputa, conquista e exercício da hegemonia mundial pelos Estados Unidos: 1914-1973

O sistema político mundial enfrentou, no período que se estendeu do início da I Guerra Mundial ao fim da II Guerra Mundial, uma “guerra dos trinta anos”, semelhante a primeira “guerra mundial européia” de 1618 a 1648. Nesta, o sistema estatal europeu foi formado, naquela o sistema mundial absorveu no seu “núcleo central de comando” a entrada dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, três “novas potências políticas” e três “novas economias nacionais expansivas”. Foi durante a II Guerra Mundial que o “sistema mundial” vivenciou uma “verdadeira revolução” no núcleo hierárquico das Grandes Potências, que culminou com a vitória americana. (Fiori, 2004b, p.79,85)

Os Estados Unidos não participaram de imediato da I Guerra Mundial, mantiveram-se distantes até 1917, e até então o presidente Woodrow Wilson se posicionou de forma neutra na luta pela hegemonia européia. Mas, em fevereiro de 1917 romperam relações diplomáticas com a Alemanha e em abril do mesmo ano declaram-se em “estado de guerra” com o governo do império alemão. A destruição alemã e russa desequilibrou o poder entre o “núcleo duro” das Grandes Potências que disputavam a hegemonia européia. Para Fiori, o que prevaleceu após a guerra foi uma situação de “empate” entre os vitoriosos, onde o poder de veto entre estes restringiu à capacidade de um ou outro impor sua hegemonia aos demais. Nesta altura, os Estados Unidos não tinham condições de assumir uma posição de comando político e econômico na Europa. Inclusive a Inglaterra e a França vinham discutindo as bases da nova ordem mundial e o lugar que concederiam aos Estados Unidos dentro do clube das Grandes Potências. (Fiori, 2004b, p.80,82)

Terminada a guerra, as discussões entre os vitoriosos centrou-se nas questões do acerto de um novo regime monetário internacional e sobre as reparações da guerra, em especial no caso da Alemanha. O conflito entre franceses, ingleses e norte-americanos foi o que prevaleceu no acerto destas questões. Apesar do consenso prévio da volta ao padrão

ouro e às regras vigentes anteriores a 1914, os interesses nacionais se sobrepuseram ao consenso e cada um acabou buscando sua própria solução: “o Império Britânico formou uma área da libra esterlina, enquanto os franceses formaram o “bloco do ouro” com a Bélgica, a Holanda a Suíça e a Itália”⁶⁸. No caso das reparações da Alemanha, as discordâncias entre os vitoriosos não foram menores. Em síntese, “em todas estas negociações e acordos, o que primou foram as divergências radicais entre os aliados – que chegaram próximos da ruptura diplomática – e a impossibilidade de que se estabelecesse qualquer tipo de hegemonia clara entre eles”. (Fiori, 2004b, p.80-84; Teixeira, 1999, p.173)

Fiori acredita que do ponto de vista dos Estados Unidos já não havia depois da primeira Guerra Mundial nada a conquistar além das colônias inglesas e francesas, já que iniciar um confronto militar com a França e com a Inglaterra não estava ao alcance dos seus recursos militares, além de não disporem da “vontade nacional” para dar início ao que seria uma “corrida aos extremos”. (2004b, p.81,84)

Como na primeira guerra, os Estados Unidos participaram tardiamente na II Guerra Mundial, em 1941. A decisão de lutar pela hegemonia na Europa e no sudeste asiático foi tomada no momento em que Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill assinaram a Carta Atlântica em agosto de 1941. O acordo então firmado significou a transferência do poder anglo-saxônico para os Estados Unidos, que logo entraram em disputa com a Alemanha e com o Japão. (Fiori, 2004b, p.85)

Este autor sustenta que entre 1941 e 1945 foram negociadas as bases hierárquicas, funcionais e competitivas da nova ordem política mundial, assim como as bases da nova arquitetura monetário-financeira responsável por regular as relações dentro da economia capitalista mundial. Afirma que o desenho desta ordem política e econômica mundial foi obra exclusiva dos Estados Unidos e da Inglaterra. (Fiori, 2004b, p.85,88)

Seguindo seu raciocínio, esta nova ordem nasceu em 1947 “sob a forma simultânea e complementar, da Guerra Fria com a União Soviética, e da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos dentro do mundo capitalista”. Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill divergiram quanto à construção da nova ordem, mas estas discordâncias foram

⁶⁸ Fiori não escreve nada sobre a solução buscada pelos norte-americanos. Contudo, é importante o seu registro de que “durante a guerra, os Estados Unidos deixaram de ser um país devedor, transformando-se no principal credor de todos os países europeus envolvidos no conflito, incluindo seus aliados...” (Fiori, 2004b, p.83).

superadas com a morte de Roosevelt em 1945 e a chegada de Harry Truman à presidência no mesmo ano, que inaugura uma nova relação de poder com seus aliados e inimigos da II Guerra Mundial. (Fiori, 1998, p.105; 2004b, p.85,86)

A proposta de Churchill da “cortina de ferro”, seu entendimento de que “o sistema mundial não tem como funcionar se não for definido um novo mapa do mundo e uma nova fronteira ou clivagem capaz de organizar o cálculo estratégico das Grandes Potências”, foi recolhido por Truman e logo transformado em estratégia global. George Kennan e Clark Clifford trataram de construir a nova estratégia de contenção permanente e global da União Soviética⁶⁹. (idem)

Com a “escolha do inimigo” e a definição das fronteiras e das regras da Guerra Fria estava montada a nova doutrina estratégica dos Estados Unidos, que, além da Inglaterra, agora aliava-se à Alemanha, Japão e Itália, seus adversários na primeira guerra. A estratégia de bipolarização da Europa se consolidaria em 1949, depois da divisão da Alemanha, da ocupação da União Soviética na Europa Central – sendo contida na Grécia, Turquia e Irã – e da formação da Otan e do Pacto de Varsóvia. (Fiori, 2004b, p.86,87)

Com relação à construção da ordem mundial econômica, Fiori acredita

“que houve, de fato, um Bretton Woods antes e outro depois da Doutrina Truman. A estratégia inicial continha um projeto “imperial benevolente” e se propunha difundir mundialmente o New Deal norte-americano. A estratégia induzida pela ruptura da Aliança de Guerra, não apenas globalizou a competição com a União Soviética, como induziu os Estados Unidos ao exercício temporário de uma liderança hegemônica do mundo capitalista”. (Fiori, 1998, p.105)

A “armação” que garantiu o sucesso da “hegemonia mundial” dos Estados Unidos foi manter Alemanha, Japão, Itália e posteriormente, Taiwan, Coreia do Sul e alguns “tigres” do sudeste asiático como “convidados econômicos” e “protetorados militares”. Estes Estados nacionais foram sendo permanentemente “desarmados” e serviram como “cinturão de segurança” em torno da União Soviética, onde foram instaladas as principais bases norte-americanas fora de seu território. (Fiori, 2004b, p.89)

Nas palavras de Fiori,

⁶⁹ “A política de firme contenção foi desenhada para confrontar os russos, com toda a força necessária, em todo e qualquer ponto onde eles mostrem sinais de querer agredir os interesses de um mundo pacífico e estável”. (Kennan, 1947, p.581 *apud* Fiori, 2004b, p.87)

“... foi esta combinação de protetorado militar dos derrotados com a integração e coordenação global de suas economias, que se transformou na base material e dinâmica da “hegemonia” mundial exercida pelos Estados Unidos, até a década de 1970. Neste período (...) se pode dizer que os Estados Unidos expandiram seu poder político através da competição militar com a União Soviética, uma potência com quem não mantinham relações de complementaridade econômica, e que portanto poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia dos Estados Unidos. E, ao mesmo tempo, os Estados Unidos expandiram sua riqueza através de relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e incapazes de enfrentar militarmente os Estados Unidos. Uma fórmula absolutamente original, com relação à experiência histórica passada dos sistema mundial, que acabou se transformando na chave do sucesso da hegemonia mundial norte-americana, que durou duas décadas”. (Fiori, 2004b, p.89)

Fiori acredita que o período de liderança hegemônica dos Estados Unidos no “mundo capitalista”, foi o único momento da história do sistema político e econômico mundial em que foi tentado o exercício de uma “governança global”, baseada num sistema de regimes e instituições supranacionais – Otan no controle político-militar; Gatt, FMI, Banco Mundial no controle econômico financeiro; Conselho de Segurança da ONU como “instância jurídica global capaz de incorporar na Assembléia os sucessivos países descolonizados, mas mantendo o poder decisório no núcleo das potências vitoriosas”. (Fiori, 2004a, p.54; Conceição e Belluzzo, 2004, p.123-124).

3.2.3. A crise da hegemonia americana e a nova conjuntura não-hegemônica: 1968-1979

A “hegemonia mundial” norte-americana durou de 1945 a 1973. Foi entre 1968 e 1973 que Fiori registrou o momento da crise da hegemonia dos Estados Unidos, exatamente quando a “armação” começou a ruir. Foi o momento em que o conflito começou a se sobrepôr às relações complementares de cooperação que até então haviam entre as Grandes Potências do “mundo capitalista”, e em que a União Soviética escapou ao sistema de controle e contenção a que estava submetida. (Fiori, 1998, p.107; 2004b, p.89).

Para este autor, os principais acontecimentos que marcaram a crise da hegemonia americana e a “nova conjuntura não-hegemônica” que se seguiu à crise foram: o rompimento dos acordos pactuados em Bretton Woods; o retorno do conflito social na Europa; a fragmentação da sociedade e do *establishment* norte-americano; a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, seguido das derrotas no Laos, Camboja, também na África, na

América Central, posteriormente no Oriente Médio com a revolução xiita do Irã e a invasão soviética do Afeganistão; e o choque do petróleo planejado pela OPEP que pôs fim ao regime energético em que sustentou, nas décadas de cinquenta e sessenta, o crescimento barato da economia mundial. (Fiori, 1998, p.107,108; 2004b, p.90)

Segundo Maria da Conceição Tavares, o sistema monetário internacional com base no padrão dólar-ouro estabelecido em Bretton Woods nunca funcionou a contento. Tavares sustenta que desde 1968 este sistema já vinha com os seus dias contados. As crises monetário-cambiais de 1971 a 1973 apenas proclamaram sua morte. Depois do primeiro choque de petrodólares e da política recessiva americana de 1974, a ordem monetária internacional caminhava rapidamente em direção ao “caos”. O FMI vinha buscando implementar sem o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra uma nova ordem monetária internacional, que ia na direção de um maior controle público do sistema, quando Paul Volcker optou pela “diplomacia do dólar forte”. (Tavares, 1998, p.31-34)

“Na reunião mundial do FMI de 1979, Mr. Volcker, presidente do FED, retirou-se ostensivamente, foi para os EUA e de lá declarou ao mundo que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional. Volcker aduziu que o FMI poderia propor o que desejasse, mas os EUA não permitiriam que o dólar continuasse desvalorizando tal como vinha ocorrendo desde 1971 e em particular depois de 1973 (...). A partir desta reviravolta, Volcker subiu violentamente a taxa de juros interna e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda americana seria restaurada. Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão contínua por três anos”. (Tavares, 1998, p.33)

Os anos de 1973 e 1974 registraram o último auge da expansão da economia mundial, enquanto os anos de 1979 a 1983 foram marcados pela recessão da economia mundial, imposta segundo Tavares pela “hegemonia maléfica” exercida de maneira “arrogante” e “violenta” pelos norte-americanos (Tavares, 1998, p.32,37). Apesar de compartilhar com esta avaliação sobre os rumos tomados pela a geoeconomia neste período, Fiori não considera que tenha havido qualquer tipo de “hegemonia” durante estes anos. Para este autor, o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma “hegemonia capitalista benevolente” que durou até 1973, quando cedeu lugar a uma nova conjuntura não-hegemônica. (Fiori, 1998, p.107,108; 1999, p.70).

Esta nova conjuntura seria um reflexo de tendências e contradições que já vinham se acumulando durante toda a década dos anos sessenta. Foi nesta década que teve início a chamada “indisciplina do capital” e que começaram os conflitos sociais e estatais, responsáveis por acabar com “o consenso ideológico e político-econômico em que se sustentou o *embedded liberalism* da hegemonia norte-americana” (Fiori, 1998, p.109).

A “indisciplina do capital” teve início quando os capitais americanos e europeus começaram a ‘contornar’ os seus sistemas de regulação nacional. Muito depois o ‘sistema de taxas de câmbio flexíveis’ alavancaria a globalização financeira. Quanto aos conflitos sociais, lembra que a segunda metade dos anos sessenta ficou conhecida como um ‘tempo de rebeldia’. (idem)

“Como nos anos quarenta do século XIX, uma verdadeira explosão de descontentamento social propagou-se pela Europa e os Estados Unidos, na forma clássica das greves sindicais e estudantis, e na forma mais moderna dos movimentos sociais que iam do pacifismo à contracultura. (...) Esta onda de descontentamento social não se restringiu aos países industrializados. Estendeu-se ao “mundo em desenvolvimento” sob formas que reproduziram, muitas vezes, a temática dos países industrializados, mas que incluíam também alguns movimentos de libertação africanos e as guerrilhas latino-americanas”. (Fiori, 1998, p.109,110)

No campo da competição estatal os Estados Unidos sofreram várias derrotas, começando pelo Vietnã e a Opep e culminando com as revoluções da Nicarágua e do Irã. (Fiori, 1998, p.113; 1999, p.70)

“No sudeste asiático, a derrota do Vietnã foi seguida, em dominó, pela vitória dos comunistas em toda a Indochina concluída em 1974 e 1975. No sul da Ásia, os americanos perderam o controle dos conflitos entre a Índia e o Paquistão, e a União Soviética permitiu-se invadir o Afeganistão em 1979. No Oriente Médio, os Estados Unidos perderam o seu principal aliado, em 1979, com a vitória da revolução fundamentalista no Irã e ainda foram obrigados a suportar o humilhante episódio do seqüestro dos seus diplomatas ocorrido na mesma hora em que a OPEP infringia um novo ‘choque energético’ nas economias capitalistas. Na África, o fracasso das experiências desenvolvimentistas dos primeiros governos independentes foi dando lugar a regimes que se autoproclamavam socialistas enquanto expandiam-se a influência militar e soviética na Etiópia, Somália, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Daomé, Madagascar, Zimbábwe e Zaire. E até na América Central, multiplicaram-se as guerras civis em El Salvador e Guatemala culminando com a vitória sandinista na Nicarágua”. (Fiori, 1998, p.113,114)

Ao final dos anos setenta o mundo se viu “envolto por uma crise gigantesca e carente de qualquer tipo de hegemonia”. (Fiori, 1998, p.114)

3.2.4. A retomada da hegemonia norte-americana e o novo império: 1979 à atualidade

O esforço norte-americano para recuperar a hegemonia, depois de uma década de divisões internas e derrotas externas, começou, segundo Fiori (1998, p.114) em 1979 com a vitória eleitoral das “forças conservadoras”, que foram responsáveis pela reorganização do cenário político mundial. Foi como resposta à crise econômica e política da década de 1970 que se desenvolveu na década de oitenta “a grande ofensiva militar, econômico-ideológica americana que culminou com a rendição da URSS e o fim da Guerra Fria” (Fiori, 2001c, p.112). Decidido a recuperar a liderança mundial, o governo conservador de Ronald Reagan optou no início dos anos oitenta por “uma nova ‘aliança memorável’ entre o poder do estado e o capital”. E foi esta nova aliança estratégica entre o poder político e o capital financeiro que conduziu o “novo projeto internacional” de “redisciplinamento do trabalho, da periferia e dos países aliados”. (Fiori, 2001c, p.115)

O projeto de retomada da hegemonia contou logo com o apoio das forças conservadoras que chegaram ao poder na Inglaterra (Margaret Thatcher em 1979) e na Alemanha (Helmuth Kohl em 1982). (Fiori, 1998, p.115)

Para disciplinar o mundo do trabalho e as periferias às forças conservadoras começaram tomando as seguintes medidas:

“... primeiro iniciou-se o processo de desregulação financeira, mas quase ao mesmo tempo Margareth Thatcher usou mão de ferro para acabar com a greve dos mineiros do carvão, enquanto Ronald Reagan utilizava a lei Taft-Harley para intervir e derrotar, de forma exemplar, a greve dos controladores de vôo. Logo em seguida reformaram-se as legislações trabalhistas reduzindo os direitos dos sindicatos e a possibilidade de greves. (...) ainda na primeira metade dos anos oitenta, e num cenário de menor importância estratégica, os Estados Unidos completaram seu ‘redisciplinamento da periferia’, do ponto de vista militar, alinhando-se firmemente ao lado da Inglaterra na Guerra das Malvinas e realizando intervenções exemplares no Panamá e em Granada, além de bombardear a Líbia e armar uma estranha guerra no Oriente Médio entre seus principais adversários no mundo do fundamentalismo islâmico, o Irã e o Iraque. E do ponto de vista econômico, impondo um ajustamento obrigatório das economias nacionais endividadas, particularmente no caso latino-americano...”. (Fiori, 1998, p.116,117,119)

Paralelo ao projeto de redisciplinamento do trabalho e da periferia, Ronald Reagan elaborou o projeto de retomada da Guerra Fria, dando início a Segunda Guerra Fria. Nesta nova fase, os Estados Unidos apoiaram as forças anticomunistas em todos os planos e lugares do mundo. Uma de suas decisões estratégicas foi levar à frente o projeto científico-tecnológico que ficou conhecido como “Guerras nas Estrelas” (Fiori, 1998, p.118). O projeto representou,

“uma verdadeira “revolução militar”, que mudou completamente a concepção política e a base estratégica e logística do poder bélico dos Estados Unidos, redesenhando em seguida, e de forma radical, a hierarquia militar do mundo. (...) Uma mudança radical no campo da tecnologia militar, cujos efeitos práticos, no campo de batalha e na política internacional, só se manifestaram na década de 1990⁷⁰”. (Fiori, 2001c, p.55)

Na avaliação de Fiori, a ofensiva mundial anticomunista e a revolução tecnolológico-militar tiveram seu peso na “rendição pacífica” e no desfecho em 1991 da “velha ordem” soviética⁷¹. E com o fim do Regime Soviético e da bipolaridade da Guerra Fria, desfizeram-se “os últimos medos que ainda intimidavam o Capital e poderiam justificar a reconstrução ‘benevolente’ da hegemonia capitalista dos Estados Unidos”. A partir de então, os Estados Unidos redesenharam a sua estratégia de poder mundial, orientada por uma “visão unipolar do mundo”, e portanto, mais próxima de um poder de tipo imperial do que hegemônico. (Fiori, 1998, p.123,124,127; 2001b, p.63)

Esta nova estratégia americana que desde 1991 estaria reconstruindo a ordem política e econômica mundial foi resumida por Fiori da seguinte forma:

⁷⁰ “Foi na Guerra do Golfo, em 1991, que ocorreu a primeira demonstração, cruel e aterradora, da nova maneira americana de fazer guerra. Quarenta e dois dias de ataques aéreos permitiram uma vitória terrestre em menos de cem horas, com menos de cem baixas entre os atacantes, a maioria provocada por “fogo amigo”, e mais de 100 mil mortos iraquianos. E na guerra não declarada de Kosovo, em 1999, foi possível testar e comprovar, pela segunda vez, que havia surgido no cenário mundial um novo tipo de guerra, controlado de forma quase monopólica pelos Estados Unidos. Depois de assistir aos oitenta dias de bombardeio aéreo ininterrupto do território de Kosovo e da Iugoslávia, sem nenhuma perda humana entre os aliados e com a quase total destruição da economia iugoslava, os governantes e os generais de todo o mundo tiveram cabal certeza de que havia nascido, na década de 1990, uma “nova guerra””. (Fiori, 2001c, p.55,56)

⁷¹ “A crise soviética já vinha da década de 1970, e a resposta reformista de Gorbachev já havia iniciado, em 1985, a desmontagem da velha ordem. Ao mesmo tempo, Gorbachev se rendia aos fatos e assinava os sucessivos acordos de desarmamento que renunciaram a partir de 1986, em Reikjavik, Malta e Washington, o que viria a se transformar numa espécie de rendição “pacífica” da União Soviética”. (Fiori, 2001b, p.63)

“... desde 1991, o comportamento econômico, cultural e diplomático dos Estados Unidos frente ao mundo tem sido o de um país que não apenas acredita mas se comporta cada vez mais orientado por uma visão unipolar do mundo. Se Arrighi tiver razão, “um Estado só pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força-motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos” (1994, p.30) E no caso, a nova ordem mundial, posterior a 1991, o “século americano” anunciado por George Bush mas conduzido por Bill Clinton, tem sido, até aqui, extremamente benéfica para o poder e a economia dos Estados Unidos, mas tem sido para os demais estados e governantes – com a exceção de alguns casos asiáticos –, um tempo de estagnação econômica, desemprego e insatisfação social, um tempo de perda de poder e de legitimidade dos governantes frente aos seus cidadãos. E a postura norte-americana tem sido a de um país que exerce a sua “primazia” nos termos “ativistas” concebidos por Charles Kindleberger, mas orientada, integralmente, pela defesa dos seus interesses nacionais, e pela proteção e promoção explícita de todos os segmentos de sua economia produtiva e financeira. Por isto a ordem política e econômica emergente tem pouco ou nada a ver com o conceito de hegemonia e parece muito mais próxima da idéia do “imperial system”⁷² de que falam James Petras e Robert Cox”. (Fiori, 1998, p.128)

Para Fiori, a vitória americana sobre o “mundo socialista” e o fim da Guerra Fria marcou o nascimento do “novo império”, que assim como os demais “impérios modernos”, sustenta seu poder nas armas e no dinheiro. Nas armas, seu poder se manifesta com base numa “nova forma de fazer guerra”. No dinheiro com base em um novo sistema monetário internacional denominado por Franklin Serrano de “dólar-flexível”. (Fiori, 2001c, p.110-113; Serrano, 2004)

Nos sistemas monetários internacionais anteriores baseados nos padrões ouro-libra e ouro-dólar, “os países que emitiam a moeda-chave podiam fechar o saldo de sua balança de pagamentos com déficits globais, mas tinham que se preocupar permanentemente com sua posição externa, para impedir que se alterasse o preço oficial da sua moeda em ouro”. No novo sistema monetário internacional baseado no padrão “dólar-flutuante”, que se consolidou nas décadas de 1980 e 1990,

“os Estados Unidos podem incorrer em déficits em balanço de pagamentos de qualquer monta e financiá-los tranqüilamente com ativos denominados em sua própria moeda. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar e aos Estados Unidos, a liberdade de variar sua paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, através da movida das taxas de juros. E, nesse sentido, a ausência de conversibilidade em

⁷² “*The imperial system is at once more than and less than the state. It is more than the state in that it is a transnational structure with a dominant core and dependent periphery. This part of the U.S. government is at the system’s core, together with interstate institutions as the FMI and the World Bank symbiotically related to expansive capital and collaborator governments in the system’s periphery*” (Cox, 1986, p.228 *apud* Fiori, 1998, p.128)

ouro elimina pura e simplesmente o problema da restrição externa para os Estados Unidos”. (Serrano, 1998, p.1,8,9 *apud* Fiori, 2004a, p.17,18)

É com base nos elementos demonstrados anteriormente que Fiori (2004a, p.14) afirma categoricamente que “nada parece ameaçar imediatamente o poder global dos Estados Unidos, que vem dando demonstrações claras e sucessivas de que pretendem manter e expandir este poder sem fazer maiores concessões às demandas “multilateralistas” das demais potências”.

4. CONFRONTO TEÓRICO E HISTÓRICO ENTRE A EPSM E A NEPSM

Nos capítulos anteriores procuramos apresentar as teses de Immanuel Wallerstein (crise da hegemonia norte-americana), Giovanni Arrighi e o GPSHC (declínio da hegemonia mundial norte-americana) e José Luís Fiori (o novo império norte-americano). Para tanto, recorreremos na primeira parte de cada capítulo ao arcabouço teórico de cada uma destas teses, e na segunda parte nos voltamos à história panorâmica dos Estados Unidos no sistema mundial, tal como concebida por estes estudiosos.

Está claro que estes autores se dedicaram ao estudo da evolução do sistema mundial para compreender as transformações sociais modernas, entre elas a evolução do poder do Estado norte-americano. Isto não significa dizer que a concepção das origens e dinamismo deste sistema seja um consenso entre eles. Ao contrário, como deixou transparecer os capítulos precedentes. Nestes também foi possível perceber que não há consenso quanto à trajetória de poder dos Estados Unidos no sistema mundial, particularmente no que diz respeito às últimas duas décadas do século XX e início do novo milênio.

Neste quarto e último capítulo iremos confrontar algumas destas divergências, tanto no campo teórico como no campo histórico. No primeiro item começaremos apontando as divergências no plano teórico entre a EPSM e a NEPSM, ressaltando também as diferenças entre as perspectivas de Wallerstein e Arrighi. Estas divergências referem-se basicamente: a composição das unidades básicas do sistema e a unidade privilegiada de análise; a dinâmica sistêmica mundial, observando a ênfase que cada um dá a atividade econômica e política nesta dinâmica, bem como o vínculo entre economia e política na evolução sistêmica; e o conceito de hegemonia e o papel atribuído às hegemonias na dinâmica sistêmica. Após estas apreciações apresentaremos, num segundo item, particularmente a crítica de Fiori a formulação analítica que dá sustentação à tese de Giovanni Arrighi, bem como nossa avaliação desta leitura crítica. E em seguida faremos um resgate da proposta da NEPSM para a análise da acumulação de poder por parte dos “estados-impérios” neste sistema, e sua aplicação para o caso dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Um terceiro item deste capítulo trata do confronto histórico entre as interpretações da evolução do poderio dos Estados Unidos no sistema mundial, particularmente para a última década do século XX e início do novo milênio. Nesta etapa incluiremos também as posições de

outros autores a respeito da atual condição de poder econômico, político-ideológico e militar sustentado pelo Estado norte-americano.

4.1. Divergências no campo teórico entre a EPSM e a NEPSM

No início da década de 1970 nasce na Associação Americana de Sociologia uma escola de pensamento denominada Economia Política dos Sistema-Mundo, voltada a mobilizar o conhecimento histórico para a solução de problemas macro-sociológicos (Arrighi, 2003b, p.15). Segundo Chase-Dunn (2001, p.1),

“the intellectual history of world-systems theorizing has roots in classical sociology, Marxian revolutionary theory, geopolitical strategizing and theories of social evolution. But in explicit form the world-systems perspective emerged only in the 1970’s when Samir Amim, Andre Gunder Frank and Immanuel Wallerstein began to formulate the concepts and to narrate the analytic history of the modern world-system”.

Publicado na década de setenta, *“The Modern World System”* de Wallerstein descartou definitivamente a idéia de compreender a mudança social Moderna através da dinâmica de entidades outras que não o Moderno Sistema Mundial. Nesta gigantesca obra estudou desde as origens e formação do sistema, entre 1450 a 1640, até suas evoluções subseqüentes, passando pela consolidação deste sistema (1640 a 1815) e de sua conversão em uma empresa global (1815 a 1917). Em estudos posteriores estendeu à análise histórica até o presente. Outros autores seguindo a mesma linha também se voltaram ao estudo das origens e transformações do novo sistema histórico, a exemplo de Fernand Braudel em *“Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII: o tempo do mundo”*, Charles Tilly em *“Coerção, capital e Estados europeus”*, Giovanni Arrighi em *“O longo século XX e mesmo José Luís Fiori no artigo “Formação, expansão e limites do poder global”* ao procurar formular o que chamou de NEPSM também esboçou brevemente a evolução histórica deste sistema. Vejamos aqui algumas divergências no plano teórico entre representantes da EPSM e a NEPSM.

4.1.1. As unidades básicas do sistema mundial e a unidade privilegiada de análise

As unidades básicas do sistema mundial concebidas pela EPSM são: o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal. Nesta perspectiva, a economia capitalista mundial e o sistema de Estados nacionais, como também são chamados, nasceram no mesmo momento, o que significa dizer que não tiveram origens separadas. Arrighi situa este nascimento conjunto precisamente em 1648 com a assinatura do Tratado de Vestfália. Na NEPSM os Estados nacionais e as economias nacionais são as unidades constitutivas do sistema, tanto é que nesta perspectiva o aparecimento do sistema é marcado pela formação dos primeiros “estados-economias nacionais”. Aqui a unidade econômica é representada na esfera nacional, lá se dá na escala da “economia-mundo”.

Enquanto “os intelectuais da EPSM [como Wallerstein e Arrighi] tomaram tipicamente os sistemas de estados agrupados por uma única divisão do trabalho como sua unidade privilegiada de análise”, a NEPSM parece ter tomado os estados como sua unidade privilegiada de análise, assim como fizeram os estudiosos da Sociologia Histórica e Comparativa⁷³ (Arrighi, 2003b, p.15). Ao tomar os Estados nacionais como agentes dinamizadores do mundo contemporâneo não estaria a NEPSM minimizando as “forças da economia” capitalista em suas análises? Para tentar responder melhor a esta questão convém analisar a dinâmica do sistema mundial na EPSM e na NEPSM.

4.1.2. A dinâmica do sistema mundial: o econômico e o político na evolução sistêmica

Para a NEPSM “o sistema é movido em conjunto, por duas forças político-econômicas contraditórias (...): por um lado, existe uma tendência que aponta na direção de um império ou estado universal, mas por outro, existe uma “contra-tendência” que aponta para o fortalecimento dos blocos de capital e poder nacional” (Fiori, 2004a, p.56). As forças político-econômicas de que fala são os “estados-economias nacionais”. Nesta perspectiva, “todos se movem com os mesmos objetivos e suas diferenças internas, de regime político e organização social, não parecem ter maior impacto no seu comportamento internacional,

⁷³ A Sociologia Histórica e Comparativa é um ramo da Macrossociologia Histórica. (Arrighi, 2003, p.13)

pelo menos nos momentos decisivos da história e do seu envolvimento em conflitos de maior proporção” (idem, p.57). Aqui, a contradição fundamental do sistema é que ao mesmo tempo em que os “estados-economias nacionais” objetivam o monopólio, as barreiras à entrada ou a destruição do concorrente ou adversário, também “não têm como aumentar seus poderes se seus concorrentes desaparecerem, nem têm como enriquecer se seus competidores empobrecerem de forma absoluta” (idem, p.37). Em outras palavras, “não há possibilidade lógica de que uma potência ganhadora possa seguir acumulando poder e riqueza sem contar com novos competidores e adversários, econômicos e militares”. Desta forma, a própria potência vencedora vê-se obrigada a promover o desenvolvimento econômico e militar de seus concorrentes e adversários, alimentando “a contra-tendência “nacionalizante” dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global, e ao império mundial” (idem, p.58).

Assim, dinâmica do sistema na NEPSM é dada primordialmente pelas ações das potências expansivas. O “motor fundamental do sistema” são as guerras promovidas por estas potências também chamadas de “estados-impérios”.

“Em cada grande período histórico ou século existiu um grande conflito central, uma guerra duradoura que foi o núcleo atômico do sistema. Essa grande guerra ou bipolaridade, por sua vez, delimitou uma espécie de “espaço tempo geoestratégico”, que acaba envolvendo e hierarquizando todos os demais conflitos, e, como consequência, todos os demais territórios. Parece existir relação estreita entre o dinamismo econômico interno desses territórios e seu grau de proximidade com relação ao conflito central”. (Fiori, 2001a, p.58)

Como “instrumento preferencial de acumulação e centralização do poder político”, as guerras fazem predominar o político sobre o econômico na análise da dinâmica do sistema na NEPSM (Fiori, 2001a). Ora, uma definição básica de economia política mostra que “*political economy suggests a focus on phenomena that lie at the cross-roads of the traditional fields of political science and economies. It seeks to explain how political power shapes economic outcomes and how economic forces constrain political action*”. (Crane & Amawi, 1991, p.3). Portanto, não se pode analisar separadamente as forças políticas e econômicas.

Na NEPSM, a influência do poder político nos resultados econômicos ganha destaque sobre a influência das forças econômicas na ação política. Aqui, como vimos no terceiro capítulo, é o poder político na figura do Estado nacional quem cria a economia

nacional, e é a competição entre os “estados-impérios” a responsável pelo alargamento do espaço original da economia-mundo europeia. Nesta perspectiva, as “forças econômicas” do capitalismo parecem ter pouca relevância na expansão sistêmica. Lembremos que a NEPSM postula que “desde o século XVI, a polarização da riqueza e do poder mundial esteve por trás da competição entre os Estados e de quase todas as suas grandes guerras” (Fiori, 2001b, p.69).

Na perspectiva da EPSM o alargamento da economia-mundo europeia se dá a partir da inter-relação entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal. Deve-se destacar também que aqui o econômico parece prevalecer sobre o político na análise sistêmica, ao menos na análise de Wallerstein. Segundo este autor, “*el vínculo básico entre las partes del sistema es económico, aunque esté reforzado en cierta medida por vínculos culturales y eventualmente (...) por arreglos político e incluso estructuras confederales*” (Wallerstein, 1999, p.21). Na origem do Moderno Sistema Mundial “*las estructuras políticas no contenían “economías”. Por el contrario, la “economía-mundo” contenía estructuras políticas, o estados*” (Wallerstein, 1987, p.16).

Para Wallerstein, este novo sistema é uma entidade econômica ao contrário dos impérios que são entidades políticas. “... *un imperio es un mecanismo para recaudar tributos, lo que en la significativa imagen de Frederic Lane significa “pagos recibidos a cambio de protección, pero pagos que superan el costo necesario para producir tal protección”*”. Entretanto, se comparados a moderna economia-mundo europeia ver-se-ia que “*los imperios políticos son un medio primitivo de dominación económica*” (Wallerstein, 1999, p.23). Isto porque a centralização política dos impérios lhes constitui simultaneamente força e fraqueza.

“Su fuerza se basaba en el hecho que garantizaba flujos económicos desde la periferia hacia el centro por medio de la fuerza (tributos e impuestos) y de ventajas monopolísticas en el comercio. Su debilidad yacía en el hecho de que la burocracia necesaria para su estructura política tendía a absorber un exceso de los beneficios, especialmente cuando la represión y la explotación originaban revueltas que aumentaban los gastos militares”. (Wallerstein, 1999, p.22)

Wallerstein (1999, p.22) sustenta a tese de que “*el logro social del mundo moderno consiste en haber inventado la tecnología que hace posible incrementar el flujo de excedente desde los estratos inferiores a los superiores, de la periferia al centro, de la*

mayoría a la minoría, eliminando el despilfarro de una superestructura política excesivamente engorrosa". No lugar desta superestrutura política uma nova estrutura com múltiplos sistemas políticos surgiu e se desenvolveu junto ao sistema capitalista mundial.

Segundo Wallerstein (2002b, p.10), a acumulação de capital, que é a essência do capitalismo, não se viabilizaria se os Estados não existissem: “os capitalistas precisam de Estados para duas coisas: possibilitar níveis significativos de lucro e ajudar alguns capitalistas a se darem bem às expensas de outros capitalistas”⁷⁴. Como vimos no primeiro capítulo, “*el capitalismo ha sido capaz de florecer precisamente porque la economía-mundo contenía dentro de sus límites no uno, sino múltiples sistemas políticos*” (Wallerstein, 1999, p.491). Devemos observar também que “ao mesmo tempo, a tendência dos grupos capitalistas a mobilizar seus respectivos Estados para favorecer sua posição competitiva na economia mundial reproduziu constantemente a segmentação do domínio político em jurisdições separadas” (Wallerstein, 1974b, p.402 *apud* Arrighi, 1997, p.32).

A partir destas observações é possível perceber que o vínculo entre o econômico e o político na evolução do sistema mundial aparece de forma mais clara na EPSM do que na NEPSM. Mas mesmo na EPSM há diferenças entre o esquema analítico de Wallerstein e Arrighi. No esquema proposto por Arrighi o estreito vínculo histórico entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal estiveram marcados não só pela “unidade” como propõe Wallerstein, mas também pela “contradição” que há entre eles. Por um lado, “a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência”⁷⁵. E por outro, “a competição entre empresas

⁷⁴ “Por um lado, os Estados ajudam os capitalistas restringindo o grau de liberdade do mercado. Eles o fazem oferecendo aos capitalistas, de múltiplas maneiras, a possibilidade de quase-monopólios. A mais importante é o sistema de patentes, que transforma processos de produção específicos em propriedade privada. (...) De outro lado, há meios através dos quais os Estados restringem o acesso aos seus próprios mercados a produtores situados em mercados de outros Estados: subsídios, tarifas, alíquotas, etc. As chamadas medidas protecionistas só são consideradas legítimas quando o Estado capitalista interessado as impõe, e ilegítimas quando qualquer outro Estado o faz. É claro, Estados mais fortes têm mais capacidade de empreender ações contra Estados mais fracos que tentem limitar o efeito de monopólios situados em Estados mais fortes, do que vice-versa. Os Estados mais fortes podem operar diretamente (através da força política, econômica ou militar) ou por meio das estruturas do sistema inter-Estados (digamos, hoje, a Organização Mundial do Comércio). Assim, os produtores dos Estados mais fortes têm uma vantagem não mercadológica sobre os produtores dos Estados mais fracos”. (Wallerstein, 2002b, p.11)

⁷⁵ “Assim, quando a competição interestatal assume a forma de intensos e prolongados conflitos armados, os custos dessa competição para as empresas capitalistas podem exceder os custos do governo centralizado que elas teriam de suportar num império mundial. Nessas circunstâncias, ao contrário, a lucratividade dos

capitalistas não necessariamente promove a segmentação contínua do domínio político em jurisdições separadas. Também aqui, isso depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência, nesse caso, entre as empresas capitalistas”⁷⁶. Em síntese, “a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma como assumem tem conseqüências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar” (Arrighi, 1997, p.32).

A partir desta perspectiva, Arrighi (1997, p.33) propõe para o estudo da natureza evolutiva do moderno sistema mundial, não enfatizar apenas a ligação histórica entre a concorrência interestatal e interempresarial, como parece proceder Wallerstein, mas também especificar a forma que essa concorrência assume e se modifica no correr da história, pois “só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema”.

4.1.3. O conceito de hegemonia e sua relevância na dinâmica sistêmica

Uma diferença que pode ser percebida no seio da EPSM é o papel atribuído pelas hegemonias na evolução sistêmica. Enquanto na análise de Wallerstein as hegemonias aparecem e desaparecem sem provocar alterações substanciais na dinâmica do sistema, na análise de Arrighi as hegemonias mundiais exerceram papel central na construção e reconstrução do sistema. A formação e expansão do sistema mundial moderno são por ele “concebidas como seguindo não uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passando por diversas mudanças para novos trilhos, instalados por complexos específicos de órgãos governamentais e empresariais” (Arrighi e Silver, 2001,

capitalistas pode muito bem ser minada e acabar sendo destruída por um desvio cada vez maior dos recursos para a iniciativa militar, e/ou por um desmantelamento cada vez maior das redes de produção e troca através das quais as empresas capitalistas se apropriam dos excedentes e os transformam em lucros”. (Arrighi, 1997, p.32)

⁷⁶ “Quando essas empresas estão entrelaçadas em densas redes transestatais de produção e troca, a segmentação dessas redes em jurisdições políticas distintas pode ter uma influência prejudicial na situação competitiva de toda e qualquer empresa capitalista em relação às instituições não capitalistas. Nessas circunstâncias, é bem possível que as empresas capitalistas mobilizem os governos para que reduzam a divisão política da economia mundial, em vez de aumentá-la ou reproduzi-la”. (Arrighi, 1997, p.32,33)

p.31). As reorganizações sistêmicas lideradas pelas sucessivas potências hegemônicas conduziram, cada qual, o sistema por uma nova direção, como vimos no segundo capítulo.

Esta concepção é uma crítica direta atribuída por Arrighi e o GPSHC ao modelo de ciclo hegemônico de Wallerstein. Neste modelo, “a relação básica entre os Estados e o capital permaneceu a mesma durante toda a história capitalista” (Arrighi e Silver, 2001, p.18). Aqui, a formação de determinados complexos de órgãos governamentais e empresariais e sua ação, aparece cumprindo “um roteiro ditado por propriedades de nível sistêmico”. Em contraposição, a pesquisa empírica desses autores

“revelou que a ascensão das nações hegemônicas no mundo moderno não foi um mero reflexo de propriedades sistêmicas. As propriedades sistêmicas agem, de fato, como forças coercitivas e ordenadoras na escolha dos Estados que se tornam hegemônicos. Mas, em todos os casos, a hegemonia também implicou uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança de suas propriedades”. (Arrighi e Silver, 2001, p.35)

Esta crítica também pode-se dirigir a NEPSM, que postula a tese de que na “história global dos estados e economias nacionais, não se consegue identificar estados que sejam portadores de algum projeto revolucionário de reorganização do Sistema Mundial” (Fiori, 2004a, p.57).

Outra diferença que merece ser salientada é que a NEPSM não recorre à noção de ciclo hegemônico nas suas explicações da ascensão e declínio de poder dos “estados-impérios”. E, ao contrário da EPSM, afirma que houve apenas dois casos de hegemonia, a Inglaterra e os Estados Unidos, não concebendo à Holanda o caráter de nação hegemônica.

Na EPSM não cabe a noção de estados-impérios no seio do sistema interestatal. Na perspectiva de Wallerstein, os Estados nacionais foram e são as unidades básicas da política mundial deste sistema, e o que se passou ao longo da história deste sistema foram apenas três tentativas frustradas por parte de alguns Estados nacionais de transformá-lo em um império-mundial. E foi do esforço de barrar tais aventureiros que surgiram as chamadas potências hegemônicas, dentre elas também a holandesa.

Na nota 58 do terceiro capítulo mostramos que Fiori aparece contestando esta afirmação. Para este autor, os Estados nacionais e os impérios não são formas excludentes do poder político no sistema mundial. Em sua concepção, os primeiros Estados nacionais europeus assim como os demais Estados que posteriormente fizeram parte do “núcleo central” do sistema mundial, devem ser vistos como meio estado meio império (“estados-

impérios”) já que nasceram com “ímpeto expansivo”. Estes estados-impérios teriam travado entre si relações a um só tempo conflitivas no campo político-militar e competitivas no campo econômico. O resultado destas disputas ao longo da história do sistema mundial foi a conquista de hegemonias regionais e a conquista do chamado “poder global”.

Na NEPSM a questão da legitimidade do poder não parece ter grande relevância para a conquista e manutenção do poder hegemônico. Aqui, a hegemonia regional ou mundial representa uma conquista temporária por parte de um determinado “estado-império” que luta perpetuamente pelo poder global. As disputas se dão nas arenas político-militar e econômica. Nem sempre os atores envolvidos nas disputas político-militar são os mesmos que disputam na arena econômica. No entanto, sustenta que sempre há uma certa complementaridade entre estas disputas. A hegemonia parece vigorar apenas nos momentos em que a complementaridade se sobrepõe ao conflito.

Já Arrighi parece se distanciar de ambas perspectivas. Distancia-se de Wallerstein ao não vincular a emergência das hegemonias aos esforços de conter tentativas de transformação do sistema mundial em império mundial, mas sim ao fato de determinados Estados estarem aptos e alegarem com credibilidade, em momentos de “caos sistêmicos”, que são “a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos”. E distancia-se simultaneamente de Fiori e Wallerstein por tratar as organizações de poder de maneira diferente do que fazem estes. Para se ter uma primeira idéia de tais diferenças, cabe observar brevemente como Arrighi e o GPSHC concebem a evolução do sistema moderno de Estados soberanos.

“Para começar, o próprio sistema moderno de Estados soberanos foi formalmente instituído sob a liderança de um agente – as Províncias Unidas – que não era bem um Estado nacional. Tratava-se, antes, de uma organização semi-soberana, que ainda lutava pela condição jurídica de Estado e tinha mais traços em comum com os Estados nacionais ascendentes do Noroeste da Europa. Depois de Westfália, os Estados nacionais realmente se tornaram as unidades políticas básicas no sistema mundial eurocêntrico. No século XIX, entretanto, esse sistema passou a uma dominação global, sob a liderança de um agente – o Reino Unido – que não era um mero Estado nacional, mas uma organização imperial cujos domínios territoriais e redes de poder abarcavam o mundo inteiro. Sob a carapaça dessa organização imperial, a industrialização revolucionou a logística da guerra e da diplomacia, criando as condições de emergência, no século XX, de Estados com dimensões continentais nos flancos ocidental e oriental da Europa. Os Estados Unidos e a URSS apequenaram o Estado nacional típico europeu, que passou a ser percebido como “pequeno demais” para competir industrial e militarmente”. (Arrighi e Silver, 2001, p.47)

Além do mais, enquanto Wallerstein (1984b, p.38,39) concebe a hegemonia como uma situação em que “uma potência pode impor suas regras e desejos (...) nas arenas econômicas, política, militar, diplomática e até cultural”, para eles a hegemonia representa mais do que dominação, “é o poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses desse grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral” (Arrighi e Silver, 2001, p.36).

4.2. Uma avaliação da crítica de Fiori à EPSM e da formulação da NEPSM para análise da acumulação de poder pelos EUA durante a Guerra Fria

No artigo “Formação, expansão e limites do poder global”, após breve descrição do panorama do debate intelectual da economia política internacional, Fiori apresenta sua crítica dirigida a um conjunto de autores, entre eles os chamados “marxistas e neomarxistas (Wallerstein e Arrighi) da economia política internacional”⁷⁷, que para nós são estudiosos da EPSM, um outro ramo da Macrossociologia Histórica.

De acordo com Fiori,

“Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi (...) partem do conceito e da história do *Modern World System*, criado na Europa, no século XVI, para concluir que a competição entre os estados nacionais europeus só não degenerou em caos político e econômico graças ao comando – ao longo dos últimos 500 anos – de três grandes potências hegemônicas que teriam sido capazes de organizar ou “governar” o funcionamento hierárquico deste Sistema Mundial. Esta organização teria dado origem a uma espécie de “ciclos hegemônicos” liderados, sucessivamente, pelas Províncias Unidas no século XVII, pela Grã-Bretanha no século XIX e pelos Estados Unidos no século XX”. “Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi [entre outros autores]⁷⁸ (...) chegam a uma mesma conclusão: a presença de um estado com poder global é indispensável para assegurar a ordem e a paz do sistema interestatal e o bom funcionamento da economia internacional, mesmo que seja por um período transitório, porque sempre haverá um novo *hegemon*”. (Fiori, 2004a, p.12,13)

⁷⁷ Os outros autores a que se refere são: Edward Carr, Raymond Aron, Joseph Nye, Robert Keohane, Charles Kindleberger, Robert Gilpin, Suzan Strange, Charles Krauthammer, Philip Bobbit, Robert Kaplan, Paul Kennedy e Niel Ferguson.

⁷⁸ Os mesmos nomes da nota anterior.

Como vimos no segundo capítulo, para Arrighi o sistema mundial vivenciou de fato períodos de “caos sistêmico”. Entretanto, estes não foram produzidos apenas pela competição entre Estados nacionais como sugere a leitura de Fiori. É possível que sua ênfase sobre a política em detrimento da economia não lhe permita ver que, na verdade, períodos de caos, de desorganização social, política e econômica nascem da inter-relação das competições interempresarial e interestatal com os conflitos sociais.

É certo que para Arrighi, as hegemonias holandesa, inglesa e norte-americana foram responsáveis por retirar o sistema mundial de uma situação caótica, de instabilidade social, política e econômica, restabelecendo uma dada ordem política e econômica mundial, firmando um pacto social entre grupos dominantes e subordinados. De certa forma a mesma avaliação se pode atribuir a Wallerstein (2002a, p.34), para quem os períodos de hegemonia no sistema mundial implicam maior paz, estabilidade e legitimidade tal como foram definidos na Introdução deste trabalho.

Quanto à inevitabilidade de um “novo *hegemon*”, esta não nos parece ser a posição defendida por Wallerstein e Arrighi. No caso de Giovanni Arrighi, não há sequer certeza por parte do autor de que haverá um colapso da atual ordem hegemônica. “Os sinais de um futuro colapso hegemônico são poucos, e continua em aberto a questão de saber se e quando tal colapso ocorrerá” (Arrighi e Silver, 2001, p.48). Já Wallerstein defende a tese de que o vir a ser não dará origem a uma nova hegemonia, mas sim a um ou vários novos sistemas mundiais. Aliás, esta outra tese é também rechaçada por Fiori, para quem “Immanuel Wallerstein não tem uma teoria que sustente sua tese do fim do “Sistema Mundial Moderno”, e as evidências que apresenta são dispersas, heterogêneas e extremamente impressionistas, passando pela demografia, pela ecologia e pelo mundo da cultura” (2004a, p.16). Fiori não vê nenhum indício de que um novo sistema possa surgir (2004a, p.57). De qualquer forma, a discussão sobre o fim do sistema mundial vai além dos limites deste trabalho que se concentra na discussão sobre a capacidade de poder sustentada pelo Estado norte-americano. E a esse respeito cabe observar as objeções que Fiori faz da formulação analítica de Arrighi para a análise da hegemonia norte-americana.

Como vimos no segundo capítulo, Arrighi argumenta que as crises hegemônicas podem ser identificadas por três processos distintos, mas estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, a escalada dos conflitos

sociais e o surgimento de novas configurações de poder. Estes três ainda teriam se associado ao fenômeno da expansão financeira.

Em objeção a esta formulação, Fiori (2004a, p.16) afirma que “com relação às “grandes expansões financeiras”, não está claro, na história econômica, a relação que existe entre elas e as crises cíclicas do sistema capitalista mundial, e muito menos com relação às crises hegemônicas do sistema político mundial”. E como exemplo cita os casos da expansão financeira do início e da segunda metade do século XIX e a expansão financeira do final do século XX. Para o primeiro caso argumenta que esta expansão “foi decisiva para a consolidação, e não para a crise da hegemonia inglesa”. No segundo caso, a expansão financeira foi contemporânea da crise econômica inglesa entre 1873 e 1893 “não deu origem apenas a movimentos especulativos, tendo sido um fator decisivo no sucesso das exportações inglesas e na expansão do território econômico controlado pelo capital financeiro, além de ter servido para injetar recursos na montagem do Império Britânico”.

Provavelmente quem primeiro destacou a relação entre as expansões financeiras e às crises do sistema capitalista mundial foi Fernand Braudel, quando assinalou que as expansões financeiras marcaram as fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas. Após os momentos de grande desenvolvimento seguiram-se momentos de desaceleração no ritmo do comércio e da produção. É o momento em que, nas palavras de Giovanni Arrighi (1997, p.6), “uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e acumulação prossegue através de acordos financeiros”. Isto só foi possível porque as organizações estatais (“para quem o poder e o *status*, e não o lucro, eram o princípio de ação norteador”), ao contrário das organizações capitalistas, “não ficaram desestimuladas (...) com a queda nos lucros e o aumento dos riscos do emprego do capital no comércio e na produção. Ao contrário, lutaram contra a queda nos lucros tomando emprestado todo o capital que podiam e investindo-o na conquista forçosa de mercados, territórios e populações” (Arrighi, 1997, p.238).

Segundo Arrighi, essa intensa competição entre os Estados pelo capital circulante acarretou “redistribuições sistêmicas maciças de renda e da riqueza de todo o tipo de comunidades para os agentes que controlam o capital circulante” (Arrighi e Silver, 2001, p.41). Tanto para Braudel como para Arrighi a emergência das expansões financeiras parecem marcar o início das crises no sistema capitalista, uma vez que a redução da queda

dos lucros provenientes da produção e do comércio de mercadorias dá lugar a movimentos puramente especulativos, e segue-se uma onda de menor produção, maior desemprego e concentração de renda a nível mundial.

Quanto à relação das expansões financeiras com as crises hegemônicas, Arrighi acredita que as expansões financeiras “foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos” (Arrighi e Silver, 2001, p.41). Para este autor, as expansões financeiras marcaram não só o fim dos grandes avanços capitalistas mas também

“o outono das estruturas hegemônicas em que se inserem estes avanços. São o momento em que o líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundiais que está chegando ao fim colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiperabundante que se acumula nos mercados financeiros mundiais. Esse acesso privilegiado permite que a nação hegemônica em declínio barre, pelo menos por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação”. (Arrighi e Silver, 2001, p.42)

Nesta perspectiva, os Estados Unidos no final do século XX colheram os frutos de sua liderança através do acesso privilegiado à liquidez acumulada nos mercados financeiros espalhados pelo mundo, com isso barrando *temporariamente* as forças emergentes do leste asiático, tal como havia feito os ingleses um século antes.

Ao contrário de Fiori, Arrighi não vê a existência de uma expansão financeira em princípios do século XIX. Registra ao longo da história do sistema capitalista cinco momentos de expansões financeiras⁷⁹: a primeira por volta de 1340 a aproximadamente 1450 (a mais longa); outra em torno de 1560 a 1640; outra de aproximadamente 1740 a 1780; a penúltima de 1870 a 1930; e a atual expansão iniciada em 1970 que ainda segue em curso.

Fiori parece não considerar que a expansão financeira iniciada em fins do século XIX tenha se estendido até depois da Primeira Guerra Mundial, talvez por isso tenha considerado apenas o lado positivo desta expansão para o aumento do poderio britânico. Como vimos no segundo capítulo, Arrighi sustentou que a Grande Depressão de fins do século XIX foi o período em que a Inglaterra mais se beneficiou da condição de o centro do

⁷⁹ Os três primeiros na verdade foram registrados por Braudel em sua obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII”.

comércio e das finanças mundiais. Sustentou também que durante a I Guerra Mundial a Grã-Bretanha chegou até mesmo a ampliar seu império, marcando mais um destes momentos maravilhosos em que a nação hegemônica em declínio colhe os frutos de sua liderança via o acesso privilegiado à liquidez mundial. O que não foi registrado por Fiori mais por Arrighi, foi que no final do período de expansão financeira, do fim da Primeira Guerra Mundial à 1930, o enfraquecimento da hegemonia mundial inglesa tornou-se patente pelos custos financeiros de seus sucessos político-militares.

Sobre a mais recente expansão financeira, Fiori argumenta que esta

“foi consequência da desregulação generalizada dos mercados de capitais através do mundo, além de ter-se dado num dos períodos de mais intenso e continuado crescimento da economia norte-americana. Nestes trinta anos, por outro lado, apesar da migração de capitais para o leste asiático, os Estados Unidos seguiram sendo o principal território econômico de aplicação e investimento dos capitais do mundo inteiro” (Fiori, 2004a, p.17).

Como Fiori, Arrighi reconhece o intenso crescimento da economia norte-americana durante a década de 1990, mas ao contrário de deste dá um tratamento diferenciado tanto a importância da migração de capitais para o leste asiático e quanto à aplicação de investimentos dos capitais do mundo na economia norte-americana para a análise da supremacia desta nação. Avalia, ao contrário deste autor, que a migração de capitais para o leste asiático já provocou um deslocamento dos recursos financeiros globais para esta região, tornando-a o centro mais dinâmico dos processos mundiais de acumulação de capital e uma ameaça efetiva ao poderio econômico norte-americano.

Uma outra objeção de Fiori a análise de Arrighi é que “não há evidências suficientes de que o acirramento da competição interestatal e interempresarial tenha ocorrido apenas nos momentos das grandes transições, entre distintos ciclos de acumulação” (2004a, p.17). O que chama atenção nesta crítica é que Fiori descarta a argumentação de Arrighi sem apresentar evidências de seus próprios argumentos. Ele não apresenta um exemplo se quer em que o acirramento da competição interestatal e interempresarial tenha ocorrido fora dos momentos de transição hegemônica.

Fiori também argumenta, à revelia do modelo de Arrighi, que “é muito mais complicado demonstrar que as lutas revolucionárias e os movimentos sociais tenham aumentado durante os períodos de transição hegemônica”. E como exemplos históricos que

corroborariam este “palpite” apresenta o período da “era das revoluções” de 1875 a 1914 como coincidindo não com o período de crise da hegemonia inglesa, mas com a fase de consolidação desta hegemonia, e o período da crise mundial das duas últimas décadas do século XX como “uma conjuntura de desaceleração dos conflitos e de derrota dos movimentos trabalhistas e sociais em quase todo o mundo” (2004a, p.17).

O segundo capítulo deixou claro que a “era das revoluções” coincide não com a fase de ascensão da hegemonia inglesa, mas com o momento de transição desta hegemonia para a hegemonia norte-americana. Quanto às últimas décadas do século XX, o GPSHC avalia que na crise da hegemonia norte-americana houve uma aceleração da história social na relação entre o conflito social e a intensificação das rivalidades entre as grandes potências e a competição intercapitalista.

“... nas crises hegemônicas passadas [holandesa e inglesa], a intensificação das rivalidades entre as grandes potências precedeu e moldou a intensificação do conflito social; na crise da hegemonia norte-americana, a intensificação do conflito social precedeu e moldou a intensificação das rivalidades entre as grandes potências. Também se pode detectar uma aceleração análoga da história social na relação entre o conflito social e a competição interempresarial. Enquanto, nas crises hegemônicas passadas, o conflito social eclodiu depois da intensificação da competição entre as empresas, na crise da hegemonia norte-americana uma onda de militância trabalhista precedeu e moldou a crise do fordismo”. (Arrighi e Silver, 2001, p.223)

Por fim, Fiori argumenta que

“os conceitos de liderança ou hegemonia mundial (...) não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Eles têm um viés excessivamente funcionalista e não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do *hegemon* com os demais estados do sistema durante sua ascensão, mas também não o captam durante o seu “reinado”. (...) Por isto, o “líder”, o “*hegemon*” (...) são vistos, quase sempre, pelo lado de suas contribuições positivas para o sistema, sem que se analise os “efeitos” negativos de suas ações expansivas que se mantêm e se ampliam, mesmo durante seus períodos de supremacia incontestada. É por isto que estas teorias não conseguem dar conta da relação aparentemente paradoxal, que liga o *hegemon* às próprias crises do sistema. Neste sentido, se pode concluir com toda segurança que os conceitos de “liderança” ou “hegemonia internacional” ajudam a compreender a estabilização e o funcionamento “normal” do Sistema Mundial, mas não dão conta das suas contradições e do desenvolvimento tendencial dos seus conflitos que existem e se mantêm ativos, mesmo nos momentos de maior legitimidade e paz hegemônica” (Fiori, 2004a, p.18,19).

O conceito de hegemonia na formulação da NEPSM não parece pretender dar conta do funcionamento e das contradições do sistema mundial como requer Fiori, mesmo porque como modo de acumulação e governo, este sistema não pode ser resumido às contradições do sistema interestatal⁸⁰. Nesta perspectiva a fonte mais importante de contradições e turbulências é a acumulação capitalista, com sua incessante busca por novas fontes de matérias primas, novas formas de produção, etc. Ademais, no conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Arrighi, o movimento contínuo das relações complementares entre a potência hegemônica e os demais Estados aparece mais claro nos momentos iniciais da hegemonia, quando o Estado hegemônico expande o sistema através de uma divisão do trabalho mais ampla ou mais profunda, sendo apoiado (imitado) por outros Estados que mobilizam energias e recursos no processo de expansão. Nestes momentos, como vimos no segundo capítulo, as duas formas de liderança – a liderança contra a vontade do líder e a liderança hegemônica – convivem sem minar a capacidade de expansão sistêmica. Já o movimento contraditório das relações competitivas entre a potência hegemônica (então em decadência) e as demais nações fica mais nítido quando as duas formas de liderança passam a entrar em choque, conduzindo o sistema para um período de crise hegemônica. Em suma, a cooperação prevalece num primeiro momento enquanto a competição torna-se evidente num segundo momento, quando inicia-se a fase de declínio hegemônico.

Reconhecer, como fazem Arrighi e o GPSHC, que a ampliação das bases sociais dos blocos hegemônicos estiveram baseadas “na exclusão da maioria da população mundial, de fato ou de direito, do acesso aos mesmos direitos e privilégios” desfrutados pela minoria da população mundial não é também reconhecer as ações negativas do *hegemon* para com os demais membros do sistema? Em “Caos e governabilidade” o GPSHC alega que “o aumento da escala e do alcance do Estado hegemônico no Ocidente esteve associado a um aumento da escala e do alcance dos domínios territoriais do Estado hegemônico na Ásia”. (Arrighi e Silver, 2001, p.227; Silver e Slater, 2001, p.162)

Fiori parte da hipótese de que as principais crises do sistema foram provocadas pelas ações do poder hegemônico, o que nos parece uma visão unilateral que só quer ver o Estado e negligencia a inter-relação entre o econômico e o político na análise sistêmica. Na perspectiva dos estudiosos dos sistemas-mundo, como mostraram os dois primeiros

⁸⁰ Dialogando com Fiori, Jaime César Coelho supõe “que o conceito de hegemonia é adequado para a análise do sistema de Estados, a medida que nos indica qual o estágio das disputas interestatais” (Coelho, ano, p.17).

capítulos, as principais crises sistêmicas não foram produzidas apenas com base nas ações dos Estados hegemônicos. Ainda que desejassem, não se atribui a estes responsabilidade por crises sistêmicas. Estas crises ocorreram devido às expansões da produção e do comércio a nível mundial ao longo da história do sistema mundial, e são estas expansões que acabaram por provocar um acirramento da competição intercapitalista e interestatal e uma elevação dos conflitos sociais. As expansões financeiras sistêmicas, um claro sinal de crise sistêmica na avaliação de Arrighi, foram “processos que envolveram o sistema capitalista mundial como um todo”, sendo responsáveis por “redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidades para os agentes que controlaram o capital circulante” (Arrighi e Silver, 2001, p.41,221).

Como vimos, ao formular a NEPSM Fiori atribuiu às guerras um papel central na dinâmica do sistema mundial. Ao longo de toda a história elas foram consideradas “o motor fundamental deste sistema, sua verdadeira força expansiva de acumulação e centralização do poder político” (2004a, p.24). Quase tudo parece se explicar por uma “necessidade expansiva” dos chamados “estados-impérios” que lutam pela conquista do “poder global”. Todas as grandes etapas do “projeto imperial” estadunidense, isto é, do processo de concentração e centralização do seu poder político e econômico estiveram marcadas por guerras: a Guerra da Independência; a Guerra Civil Americana; as duas Guerras Mundiais do século XX; a própria Guerra do Vietnã, apenas uma derrota passageira movida por seu ímpeto expansivo; as Guerras do Iraque.

Para Fiori (2004a, p.28,37) o “segredo mais bem guardado” deste sistema é que é “o próprio “poder expansivo” (...) quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder”. Se não o fizer, “perde “energia” porque desaparece a força e o mecanismo através do qual ele pode seguir acumulando mais poder”. “... os “estados-economias nacionais” não têm como aumentar seus poderes se seus concorrentes desaparecerem, nem têm como enriquecer se seus competidores empobrecerem de forma absoluta”. Em suma, para acumular mais poder e riqueza os estados-economias nacionais necessitam de concorrentes sob pena de se enfraquecerem caso desapareçam por completo seus adversários.

Neste esquema, a questão da legitimidade não parece ter grande relevância para a manutenção e expansão do poder, a própria noção de hegemonia é tratada como “uma

conquista, uma vitória do estado mais poderoso em um determinado momento, e neste sentido se pode dizer que é apenas um “ponto possível” na curva ascendente dos “estados-impérios” que lutam pelo poder global” (Fiori, 2004a, p.53).

Fiori assinala que se nos voltarmos para o lado geopolítico do sistema mundial podemos perceber de maneira mais visível “que sempre existiu, na história do sistema estatal, e em particular na história de suas Grandes Potências, um conflito central, mais permanente que serve como eixo organizador de todo o sistema”. Para ele, os conflitos centrais⁸¹ produziram uma polaridade mais ou menos nítida que não só orientava as estratégias dos demais estados como também impedia o uso abusivo e unilateral dos mais poderosos. (idem)

Fiori também assegura que na história de luta entre as Grandes Potências pelo chamado poder global, “nem sempre os principais atores da competição econômica foram os mesmos da competição político-militar, mas ambos conflitos conviveram com uma enorme complementaridade entre todos os estados envolvidos” (2004a, p.54).

Por este esquema é certo que a Guerra Fria foi o conflito central que serviu de “eixo organizador do sistema” quando os Estados Unidos conquistaram o poder global após a Segunda Guerra Mundial. Neste conflito, os principais atores da competição econômica foram os Estados Unidos, alguns países da Europa Ocidental e o Japão. Os principais atores da competição político-militar foram os Estados Unidos e a URSS, isto é, um adversário criado pelos americanos (lembramos que essa é a fórmula para a acumulação de poder).

No entanto, durante a Guerra Fria o próprio Fiori assinala que

“os Estados Unidos expandiram seu poder político através da competição militar com a União Soviética, uma potência com quem não mantinham relações de complementaridade econômica, e que portanto poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia dos Estados Unidos. E, ao mesmo tempo, os Estados Unidos expandiram sua riqueza através de relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e incapazes de enfrentar militarmente os Estados Unidos” (Fiori, 2004b, p.89).

⁸¹ Os conflitos a que se refere foram: “a prolongada guerra entre Espanha, a Áustria (o Império Habsburgo) e a França, no século XVI; (...) a competição econômica e os conflitos militares da França e da Inglaterra com a Holanda, em distintos momentos do século XVII; (...) a prolongada competição entre a França, a Inglaterra e a Rússia, nos séculos XVIII e XIX; e (...) o conflito entre Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, na primeira metade do século XX, e (...) a “Guerra Fria” depois da II Guerra Mundial” (Fiori, 2004a, p.54).

Assim, parece que o “grande segredo” do sistema mundial não foi obedecido durante este período. A União Soviética enquanto principal adversário, indispensável à acumulação de poder por parte dos Estados Unidos, foi eliminado sem qualquer dano a expansão do poder norte-americano. Afinal, não é pela existência de adversários que se acumula mais poder? E o que dizer da ausência de complementaridade entre os Estados envolvidos na competição econômica e político-militar? Não estaremos diante de um desencontro entre teoria e história?

4.3. Divergências no campo histórico: crise da hegemonia dos Estados Unidos ou novo império americano?

Fiori localiza a origem do “projeto imperial” dos Estados Unidos em fins do século XIX e início do século XX. Sustenta que os Estados Unidos pouco antes de ingressarem na I Guerra Mundial já eram uma “potência hegemônica” no continente americano e detinham uma “posição de destaque” no continente asiático. Depois da II Guerra Mundial assumem a “hegemonia mundial” que se estende de 1945 a 1973. Enfrentam uma “derrota passageira” na década de setenta, momento em que o sistema mundial passa a viver uma “nova conjuntura não-hegemônica” que se estende até meados da década de oitenta, quando então ocorre “a retomada da hegemonia americana”. Com o fim da Guerra Fria e a “rendição” da URSS nasce o “novo império” que passa a se orientar por uma “visão unipolar do mundo”.

Os dois primeiros capítulos deixam claro que Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi e o GPSHC não compartilham com esta trajetória de poder dos Estados Unidos no sistema mundial. Ambos estão de acordo que a ascensão dos Estados Unidos à hegemonia no moderno sistema mundial começou por volta de 1870, momento em que se inicia o declínio da hegemonia inglesa e se instaura a Grande Depressão (1873-96). Sustentam que a transição hegemônica durou até 1945/1950, quando os Estados Unidos tornam-se então hegemônicos. E defendem, ao contrário de Fiori, que a partir da década de setenta os Estados Unidos passam por um período de deterioração de sua hegemonia, deterioração esta que vem se aprofundando com o passar dos anos. O Quadro1 mostra as interpretações

da evolução do poderio dos Estados Unidos no sistema mundial, do ponto de vista dos autores com que vimos trabalhando.

Não se trata aqui de aprofundar e comparar todos estes períodos históricos (1870-1945/50; 1945/50-1967; 1967-1973; 1973-1979; 1980-1989; 1989-2005), levantando e respondendo uma série de questões relevantes para cada um destes blocos a partir das interpretações destes autores. Como já assinalado, restringiremos as nossas atenções primordialmente ao último período.

Fiori defende que com o fim do desafio da União Soviética, a estratégia norte-americana assumiu um novo projeto de organização imperial do poder mundial, mudando assim radicalmente a forma de exercício de seu poder sobre o mundo, que num passado recente caracterizava-se por uma “hegemonia benevolente”. Desde então, estamos vivendo uma nova ordem mundial orientada pelo “novo império americano”, que vem exercendo seu poder no campo das armas com base em uma nova maneira de fazer a guerra (evidenciada pela primeira vez na Guerra do Golfo), e no campo econômico com base em um novo sistema monetário internacional denominado “dólar flexível”.

Já Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi defendem que o poder dos Estados Unidos vem perdendo força desde a década de setenta e sustentam que mais cedo ou mais tarde a sua hegemonia estará de fato encerrada. Não postulam que o poder dos Estados Unidos configura-se como um império. Wallerstein parece acreditar ainda mais do que Arrighi que o fim da hegemonia norte-americana está mais próximo. Em alguns de seus artigos, como vimos na Introdução, chega a afirmar que ela se encerrou em 1990. “Saímos de uma era de hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial (1945-1990) e ingressamos numa era pós-hegemônica” (2002a, p.19). Em artigos mais recentes (2004) Wallerstein aparece contrariando esta afirmação, reafirmando a antiga tese do declínio da hegemonia. As teses destes autores se aproximam no que diz respeito a atual condição de poder militar, político e econômico sustentada pelos Estados Unidos. Sustentam que apesar de no âmbito militar o poder norte-americano não poder ser contrastado com nenhuma outra nação, a capacidade de utilização de tal poder encontra dificuldades crescentes em função de suas restrições financeiras (os Estados Unidos são a maior nação devedora do mundo) e de sua perda de legitimidade interna e externa.

Quadro 1: Interpretações da evolução do poderio dos Estados Unidos no Sistema Mundial

Períodos Históricos	Immanuel Wallerstein	Giovanni Arrighi	José Luís Fiori
1870 – 1945/50	Os EUA vencem a corrida pela sucessão da hegemonia inglesa. O acordo de Yalta estabelece as bases da hegemonia americana. A URSS controla 1/3 do mundo e os EUA o restante.	Transição da hegemonia mundial da Grã-Bretanha para o EUA: grande depressão; desintegração da ordem mundial inglesa; e criação da nova ordem mundial centrada nos Estados Unidos.	Os EUA dão os seus primeiros passos imperiais: conquistam inicialmente a hegemonia no continente americano e uma posição de destaque no continente asiático. Durante as duas Guerras Mundiais disputam e conquistam a hegemonia européia e mundial.
1945/50-1967/73	Consolidação e auge da hegemonia americana. Domínio em quase todas as questões relevantes no campo político e econômico mundial. A hegemonia era também ideológica e até cultural.	Ascensão da hegemonia mundial norte-americana na fase de expansão material (produção e comércio) do CSA norte-americano.	Os EUA exercem sua hegemonia sobre o “mundo capitalista”. A base material desta hegemonia foi uma combinação de protetorado militar dos derrotados com a integração e coordenação global de suas economias.
1967-1973	Início da estagnação da economia mundial. Começam os esforços (a “postura humilde”) para conter o declínio da hegemonia.	Início do declínio da hegemonia mundial norte-americana: intensificação das rivalidades entre as grandes potências; surgimento de novos <i>loci</i> de poder nas margens do Estado hegemônico em declínio; conflitos sociais; expansão financeira.	Crise da hegemonia americana provocada por seu próprio “ímpeto expansivo” na busca de mais poder.
1973-1979	Para conter o declínio da hegemonia dos EUA, os governos de Ford e Carter prosseguem os esforços da “postura humilde”.	As estratégias de poder norte-americanas passam a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. O resultado foi um aumento ainda maior da desestabilização da ordem mundial do pós-guerra.	Inicia-se uma nova conjuntura não-hegemônica.
Década de 1980	Para dar fôlego ao poder norte-americano, a “postura humilde” é substituída pelo “falso machismo”.	Reversão do processo de perda do poder dos EUA a partir da decisão do governo Reagan de competir ativamente nos mercados financeiros com vista à escalada da corrida armamentista com a URSS (2ª Guerra Fria).	Retomada da hegemonia norte-americana com a “diplomacia do dólar-forte” e a “diplomacia das armas”.
1989 – atualidade	O colapso dos comunismos elimina a única justificativa ideológica para a hegemonia dos EUA. As reações de George W. Bush ao 11/set aceleram o declínio.	Bifurcação do poder econômico e militar no sistema mundial. Poder econômico desloca-se para Ásia e enquanto militar permanece nos EUA. Apesar da vitória sobre a URSS, os EUA transformaram-se na maior nação devedora do mundo, o que provoca sérias limitações de uso de sua capacidade militar.	Nasce o “novo império americano” orientado por uma visão unipolar do mundo. No campo das armas os EUA vem exercendo seu poder com base numa “nova maneira de fazer guerra”. No campo econômico com base no novo sistema monetário internacional (dólar flexível).

Há de fato um enorme consenso de que o poder militar dos Estados Unidos é atualmente incontestável. Para Samir Amim (2003, p.182), “o mundo de hoje é militarmente unipolar”. Andre Gunder Frank (2003, p.25) chega a afirmar que o poder militar dos Estados Unidos “é superior ao conjunto dos outros 12 ou mais poderes militares combinados”⁸². Porém, no que diz respeito à permanência da capacidade de utilização desse poder a questão passa a ser controversa. Além do problema da legitimidade (externa e interna) central neste debate é a capacidade de financiamento do poder militar, porque com diz Gunder Frank, “a força e a mobilidade do Pentágono é dependente do dólar que, em troca, o sustenta” (idem). Vejamos inicialmente a questão da legitimidade para em seguida discutirmos o papel das finanças na sustentação do poder americano.

Em uma de suas “60 lições dos 90”, Fiori afirma que uma “nova maneira americana de fazer guerra” foi evidenciada pela primeira vez na Guerra do Golfo em 1991 e pela segunda vez na Guerra de Kosovo em 1999. Uma das grandes novidades desta nova maneira de fazer guerra é que ela

“se propõe ser livre de riscos e é avessa a acidentes e mortes, baseando-se, portanto, na expectativa da impunidade do ponto de vista da crítica interna e dos demais aliados. Como consequência, ficou extremamente mais fácil, para qualquer presidente norte-americano, decidir-se pelo uso da força sem medo de ser punido por seus soldados, eleitores e cidadãos” (2001b, p.56).

A oposição popular à Guerra do Iraque foi, nas palavras de Noam Chomsky, “sem precedentes históricos” (2004, p.8). Mesmo assim como sabemos a guerra infelizmente teve início no dia 20 de março de 2003 sob o comando dos Estados Unidos com apoio mais ostensivo da Inglaterra e da Espanha, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. Se a Guerra do Golfo de 1991 provocou menos de cem mortes entre os aliados, sendo a maioria provocada por “fogo amigo” (Fiori, 2001b, p.56), o mesmo não vem acontecendo na Guerra do Iraque iniciada em 2003, que já matou mais de 2000 soldados americanos e está provocando grandes protestos por parte de movimentos sociais nos Estados Unidos e em várias partes do mundo (Brasil de Fato, 2005, p.12).

⁸² Gunder Frank não esclarece no artigo “Tigre de papel, dragão de fogo” que outras nações detêm estes poderes.

De acordo com Wallerstein (2004, p.314), “na história do mundo, o poder militar nunca foi suficiente para manter a supremacia. A legitimidade é essencial, pelo menos uma legitimidade reconhecida por parte significativa do mundo”. E quanto à legitimidade das ações do governo norte-americano, cabe destacar que

“estudos revelaram, no início de 2003, que o medo inspirado pelos Estados Unidos atingira picos impressionantes no mundo todo, juntamente com a desconfiança em sua liderança política. O menosprezo pelas necessidades e pelos direitos humanos elementares combinava-se a uma demonstração de desdém pela democracia para o que não é fácil achar paralelos, tudo isso acompanhado de discursos abundantes em promessas de devoção aos direitos humanos e à democracia”. (Chomsky, 2004, p.10)

Em Washington, no dia 24 de setembro de 2005, cerca de cem mil pessoas protestaram pedindo a volta para casa das tropas que ocupam o Iraque. Foi a maior marcha desde a invasão do Iraque em 2003. Também houve protestos em Los Angeles, San Francisco e Seattle. Na Europa, os protestos se deram em Londres, Florença, Roma, Paris e Madri. No Oriente Médio, em Damasco (na Síria). Uma pesquisa do Instituto Gallup, realizada em setembro do mesmo ano, revela que “63% dos estadunidenses esperam o retorno dos cerca de 140 mil militares mobilizados no Iraque”. (Brasil de Fato, de 29 a 5 de outubro de 2005)

Outra pesquisa realizada entre 16 e 18 de setembro de 2005 aponta que 38% dos norte-americanos aprovam a forma como o governo de George W. Bush conduz a política externa (58% de desaprovação). Em 1 de maio a aprovação era de 45% (desaprovação de 59%) e em 30 de agosto era de 43% (desaprovação de 52%). A mesma pesquisa revelou que atualmente 32% da população americana aprova a forma como o governo lida com a Guerra no Iraque, contra 67% de desaprovação. (Fonte: USA *Today*, CNN e Gallup. Retirado do jornal Brasil de Fato, de 22 a 28 de setembro de 2005)

Wallerstein acredita que “com a guerra preventiva⁸³, os falcões norte-americanos minaram de forma fundamental a reivindicação dos Estados Unidos à legitimidade. E assim enfraqueceram irremediavelmente os Estados Unidos na arena geopolítica”. Para este autor, os Estados Unidos representam atualmente “uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação

⁸³ A guerra preventiva dos Estados Unidos foi “promulgada em 20 de setembro de 2002 pela administração norte-americana, num documento *ad hoc*, no qual se afirma que os Estados Unidos atuarão por sua conta a título preventivo diante de uma ameaça iminente antes que seja concretizada”. (Segrera, 2003, p.126,127)

perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar” (2004, p.25, 314).

Para Arrighi e o Grupo de Pesquisa sobre Hegemonias Comparadas, o poder dos Estados Unidos na fase de ascensão de sua hegemonia baseava-se na sua capacidade de “se erguerem e erguerem outras nações acima da tirania das pequenas decisões”. Afirmam que atualmente “uma nova tirania das pequenas decisões ressuscitou, no contexto de problemas de nível sistêmico cada vez mais prementes, que nem os Estados Unidos nem nenhum outro Estado parecem capazes de resolver” (Arrighi e Silver, 2001, p.283,284).

Segundo David Harvey (2004, p.67),

“movimentos populistas contra a hegemonia norte-americana da parte de potências antes docilmente subordinadas, particularmente na Ásia (sendo exemplos disso a Coréia do Sul), mas também, recentemente, na América Latina, ameaçam transformar a resistência de base comunitária numa série de resistências lideradas pelo Estado, se não intensamente nacionalistas, à hegemonia norte-americana”.

Quanto à questão da capacidade de financiamento das aventuras militares norte-americanas, este não é um problema desde o ponto de vista de Fiori, que rejeita a tese de que houve uma “bifurcação” entre o poder militar e o poder financeiro no mundo. Como visto no capítulo anterior este autor assinala junto com Franklin Serrano que o “dólar flexível” se consolidou nas décadas de oitenta e noventa e representa atualmente o novo sistema monetário internacional. Neste novo sistema,

“os Estados Unidos podem incorrer em déficits em balanço de pagamentos de qualquer monta e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar e aos Estados Unidos, a liberdade de variar sua paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, através da movida das taxas de juros. E, nesse sentido, a ausência de conversibilidade em ouro elimina pura e simplesmente o problema da restrição externa para os Estados Unidos”. (Serrano, 1998, p.1,8,9 *apud* Fiori, 2004a, p.17,18)

Este sistema “dólar flexível” de que fala Serrano muito se parece com o “puro padrão dólar” de que fala Giovanni Arrighi. Para Arrighi, foi a partir do abandono do padrão de câmbio ouro-dólar em 1973 que se criou um “puro padrão dólar”. Segundo ele, durante cerca de cinco anos (1973 a 1978) este padrão de fato “pareceu dotar o governo

norte-americano de uma liberdade de ação sem precedentes na produção do dinheiro mundial” (1997, p.319).

“O sistema de taxas de câmbio flutuantes (...) eliminou qualquer necessidade de os Estados Unidos controlarem seu déficit no balanço de pagamentos, qualquer que fosse sua fonte, pois tornou-se então possível libertar na circulação internacional quantidades ilimitadas de dólares não conversíveis. Portanto, mesmo continuando a depreciar o dólar, numa tentativa de recuperar a competitividade na produção de bens, os Estados Unidos deixaram de ser sobrecarregados pelo problema de gerar um superávit na conta corrente para financiar seu déficit na conta de capitais. (...) Em termos práticos, o problema do ajuste do balanço de pagamentos simplesmente desapareceu” (Parboni, 1981, p.89,90 *apud* Arrighi, 1997, p.319).

Arrighi afirma que o “puro padrão dólar” sobreviveu apenas durante estes cinco anos (1973-1978), não conseguindo se sustentar nas décadas seguintes. Na década de noventa, particularmente no governo de Bill Clinton, os Estados Unidos desvalorizaram o dólar para permitir um aumento de suas exportações e conseqüentemente reduzir a um nível mais “aceitável” seu déficit comercial (cerca de 50 a 70 bilhões de dólares por ano, até 1997) (Santos, 2003, p.62). Mesmo assim o déficit cresceu neste período e disparou nos anos seguintes como mostra o Quadro2 abaixo.

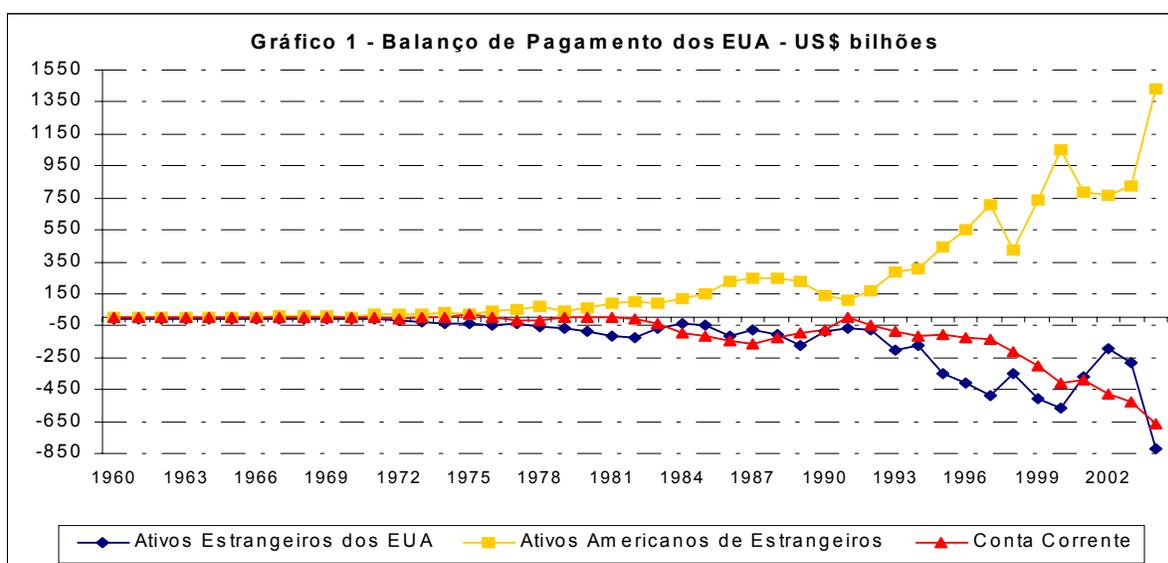
Quadro2: Evolução do déficit comercial dos Estados Unidos em milhões de dólares.

1991	76.937
1992	96.897
1993	132.451
1994	165.831
1995	174.170
1996	191.000
1997	198.119
1998	246.696
1999	346.022
2000	452.423
2001	427.165
2002	484.353

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

Retirado do artigo “O Mercosul e a Argentina” de Julio C. Gambina e Agustín Crivelli (2005, p.192).

Na avaliação de Arrighi, é “esse déficit, mais do que qualquer coisa, que hoje em dia ata as mãos do governo norte-americano, interna e globalmente” (Arrighi, 2003, p.20). Para Carlos Eduardo Martins (mimeo), a hegemonia financeira norte-americana está sendo crescentemente vulnerabilizada pelas pressões que o déficit na balança de pagamentos vem exercendo sobre o dólar. O Gráfico1 da página seguinte mostra o Balanço de Pagamento dos EUA desde a década de 1960.



Fonte: Braga e Cintra (2004, p.280).

Para Wallerstein, os crescentes déficits fiscais dos Estados Unidos nas transações correntes e também nas dívidas internas “colocam em dúvida a força do dólar”. A única maneira que os Estados Unidos têm conseguido arcar com estes déficits é através de volumosos empréstimos (compra de notas do Tesouro estadunidense) por parte sobretudo do Japão, mas também da China (Brasil de Fato, 31/03/2005, p.14). A Tabela1 mostra os maiores detentores estrangeiros de Títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Tabela 5 – Maiores Detentores Estrangeiros de Títulos do Tesouro Americano (a)

US\$ bilhões/Dados em fim de período

País	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2003	2004 (b)
Japão	152,6	196,9	263,3	277,6	276,7	320	317,7	319,6	551,9	668,1
China	21,1	35,5	47,2	47,9	46,4	51,8	60,3	78,6	158	164,1
Reino Unido	55,4	88	155	251,3	264,7	242,7	50,2	45,1	77,6	113,2
C. B. do Caribe (c)	-	-	-	-	-	58,1	43,8	46,1	54,8	72,2
Coréia do Su	5,6	7,2	9,9	5,2	18	26,1	29,6	32,8	63,2	58,7
Formosa	29,3	27,4	35,5	33,2	31,3	29,3	33,4	35,3	51,4	57,3
Hong Kong	11,5	16,5	22,6	35	44,1	46,7	38,6	47,7	49,6	52,7
Alemanha	57,1	56,4	75,2	93,9	95,1	96,8	49	47,8	45	49,7
Países da OPEP	25,1	27,4	43,5	52,4	38,9	41,3	47,7	46,8	44,8	48,4
México	9,1	17,6	21,1	19,2	21	17,9	15,3	19,3	32,5	41,7
Suíça	34,9	39,4	33,7	28	33,7	26,3	16,4	18,7	46,3	49,3
Cingapura	22,2	30	39,6	35,2	43,1	30,7	27,9	20	21,2	26,4
França	14,9	14,5	14,9	13,3	30	31	25,1	20,6	17,3	11
Tailândia	12,2	17	19	12	10,5	10,7	13,8	15,7	11,7	10,9
Espanha	25,6	17,1	44,1	51,7	41,2	22,2	19	15,6	11,9	10,4
Canadá	11	11,5	11,3	11,5	12,4	18,6	14,2	12,9	23,9	33,0
Outros	139,2	175,1	198,6	201,4	214,7	118,8	122,9	144,8	114,8	118,1
Total	640,7	814,2	1.087,5	1.230,5	1.273,8	1.244,9	1.015,2	1.042,0	1.535,1	1.754,7

Fonte: U.S. Department of the Treasury (<http://www.ustreas.gov>).**Notas:** (a) Inclui títulos negociáveis e não-negociáveis de curto e de longo prazo em fim de período.

A partir de março de 2000, o Tesouro passou a publicar uma nova série, não passível de comparação direta;

(b) Posição em maio; (c) Inclui Bahamas, Bermudas, Ilhas Caiman, Antilhas Holandesas e Panamá.

Retirado do artigo: “Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano” de José Carlos de Souza Braga e Marcos Antonio Macedo Cintra (2004, p.303).

A esse respeito, o grande debate na imprensa mundial é se a Ásia Oriental continuará comprando os Títulos do Tesouro Americano no ritmo que tem feito nos últimos anos. Wallerstein avalia que o Japão, a China e a Coréia do Sul têm sinalizado nos últimos meses (outubro de 2004 a março de 2005) que estão considerando uma maior diversificação de seus investimentos em outras moedas. Considera “inevitável que o caminho da Ásia Oriental será a diversificação, e que o dólar irá perder seu status de única moeda corrente mundial” (Brasil de Fato, 31/03/2005, p.14). Em linha similar Enzo del Bufalo avalia que

“as circunstâncias que favoreceram o endividamento externo estão mudando aceleradamente e será cada vez mais difícil para os Estados Unidos opor-se a uma reforma do sistema Monetário internacional, e os detentores de poupanças em dólares no exterior têm oportunidades crescentes de transferir os dólares de suas carteiras”. (Bufalo, 2002, p.45)

Theotonio dos Santos assinala que apesar de ainda dominante, o dólar agora enfrenta uma competição com os ascendentes euro e o yen. (“A libra ainda tem algum peso, mas é completamente regionalizado, e o rublo também será uma importante moeda regional”). E ao contrário de Fiori e outros autores que acreditam que há um novo sistema monetário internacional que atende pelo nome de “dólar flexível”, Theotonio assinala que atualmente vivemos um “processo de criação de um novo sistema monetário mundial com três moedas básicas (dólar, euro e alguma moeda asiática baseada no yen japonês e no yan chinês)”. (2003, p.61,62, 94)

Na avaliação de Andre Gunder Frank (2003, p.26), “o dólar é literalmente um tigre de papel, na medida em que é cunhado no papel, cujo valor está baseado somente na sua aceitação e na confiança que se tem nele em todo o mundo”. Se perderem essa confiança, como parece estar acontecendo, a capacidade dos Estados Unidos de manter e aumentar o seu aparato militar estará comprometida.

Segundo Fiori (2004a, p.15), os Estados Unidos durante a década de noventa, “mantiveram e aumentaram seu poder no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural”. A opinião de que os Estados Unidos detêm superioridade em todas estas esferas do poder é corrente.

Na contra-mão desta opinião corrente, Samir Amim vem argumentando que

“o sistema produtivo dos Estados Unidos está longe de ser “o mais eficiente do mundo”. Pelo contrário, quase nenhum dos seus segmentos produtivos poderia levá-lo seguramente a superar seus concorrentes num mercado verdadeiramente aberto, tal como imaginam os economistas liberais. Testemunha disso é déficit comercial dos Estados Unidos que se agrava a cada ano, passando de 100 milhões em 1989 para 450 milhões de dólares em 2000. Além disso, esse déficit está relacionado praticamente a todos os segmentos do sistema produtivo. Mesmo os excedentes dos quais se beneficiam os Estados Unidos no domínio dos bens de alta tecnologia, que era de 35 milhões em 1990, agora deu lugar a um déficit. A concorrência entre Ariane e os foguetes da Nasa, Airbus e Boing dão testemunho da vulnerabilidade da vantagem norte-americana. Frente à Europa e ao Japão, no que diz respeito aos produtos de alta tecnologia, à China, a Coreia e aos outros países industrializados da Ásia e da América Latina no que diz respeito à agricultura, os Estados Unidos não prevalecerão provavelmente sem o recurso a meios “extra-econômicos” que violam os princípios do liberalismo impostos aos concorrentes”. (Amim, 2003, p.183,184)

Como vimos, Wallerstein argumenta que a eficiência produtiva (capital disponível, competências humanas, pesquisa e capacidade de desenvolvimento) das empresas norte-americanas atualmente enfrentam forte competição da Europa Ocidental e do Leste

Asiático, o que vai na contra-mão da tese de Fiori de que no plano industrial e tecnológico os Estados Unidos aumentaram o seu poder. Além disso, Wallerstein ainda postula, como também já vimos, que a vantagem norte-americana na esfera militar traduz-se em desvantagem a longo prazo na esfera econômica, pois desloca capital e inovação dos empreendimentos produtivos. Segundo István Mészáros, relatórios recentes confirmam que “uma significativa deterioração da competitividade resultou da distorção da estrutura de custos ocasionadas pelos gastos militares, tanto na Europa como nos Estados Unidos”. Entre as mais importantes desvantagens salientadas pelo relatório sobre Pesquisa e Desenvolvimento em Informática emitido pelo Departamento para Tributação Tecnológica do Congresso dos Estados Unidos, estão as

“classificações de segurança que tendem a retardar o avanço em tecnologia, rígidas especificações técnicas para aquisições militares com utilidade limitada em aplicações comerciais; e o ‘consumo’ de limitados e valiosos recursos científico e de engenharia para propósitos militares, que podem inibir desenvolvimentos comerciais”. (Mészáros, 2002, p.1081)

Se os Estados Unidos se saíram bem na área econômica durante a década de noventa, o mesmo não vem acontecendo desde 2000, quando a recessão aparece e aprofunda-se com o choque de 11 de setembro e o estouro das Bolsas. (Harvey, 2004, p.20; Duménil e Lévy, 2005, p.85,99).

“O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), bem como brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um e um terço de seu valor (quando não evaporaram de vez, como ocorreu com os fundos dos empregados da Enron), e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe. A assistência médica estava em profunda crise, os superávits dos governos federal, estaduais e locais estavam se evaporando com rapidez e os déficits começaram a aumentar sem cessar. O saldo comercial das operações com o resto do mundo ia de mal a pior, tendo os Estados Unidos se tornado a maior nação devedora de todos os tempos”. (Harvey, 2004, p.20,21)

De acordo com Arrighi, “a [recente] expansão interna dos Estados Unidos e a concentração do Japão pouco contribuíram para deter o deslocamento do centro de gravidade da economia global para o leste da Ásia” (Arrighi e Silver, 2001, p.284). Como

vimos no segundo capítulo, Arrighi postula que no transcorrer da atual crise da hegemonia mundial norte-americana ocorreu um deslocamento dos recursos financeiros globais para a região do leste asiático, que tornou-se o centro mais dinâmico dos processos mundiais de acumulação de capital.

“O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial”. (Arrighi, 1997b, p.100,101)

Arrighi não tem dúvidas de que a parcela de valor adicionado do leste asiático ainda é consideravelmente menor do que a das sedes tradicionais do poder capitalista (América do Norte e Europa Ocidental). Também não tem dúvidas de que as instituições financeiras públicas e privadas dessas sedes tradicionais de poder ainda controlam a produção e a regulação do capital mundial. Prova disto é a representação majoritária dos países norte-americanos e europeus ocidentais no Grupo dos oito países mais industrializados do mundo. Coletivamente eles representam sete dos oito que ditam as ordens no alto comando da economia mundial capitalista. (Arrighi, 1997, p.350,351)

No entanto, Arrighi também argumenta que a expansão do capitalismo do leste asiático já avançou na sua libertação da dependência e subordinação do poder político e econômico dos Estados Unidos. E no que diz respeito à expansão material da economia mundial capitalista, argumenta que o capitalismo do leste asiático já passou a ocupar uma posição de liderança.

“Em 1980, o comércio pelo Pacífico começou a superar o do Atlântico em termos de valor. No fim da década, era uma vez e meia maior. Ao mesmo tempo, o comércio entre países do lado asiático da costa do Pacífico estava prestes a superar o valor do comércio por todo esse oceano”. (Arrighi, 1997, p.351)

A emergência do leste asiático como novo centro dinâmico dos processos mundiais de acumulação de capital, a concorrência intensa com que vêm enfrentando as empresas norte-americanas no cenário mundial, o exorbitante déficit comercial dos Estados Unidos e a crescente perda de legitimidade interna e externa deste Estado, são fatos relevantes a serem considerados na balança da atual condição de poder sustentado pelo Estado norte-

americano, fatos estes que nos inclinam mais a favor da tese da crise da hegemonia norteamericana do que da tese do novo império americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo procuramos apresentar as teses da EPSM, do declínio da hegemonia dos Estados Unidos de Immanuel Wallerstein e da crise da hegemonia mundial norte-americana de Giovanni Arrighi e o GPSHC. Duas teses que apesar de divergirem no plano teórico no que tange ao conceito de hegemonia e na concepção de ciclo hegemônico, e no plano histórico terem dado interpretações distintas sobre alguns acontecimentos relevantes para a análise da evolução do poderio do Estado norte-americano – caso do colapso dos comunismos enfatizado por Wallerstein como a eliminação da única justificativa ideológica para a hegemonia norte-americana, enquanto Arrighi vê na derrocada da URSS “uma vitória” dos Estados Unidos –, convergem na defesa da perda de poder econômico e político-ideológico do Estado norte-americano a contar de aproximadamente 1967-70, e que desde então, mesmo levando em conta a recuperação econômica na década de noventa, vem se aprofundando.

Em contraposição a estas teses que postulam o enfraquecimento do poderio econômico, político e ideológico dos Estados Unidos no cenário internacional, apresentamos a tese do novo império americano postulada por José Luís Fiori, que teve como sustentação teórica sua formulação da NEPSM. Fiori defende que os Estados Unidos atualmente não vivem um momento de perda de poder mas de fortalecimento do mesmo, e isto desde o início da década de oitenta. Para ele, com o fim do desafio da União das Republicas Socialistas Soviéticas os Estados Unidos assumiram a postura de um poder imperial unipolar diante o mundo, comandando-o através de um novo sistema monetário internacional (“dólar flexível”) e de uma nova maneira de fazer a guerra.

Ao longo dos três primeiros capítulos buscamos expor cada uma destas teses através de seus quadros teóricos e de suas interpretações sobre a evolução histórica dos Estados Unidos no sistema mundial. No quarto e último capítulo procuramos confrontá-las tanto do ponto de vista de suas bases teóricas como de suas interpretações históricas a cerca da evolução do poderio militar, político-ideológico e econômico dos Estados Unidos, particularmente para o período da última década do século XX e início do novo milênio.

Que considerações extraímos do contraste teórico entre a EPSM e NEPSM? Ao confrontá-las teoricamente registramos na NEPSM uma visão parcial quando comparada à

EPSM, pois aquela se volta quase exclusivamente para as ações motivadas no campo político em detrimento das ações promovidas nos campos econômicos e sociais para a análise da dinâmica sistêmica. Na formulação da EPSM há uma inter-relação entre estes campos nesta análise. No estudo da evolução do sistema mundial é dada atenção para a inter-relação entre a economia capitalista mundial e os Estados nacionais que cortam esta economia-mundo, e os conflitos e pactos sociais que vigoraram ao longo da história moderna.

Vimos que a NEPSM recupera muitos pontos trabalhados exhaustivamente pela EPSM. Mas o que há de novo na NEPSM? A grande novidade parece estar em minimizar as “forças da econômica” capitalista em sua análise da dinâmica sistêmica e inserir as guerras entre os “estados-impérios” como “motor” fundamental do sistema. O segredo do sistema está nas ações dos “estados-impérios”. Paradoxalmente, os Estados com ímpeto imperial necessitam para sobreviver explorar seus adversários e competidores, mas não completamente, pois se o fizerem eliminam a fonte última da acumulação de mais poder. Neste jogo, a teoria assegura que os Estados envolvidos nas disputas político-militar nem sempre são os mesmos envolvidos nas disputas econômicas, mas todos convivem com uma “enorme complementaridade”. Entretanto, como mostramos, este é um jogo que não foi obedecido no período da Guerra Fria.

A dinâmica sistêmica na NEPSM aponta, por um lado, na direção de um império mundial, e por outro, na direção “nacionalizante” dos Estados. Aqui a hegemonia é um ponto possível numa escala ascendente que culmina na formação do império mundial. Primeiro, alguns Estados com vocação imperial conquistam hegemonias regionais até a conquista da hegemonia mundial (caso dos EUA). Nesse processo de manutenção e conquista de mais poder, a capacidade legitimadora de um determinado Estado sobre outros parece não ter grande relevância. Uma diferença notável se comparado ao conceito de hegemonia mundial formulado por Arrighi que se refere não só a capacidade de coerção mais também de liderança. Na NEPSM, a evolução do sistema mundial é estudada preponderantemente pelo seu sistema político. Os capitalistas não parecem jogar papel relevante na formação do sistema interestatal. Não se consideram os efeitos negativos das guerras sobre a acumulação de capital. Estas também não apresentam consequências negativas para o acúmulo de poder. Na EPSM, o econômico e o político são inseparáveis,

ainda que o primeiro parece prevalecer sobre o segundo na análise da dinâmica sistêmica. Em Wallerstein, a relação entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal fomentou o desenvolvimento conjunto de ambos sistemas. Em Arrighi, a relação é marcada tanto pela “unidade” quanto pela “contradição”, de maneira que devemos para melhor compreender a natureza evolutiva do sistema mundial, especificar as formas que as competições interempresariais e interestatais assumiram ao longo da história moderna.

Quanto à crítica de Fiori a EPSM, particularmente à formulação analítica de Arrighi e o GPSHC, cabe aqui apenas registrar que nossa avaliação mostrou em detalhes no início do segundo item do último capítulo a fragilidade desta leitura crítica. Não nos cabe aqui neste espaço retomar todos os pontos de contato.

Por fim, do confronto das posições relacionadas a atual capacidade de poder militar, político-ideológico e econômico sustentado pelos Estados Unidos, basicamente entre representantes da EPSM e da NEPSM, consideramos mais convincentes os argumentos e dados trazidos pelos estudiosos da EPSM. Há um enorme consenso quanto à supremacia militar dos Estados Unidos. Do ponto de vista econômico e político-ideológico, a emergência do leste asiático como novo centro dinâmico dos processos mundiais de acumulação de capital, a concorrência intensa com que vêm enfrentando as empresas norte-americanas no cenário mundial, o exorbitante déficit comercial dos Estados Unidos e a crescente perda de legitimidade interna e externa deste Estado, são fatos relevantes que devemos considerar na balança da atual condição de poder sustentado pelo Estado norte-americano. Com já afirmamos, são estes os fatos que nos inclinam mais a favor da tese da crise da hegemonia norte-americana do que da tese do novo império americano.

REFERÊNCIAS

AMIM, Samir. Refundar a solidariedade dos povos do Sul. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis : Vozes, 1997b.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.

ARRIGHI, G., HUI, Po-keung, RAY, K., REIFER, T.E. Geopolítica e altas finanças. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.

ARRIGHI, G., IFTIKHAR, A., SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia histórica. Curitiba : Rev. Sociol. Polít., 2003b.

BRAGA, J.C.S & CINTRA, M.A.M. Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004.

BRASIL DE FATO, São Paulo, 22 a 28 de setembro de 2005, p.1.

BRASIL DE FATO, São Paulo, 29 a 5 de outubro de 2005, p.11.

BRASIL DE FATO, São Paulo, 03 a 09 de novembro de 2005, p.12.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

BUFALO, Enzo. A reestruturação neoliberal e a globalização. In: CECEÑA, Ana Esther & SADER, Emir (Org.) A guerra infinita: hegemonia e terror mundial. Petrópolis : Vozes, 2002.

CECEÑA, Ana Esther & SADER, Emir (Orgs). A guerra infinita: hegemonia e terror mundial. Petrópolis : Vozes, 2002.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: CHOMSKY, Noam & HEINZ, Dieterich. A sociedade global: educação, mercado e democracia. Blumenau : Furb, 1999.

CHOMSKY, Noam. O império americano: hegemonia ou sobrevivente. Rio de Janeiro : Campos, 2004.

CLAUDE JR., Inis. *Swords into Plowshares: The Problems and Progress of International Organization*. 2. ed. Nova York: Random House, 1956.

COELHO, J.C. Terra em transe: hegemonia e (des) ordem no sistema de Estados. (Mimeo)

COX, R. *Social forces, states and world orders: beyond international relations theory*, publicado primeiramente in *Journal of international studies*, MILLENIUM, 10 (2), P.126-155, 1981 e republicado in R. KEOHANE (Ed.), *Neorealism and its critics*. New York : Columbia University Press, 1986.

CRANE, G.T. & AMAWI, A. *The theoretical evolution of the international political economy*. New York : Oxford University Press, 1991.

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. O neocolonialismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (Org). *A finança mundializada*. São Paulo : Boitempo, 2005.

ELLIOTT, William. (org.). *The Political Economy of American Foreign Policy; Its Concepts, Strategy, and Limits*. Nova York: Henry Holt and Con, 1955.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis : Vozes, 1998.

FIORI, José Luís. (Org). *Estados e moedas no desenvolvimento de algumas nações*. Petrópolis : Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis : Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis : Vozes, 2001a.

FIORI, José Luís. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis : Vozes, 2001b.

FIORI, José Luís. 60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro : Record, 2001c.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004a.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004b.

FRANK, Andre Gunder. Tigre de papel, dragão de fogo. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2003.

GAMBINA, Julio C. & CRIVELLI, Agustín. O mercosul e a Argentina. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Globalização e Integração das Américas: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison Notebooks*. Nova York : International Publishers, 1971.

GROSS, Leo. *The Peace of Westphalia, 1648-1948*. In : R.A.Falk e W.H.Hanrieder (Org.). *International Law and Organization*. Filadélfia : Lippincott, 1968.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo : Loyola, 2004.

INGHAM, Geoffrey. *States and Markets in the Production of World Money: Sterling and the Dollar*. In: S. Corbridge, R. Martin e N. Thrift (orgs.). *Money, Power and Space*. Oxford: Blackwell, 1994.

KENNAN, G. *The sources of the soviet conduct*. Foreign Affairs, v.25, n. 4, july, 1947.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. Nova York : Random House, 1987.

KINDLEBERGER, C. *The World in Depression 1929-1939*. University of Califórnia Press, New York, 1973.

LANDES, David S. *The Unbound Prometheus : Technological Change and Industrial Development in Wester Europe from 1750 to the Present*. Cambridge : Cambridge University Press, 1969.

MADISON, A. *The World Economy*. OECD, França, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. A Hegemonia dos Estados Unidos e o Sistema Mundial: Perspectivas para o século XXI. (Mimeo)

MCKEOWN, T.J. *Hegemonic stability theory and 19th century tariff levels in Europe*. In: International Organization, v.37, n. 1, Winter, 1983.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo : Boitempo, 2002.

PARBONI, Riccardo. *The dollar and its Rivals*. Londres : Verso, 1981.

PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau : Furb, 1999.

ROGOWSKI, R. *Structure, growth and power: three rationalist accounts*. In: International Organization, v.37, n. 4, Winter, 1983.

RUSSET, B. *The mysterious case of vanishing hegemony or, is Mark Twain really dead?* In: International Organization, v.39, n.2, Spring, 1985.

SANTOS, Theotonio. Unipolaridade ou hegemonia compartilhada. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2003.

SCHURMANN, Franz. *The Logic of World Power: An Inquiry into the Origins, Currents, and Contradictions of World Politics*. Nova York: Pantheon, 1974.

SEGRERA, Francisco López. Raízes, conseqüências e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização. In: SANTOS, Theotonio (Org.). Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia. Rio de Janeiro : Puc-Rio, 2003.

SERRANO, F. Do ouro Móvel ao Dólar Flexível. Mimeo, Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J.L. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis : Vozes, 2004.

SILVER, B. & SLATER, E. As origens das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.

SNIDAL, D. *The limits of hegemonic stability theory*. In: International Organization, v.39, n. 4, Autumn, 1985.

STEIN, A. *The hegemon's dilemma: Great Britain, the United States, and the international economic order*. In: International Organization, v.38, n. 2, Spring, 1984.

STRANGE, S. *The persistent myth of lost hegemony*. In: *International Organization*, v.41, n. 4, Autumn, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis : Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. & FIORI, J.L. (Orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis : Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. & BELLUZZO, L.G. A mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis : Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J.L. (Org). *Estados e moedas no desenvolvimento de algumas nações*. Petrópolis : Vozes, 1999.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York : Russel Sage, 1984.

TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Edusp, São Paulo, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis*. In: *Comparative Studies in Society and History*, 16,4, 1974b.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of World-Economy: The States, the Movements, and the Civilizations*. Cambridge University Press, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. *La crisis como transición*. In: AMIM, S., ARRIGHI, G., FRANK, A.G., WALLERSTEIN, I. *Dinámica de la crisis global*. México : Siglo veintiuno, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las Ciencias Sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. México : Siglo veintiuno, 1998.

WALLESRTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial : La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México : Siglo veintiuno, 9.ed, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis : Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro : Revan, 2002a.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis : Vozes, 2002b.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Ásia Oriental: as décadas pela frente*. Brasil de Fato, São Paulo, de 31 a 06/8/2005, p.14.

WALTER, A. *World Power And World Money*. Harvester, Wheatsheaf, London, 1993.

WEBER, Max. *General Economic History*. Nova York : Collier, 1961.

WOYTINSKY, W.S., WOYTINSKY, E.S. *World Population and Production: Trends and Outlook*. Nova York : The Twentieth Century Fund, 1953.